

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

A HUMANIZAÇÃO DO PEQUENO ANIMAL: UM ESTUDO DA
PROFISSÃO E FORMAÇÃO DO MÉDICO VETERINÁRIO NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RAUL RIBEIRO DE CARVALHO

Sob a orientação do Professor ROBERTO JOSÉ MOREIRA

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção
do grau de Mestre, Área de
Concentração: Sociedade e
Agricultura.

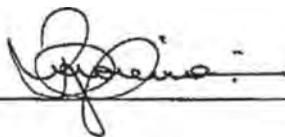
Rio de Janeiro
Setembro de 1997

A HUMANIZAÇÃO DO PEQUENO ANIMAL: UM ESTUDO DA PROFISSÃO E
FORMAÇÃO DO MÉDICO VETERINÁRIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

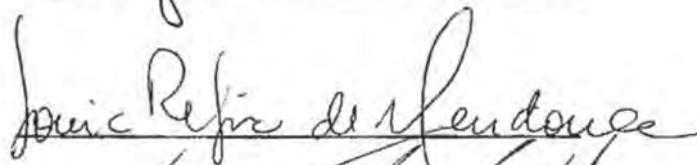
RAUL RIBEIRO DE CARVALHO

APROVADO EM 25 / 09 / 97 -

ROBERTO JOSÉ MOREIRA



SONIA REGINA DE MENDONÇA



LUIZ FELIPE C. GRAEFF VIANNA



DEDICATÓRIA

Aos meus Pais: HILÁRIO E DINORAH

À DELMA PESSANHA NEVES

AGRADECIMENTOS

Um trabalho extenso, no tempo e no assunto, não se realiza sem o apoio de diversas pessoas e instituições, a quem sou grato e devedor desta possibilidade.

Assim, para além do protocolo, quero externar meus agradecimentos:

À Universidade Federal Fluminense que entendeu ser este processo prioritário para seus interesses, liberando-me das tarefas diárias;

À CAPES por ter financiado meu curso de Mestrado e a realização desta dissertação;

À Roberto José Moreira pela tranquilidade e firmeza que sempre utilizou na condução desta pesquisa, diminuindo minhas ansiedades, freando minhas “carnavalizações” no pânico, e sempre confiando em minha produção;

Aos professores e funcionários do CPDA/UFRRJ;

À Sandra, Celeste, Graça e Sueli, da Biblioteca de Veterinária da UFF;

Aos funcionários da PROAC/UFF;

Ao Decanato de Graduação, à Coordenação do Curso de Veterinária e ao Arquivo Geral da UFRRJ;

À minha família pela força e pelas preocupações com minha tranquilidade para escrever;

Aos amigos exaustivamente penalizados por ouvirem sobre a tese por tanto tempo, e por conviverem sistematicamente com um “não posso”, quando convidavam-me à sair, nem assim deixando de fazê-lo, e/ou de não me considerarem um “chato”,

particularmente ao Jackson H. Galvão, amigo de toda hora, ao Gláucio sempre disponível para os socorros no computador, ao Marcelo G. Vargens pela preocupação e dedicação, ao Irineu M. Benevides Filho pela confiança e o exemplo na vida profissional, à Lenilda S. Cunha pelo carinho, à Delma P. Neves por sua criticidade e dedicação, à Ismênia L. Martins pela oportunidade em cursar o Mestrado com dedicação exclusiva, à Marivânia C. Araújo pelo prazer na convivência e a partilha dos momentos de tensão na feitura deste projeto, à Andréa A. Abreu pela generosidade e disponibilidade para a discussão deste original; à Eliane Cantharino pela paciência, à Maria Luiza Delavecchia pela atenção;

Aos Médicos Veterinários José Reinaldo dos Reis Ferreira (Berin), ex-presidente do CRMV-RJ; Aristheu Pessanha Gonçalves; Zander Barreto Miranda, do CFMV; J Pinto Lima, Presidente da SOMVERJ; Sérgio Coube Bogado, do CFMV, por estimularem a pesquisa, e pela confiança no empréstimo de numerosos e raros documentos e publicações sobre a Veterinária; Rubem Bittencourt Cardoso Júnior, Presidente da ANCLIVEPA-RJ, Jadyr Vogel, Presidente da ABMV e Moyses da Fonseca Serpa, Presidente da APCV-RJ,^{*} pela permanente disponibilidade em fornecer dados e informações; além, do tempo que todos ocuparam sendo, por mim, entrevistados;

Aos funcionários Kátia e Wanda, do CRMV-RJ; Sandro, da APCV-RJ, e Luiz, da ANCLIVEPA-RJ, pela gentileza sempre dispensada quando, por mim, interrompidos em suas lidas, o que ocorreu por diversas ocasiões.

BIOGRAFIA

Raul Ribeiro de Carvalho nasceu na cidade de Sapucaia, interior do estado do Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1954, onde concluiu os estudos relativos ao primeiro grau, no ano de 1969.

Em 1974 conclui o segundo grau Técnico em Agropecuária; em 1975 ingressa no curso de Medicina Veterinária - UFF, graduando-se em 1979.

Em 1980 ingressa no serviço público, através da Fundação Projeto Rondon, do Ministério do Interior, lá permanecendo até 1988 quando se transfere para os quadros da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, como Médico Veterinário.

Em 1990 gradua-se em Ciências Sociais, pela Universidade Federal Fluminense.

Por concurso público é aprovado, em 1992, como Professor da Disciplina de Sociologia das Sociedades Agrárias, para o curso de Medicina Veterinária, da Universidade Federal Fluminense, em Niterói - RJ.

Em 1993 ingressa no Curso de Pós-Graduação, *stricto sensu*, em Desenvolvimento Agrícola, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ao nível de mestrado.

SUMÁRIO

RESUMO	xiv
ABSTRACT	xv
APRESENTAÇÃO	xvi
INTRODUÇÃO	
CAPÍTULO I	
1 - Perspectiva Teórica sobre a construção dos Animais Domésticos e da Natureza	06
1.1 - O Homem e a Construção Sócio-Histórica da Natureza	07
1.2 - Uma Sociogênese do Indivíduo e da Expressão Cultural e Afetiva sobre o Objeto	19
1.3 - A Construção do Animal Doméstico	25
1.4 - O Animal Doméstico como Companheiro	30
1.4.1 - O Cão: um velho amigo	32
1.4.2 - O Gato: vivas para um (ex) maldito	40
CAPÍTULO 2	
2 - O Econômico e o Campo das Relações Sociais	.45
2.1 - A Dinâmica do Econômico	46
2.2 - O Animal Consumo/Consumidor	51
CAPÍTULO 3	
3 - A Medicina Veterinária como Campo de Saber	60
3.1 - Do Empirismo à Escolarização	60
3.2 - A Medicina Veterinária no Brasil	67
3.2.1 - A Abertura do Mercado Profissional	67
3.2.2 - A Organização Classista	100
CAPÍTULO 4	
4 - O Ensino de Medicina Veterinária no Brasil	105
4.1 - Da Criação do Ensino Agrícola	105
4.2 - Da Instalação das Faculdades de Medicina Veterinária	113
4.3 - As Escolas de Medicina Veterinária	121
4.3.1 - De 1910 a 1930 - as pioneiras	121
4.3.2 - As Escolas da Década de 30	132
4.3.3 - As Escolas de 1940 até 1960	136
4.3.4 - As Escolas a partir de 1960	136
4.4 - A Formação Curricular	144

4.4.1 - Construção Histórica dos Currículos de Veterinária	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
BIBLIOGRAFIA	169
ANEXOS	174

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Expansão dos Cursos de Veterinária por década - 1910/1995	87
Quadro 2	Cursos de Medicina Veterinária, existentes, por região e vinculação -1995	87
Quadro 3	Números e vínculos do Ensino de Medicina Veterinária, na região Sudeste - 1995	88
Quadro 4	Médicos Veterinários formados pela UFF - 1962/1973	94
Quadro 5	Médicos Veterinários formados pela UFF - 1974/1984	94
Quadro 6	Médicos Veterinários formados pela UFF - 1985/1995	95
Quadro 7	Médicos Veterinários formados pela UFRRJ - 1962/1973	95
Quadro 8	Médicos Veterinários formados pela UFRRJ - 1974/1984	95
Quadro 9	Médicos Veterinários formados pela UFRRJ - 1984/1995	96
Quadro 10	Comparação entre o Currículo Mínimo de Medicina Veterinária aprovado em 1962 (Parecer nº 256/62) e o aprovado em 1984 (Parecer nº 10/84)	148
Quadro 11	Distribuição dos números de Disciplinas, Créditos e Cargas Horárias dos Ciclos Básico e Profissional dos Cursos de Veterinária da UFF e UFRRJ, em 1996	153
Quadro 12	Evolução das disciplinas de clínica no conjunto das disciplinas do ciclo profissional	156

LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ABEAS	Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior
ABMV	Academia Brasileira de Medicina Veterinária
ACB	Associação Cinológica do Brasil
AEAVB	Associação das Escolas de Agronomia e Veterinária do Brasil
ANCLIVEPA	Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais
ANFAR	Associação Nacional dos Fabricantes de Rações
APCV	Associação Patronal de Clínicos Veterinários
BKC	Brasil Kennel Club
CBGRJ	Clube Brasileiro do Gato do Rio de Janeiro
CBKC	Confederação Brasileira de Cinofilia
CEP/UFF	Conselho de Ensino e Pesquisa, da UFF
CESUP	Centro de Ensino Superior
CFE	Conselho Federal de Educação
CFMV	Conselho Federal de Medicina Veterinária
CRMV - RJ	Conselho Regional de Medicina Veterinária do estado do Rio de Janeiro
DEA	Diretoria do Ensino Agrícola
EFMV	Escola Fluminense de Medicina Veterinária
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENA	Escola Nacional de Agronomia
ENV	Escola Nacional de Veterinária

ESALQ	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
ESAM	Escola Superior de Agricultura de Mossoró
ESAMV	Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária
ESVEMG	Escola Superior de Veterinária de Minas Gerais
ETA - USAID	Escritório Técnico de Agricultura - Agência para o Desenvolvimento Internacional dos EUA
FCAP	Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
FCAR	Faculdade de Ciências Agrárias de Rondonópolis
FESABC	Federação das Escolas Superiores do ABC
FIFe	Federação Internacional Felina
FIRP	Fundação Integrada Rio Pretense
FMVOB	Faculdade de Medicina Veterinária “Octávio Bastos”
FMVZ	Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
FNEPL	Fundação Niteroiense Educacional “Plínio Leite”
FPE	Fundação Pinhalense de Ensino
GCCF	Governing Council of the Cat Fancy
IES	Instituição de Ensino Superior
IICA	Instituto Interamericano de Ciências Agrárias
J.B.	Jornal do Brasil
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MARA	Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MINAGRI	Ministério da Agricultura
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas

PROAC/UFF	Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos, da UFF
PROPLAN/UFF	Pró-Reitoria de Planejamento, da UFF
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SBMV	Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária
SEA	Superintendência do Ensino Agrícola
SEAV	Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário
SOMVERJ	Sociedade de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro
SUIPA	Sociedade União Internacional Protetora dos Animais
UDESC	Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFGO	Universidade Federal de Goiás
UFPA	Universidade Federal de Lavras
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal da Paraíba
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRPE	–	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRRJ		Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSM		Universidade Federal de Santa Maria
UFU		Universidade Federal de Uberaba
UFV		Universidade Federal de Viçosa
ULBRA		Universidade Luterana do Brasil
UNESCO		Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNESP		Universidade Estadual de São Paulo
UNIC		Universidade de Cuiabá
UNICASTELO		Universidade Camilo Castelo Branco
UNIFENAS		Universidade de Alfenas
UNIGRANRIO		Universidade do Grande Rio
UNIMAR		Universidade de Marília
UNIP		Universidade Paulista
UNIPAR		Universidade Paranaense
UNISA		Universidade de Santo Amaro
UNITINS		Universidade do Tocantins
UNOESTE		Universidade do Oeste Paulista
URCAMP		Universidade da Região de Campanha
USP		Universidade de São Paulo.

ANEXOS

- Anexo I Cursos de Medicina Veterinária no Brasil, de 1910 e 1995
- Anexo II Congressos Brasileiros de Medicina Veterinária
- Anexo III Congressos Mundiais de Veterinária
- Anexo IV Congressos Pan-Americanos de Veterinária - PANVET
- Anexo V Congressos Brasileiros da ANCLIVEPA
- Anexo VI Composição da Academia Brasileira de Medicina Veterinária
- Anexo VII Declaração Universal dos Direitos dos Animais
- Anexo VIII Currículos Plenos dos Cursos de Veterinária, em vigor, na UFF e na UFRRJ - 1996.

RESUMO

Esta dissertação contextualiza a construção sócio-histórica das relações entre os seres humanos e os animais domésticos, particularmente aquelas com o cão e o gato, nos grandes centros urbanos contemporâneos, analisando, ainda, no interior deste processo a criação e formação do profissional médico veterinário no Brasil, destacando-se a análise dos cursos da UFF e da UFRRJ. Seu objetivo foi evidenciar os diversos elementos que, conectados, possibilitam o surgimento de novas formas de expressão do pensamento cultural, científico e mesmo emocional, nestas relações. Esta análise se desdobra na demonstração e reconhecimento do *status* “humanizado” que os pequenos animais de estimação exibem e na análise da criação e desenvolvimento da profissão do médico veterinário no Ocidente e no Brasil. De um lado esta análise demonstra que o intenso processo de urbanização e as relações afetivas e sociais contemporaneamente vividas pelos habitantes dos grandes centros; o sentimento de solidão urbana, e a presença de movimentos sociais como o ambientalista e o feminista, refazem, sem primazia, as relações de afeto entre o ser humano e seus animais de estimação, cuja qualidade é alterada, tornando-se mais afetiva, num processo de “antropomorfização” deste animal, agora “filho” e/ou “amigo”. De outro, observamos e identificamos alterações do próprio perfil profissional dos veterinários, que além de vivenciarem, dialeticamente, o processo de alteração dos valores sociais e culturais, vivenciam, também, a intensa procura por vagas nos cursos de Veterinária, em franca expansão; a proliferação de estabelecimentos comerciais e os mais variados serviços dirigidos ao consumo destes animais/proprietários; a ampliação do caráter clínico na formação do veterinário, e contam, a partir dos anos 80, com a retirada do Estado do mercado empregador, auxiliando o processo de urbanização do *locus* de atuação desses profissionais.

ABSTRACT

This dissertation focuses on the socio-historical construction of the relationship of human beings and domestic animals, in particular dogs and cats, in modern big cities. The Brazilian veterinary graduation rate, mainly at UFF and UFRRJ, have also been analysed with the aim of isolating the elements that permit the appearance of new ways of cultural and scientific thought expressions as well as emotional behaviors in these relations. This analysis reinforces the recognition of pets' "human" status as well as the creation and development of Veterinary Science as a profession in the industrialized countries and Brazil. Our results have demonstrated that the intense process of urbanization, the absence of friendship in big cities, loneliness and social movements as well as environmentalism and feminism, make the relationships between human beings and their pets strong and stable. On the other hand, we have identified some changes in veterinarians' profiles that coincide with the evolving modern society. The intensive demand for Veterinary Medicine Course (VMC) and their growth, the proliferation of pet shops and the improvement of the clinical approach in the VMC curriculum are some examples. Since the 1980's the Federal government is no longer a major employer of veterinarians, increasing their performance in urbanized Centers.

APRESENTAÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo explicitar os movimentos conectos que permitem o aparecimento do cão e do gato domésticos como animais de estimação, da apropriação que o econômico faz sobre esta expressão, e as alterações no perfil de formação e exercício da Medicina Veterinária no país, particularmente para os grandes centros urbanos, e a partir dos anos 80.

Estas questões se apresentaram no exercício da docência para o curso de Veterinária, da Universidade Federal Fluminense, desde 1990, onde a origem, o interesse e o gênero dos alunos, atualmente, mostraram-se modificados em relação aos da minha época de formando, em 1979.

Diante do questionamento sobre a urbanização do interesse e do exercício da Veterinária, com reflexos na organização curricular, encontramos respostas de caráter simplista, que reduzem o processo a um simples interesse do profissional, quando muito, vinculado à solidão do homem urbano, ignorando o conjunto de transformações envolvidos no processo. Desse modo, achamos ser necessário uma construção do objeto de modo holístico, onde diversos fatores da vida social, cultural e econômico fossem intercalados, de modo sistêmico e não numa relação imediata de causa e efeito.

Por ser uma primeira abordagem e dada a complexidade dos aspectos levantados, alguns deles, ainda que apontados neste trabalho, não são aqui aprofundados, ficando em aberto para futuros projetos, como, por exemplo, a representatividade das organizações classistas veterinárias; a criação de animais de raça, entre eles os cavalos; o interesse comportamental e preservacionista sobre os animais silvestres, entre outros assuntos.

Na realização desta pesquisa, ao mesmo tempo que encontramos farto material sobre o fazer veterinário, por outro, deparamos com a ausência de sistematização e de distanciamento crítico desses mesmos documentos, que somados a dispersão das fontes, estimularam a organização desses dados e de apresentarmos uma história socialmente construída na definição do objeto e da prática veterinária.

Nesse sentido a dissertação assume uma dualidade no diálogo com interlocutores da área social e, com os próprios veterinários de/para quem falamos. Esta dualidade, antes de inviabilizar, enriquece o registro de uma especialização da divisão social do trabalho e de suas alterações em consonância com os movimentos que a sociedade sofre/produz.

Na revelação dos caminhos que permitem a recriação do animal de estimação e da expressão profissional do médico veterinário foram de máxima valia os depoimentos de líderes institucionais da categoria, particularmente do Conselho Regional de Medicina Veterinária, órgão centralizador de toda informação acerca do exercício profissional, bem como do acesso aos arquivos de diversas instituições e de “historiadores” da profissão. Também foram consultados organismos controladores de raças; de produtores de alimentos; prestadores de serviços, do comércio, além de consulta a diversos órgãos de imprensa, em geral e especializada sobre o tema.

Para o estudo da formação do veterinário os arquivos das Universidades pesquisadas - UFF e UFRRJ - foram fundamentais e de acesso facilitado por parte de seus dirigentes.

O entendimento da formação cultural, ideológica e de hábitos socialmente valorizados, foi possível a partir dos autores que buscam entender a sociedade urbana complexa e contemporânea em suas expressões de hábitos e costumes, de modo a nos

auxiliaram na compreensão do *modus operandi* que o homem contemporâneo utiliza para exprimir suas carências e produção de respostas para as mesmas, da qual o movimento em torno da profissão de medicina veterinária e do animal de estimação humanizado são expressões componentes.

Como campo fixamos nossa pesquisa sobre o estado do Rio de Janeiro, particularmente sua Região Metropolitana, e utilizando dados de dois dos seus cursos de Veterinária¹ - UFF e UFRRJ -, escolhidos por suas origens e temporalidades já que fazem parte dos 08 cursos mais antigos do país, sendo o da UFRRJ o 1º deles.

¹Em julho de 1997 o estado do Rio de Janeiro conta com 07 cursos de Veterinária, sendo que 04 deles ainda não formaram sua primeira turma.

INTRODUÇÃO

A Medicina Veterinária teve sua prática vinculada, tradicionalmente, aos interesses produtivistas e sanitários, reservando à clínica um papel coadjuvante em sua organização. Ainda que clínicos sempre tenham existido e seja esta a atividade que define a profissão, sua função primeira foi a preservação dos rebanhos, com interesses econômicos, e por extensão, a proteção da saúde humana.

Coerente com este perfil e expectativa seus alunos eram, comumente, de origem rural e/ou ligados a algum veterinário, envolvidos com o projeto de retorno ao universo rural, depois de formados, como detentores de conhecimentos técnicos, ou em dar continuidade às atividades desenvolvidas por profissionais deles conhecidos.

A partir dos anos 80, no Brasil e particularmente nos grandes centros urbanos, este perfil sofre alterações substanciais e com elas surge a expansão das atividades clínicas como o mais interessante espaço de expressão da medicina veterinária, de modo que o número de clínicas e consultórios se expande extraordinariamente. Por sua vez, o perfil do aluno também se modifica passando a ter uma origem expressivamente urbana e, predominantemente, formado pelo gênero feminino.

De dentro da Universidade esta transformação é sentida através da expansão numérica e do prestígio das disciplinas de conhecimento clínico, quando: o aumento do quadro docente; do número de disciplinas oferecidas; da aquisição de aparelhos sofisticados; da sintomática ampliação do espaço físico utilizado por estes elementos, denotam um (re)arranjo entre os pilares básicos da formação profissional, conferindo à produção animal e à tecnologia e higiene dos alimentos de origem animal, uma outra dimensão, ainda que sejam mantidas como alicerces paradigmáticos para a categoria.

Diante destas mudanças no interesse, organização e prática do fazer veterinário é possível indagar:

- que processos ocorreram permitindo/provocando estas alterações?
- o que há de novo para a ação do veterinário?
- porquê o papel do veterinário sofre alterações no mercado de trabalho?
- porquê uma profissão voltada para o mundo rural, predominantemente formada por homens, se urbaniza e é "descoberta" pelas mulheres?

Questões como estas nortearam a execução desta pesquisa buscando compreender a rede de relações que envolvem o prestígio, a formação e o emprego do médico veterinário no interior de uma sociedade.

Com este objetivo, disciplinas que discutiam a formação da sociedade e da cultura brasileiras, bem como do pensamento científico, cursadas no CPDA/UFRRJ, foram fundamentais para a compreensão de que a organização da vida social, com o conjunto de valores culturais, sociais, econômicos e mesmo a conformação do afetivo, são formas que o ser humano encontra de falar de si, do mundo que ele identifica e classifica, e de suas interferências sobre este universo.

Desse modo é imprescindível que a alteração do *locus* de atuação do médico veterinário seja compreendida em sua complexidade de relações, quando processos conectados alteram valores, hábitos e atitudes da sociedade; redefinem, simultaneamente, os papéis sociais que seus membros, individualmente, ou através da divisão social do trabalho, devem desenvolver.

Assim, entendendo que as alterações observadas devem ser produto de movimentos sociais mais abrangentes e conectados é que elegemos o **paradigma holístico** para nortear o conhecimento desta rede de conexões.

Nesta perspectiva é que passamos a pesquisar os elementos que mobilizam, a por nós chamada, **urbanização do médico veterinário**, visualizada pela **expansão das clínicas** em torno dos pequenos animais de companhia, especialmente o cão e o gato.

Veterinários nas cidades sempre existiram, até por ter sido o Estado seu grande empregador, mas suas atividades eram voltadas para o campo ou, para a saúde pública, daí o realce deste novo aspecto de fixação da categoria nos grandes centros, fora das atividades patrocinadas pelo Estado.

Aqui aparece um outro elemento fundamental para este processo que é a intensidade e a valorização social e afetiva que os pequenos animais expressam, modificando todo o comportamento de seus proprietários e do mercado em relação a eles, sendo considerados então **animais de estimação**, ganhando um outro *status* para si e seu consumo, além, de projetarem sobre seus proprietários um reconhecimento social valorizado perante a relação homem/natureza.

Assim, estes dois fenômenos estão conectados: a expansão da atividade clínica do veterinário, e a existência de um animal de companhia recriado; é possível mesmo dizer “humanizado”, diante de uma expectativa de comportamento em muito semelhante ao praticado pelo ser humano. Porém, são necessários outros elementos que permitam visualizarmos de que modo e por que motivos esses processos ocorreram.

É com este intuito que esta dissertação se organiza em quatro capítulos, articulados, interdependentes, ainda que o 1º e o 2º possam ser manuseados separadamente do 3º e do 4º, e vice-versa. Esta possibilidade é fruto de nosso desejo em dialogarmos, simultaneamente, com a área social e com os médicos veterinários, para quem julgamos oportuno a sistematização de dados a respeito de sua necessidade e da constituição do saber/fazer veterinários produzidos por um processo histórico e

social. Esta oportunidade se apresentou diante do número de documentos, revistas e artigos consultados, e da realização de entrevistas com profissionais veterinários, revelando a existência de farto material a respeito deste processo, ainda que de modo emocionalmente produzidos, e da dispersão dos mesmos pelas diversas fontes e arquivos particulares e oficiais, de modo a dificultar seu conhecimento e consulta.

Esta dissertação procurou ser um veículo, sobre este campo de consulta e análise, ainda que reconheça ser esta uma interpretação dos processos selecionados.

Desse modo, o CAPÍTULO 1 buscou compreender a trajetória que o homem percorreu para produzir uma visão de mundo e de natureza, e, a partir dela, se apropriar do universo do jeito que lhe aprouvesse e fosse permitido, físico e culturalmente. Compõe este processo a domesticação de alguns animais, e, por oposição, a classificação dos demais como silvestres, definindo, ambas, a relação que o homem teria com eles.

A partir das possibilidades de mudanças na civilização, nos valores e nas necessidades histórico-sociais apresentadas pelo ser humano, ao longo dos tempos, se reconta como os animais saem do estado selvagem para a proximidade das habitações humanas, e daí, para o interior da casa, especialmente o cão e o gato.

No CAPÍTULO 2 procuramos demonstrar como o econômico se apropria do subjetivo estimulando e respondendo às emoções humanas, espalhando-se em torno desta relação, qualitativamente alterada, entre o homem e seus animais de estimação.

Os CAPÍTULOS 3 e 4, cuidam de recompor a organização da Medicina Veterinária enquanto campo de saber, socialmente reconhecido, passando da prática empírica para o ensino escolarizado. Além da formação, refizemos, para o Brasil, o processo constitutivo do mercado de trabalho e da expansão do prestígio social que a profissão efetiva. Assim, o CAPÍTULO 3 organiza a construção de um saber veterinário e de seu

reconhecimento social, como particular e necessário, permitindo sua reprodução através de um sistema de ensino escolarizado e da abertura e conformação do mercado de trabalho para a profissão no Brasil.

O CAPÍTULO 4 se vincula à temática e completa o 3º, discutindo a constituição do ensino de Veterinária no país, de modo abrangente quanto à questão política e burocrática, e, em especial, dos cursos de Veterinária ministrados pelas Universidades Federal Fluminense e pela Federal Rural do Rio de Janeiro. Estas escolas foram selecionadas tendo em vista o caráter pioneiro que ambas possuem neste mister, e por estarem fixadas na região metropolitana do Rio de Janeiro, área por nos privilegiada na análise de expansão dos serviços médicos voltados para os animais de estimação, neste trabalho.

Quanto às CONSIDERAÇÕES FINAIS, buscamos ampliar a compreensão e a importância das atitudes sócio-culturais que permitem à sociedade criar e recriar suas interpretações do mundo, suas interferências nele, produzindo resultados que só são compreensíveis à medida em que ampliamos o número de elementos partícipes e conexos do processo. Desse modo, entendemos ser esta uma primeira interpretação dos fatores sociais, culturais e econômicos que, combinados, articulam uma expressão sobre o universo das relações afetivas e sociais do ser humano; e na divisão do mercado de trabalho - onde o médico veterinário tem sua inserção -, possibilitando interferências como as desenvolvidas em torno da relação entre o homem urbano, o animal de estimação e o conceito de natureza que cimta esta atitude.

Capítulo 1

1 - PERSPECTIVA TEÓRICA SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS E DA NATUREZA.

Com a manchete "Cachorro quente no ar" e o subtítulo: "Avião desvia da rota para salvar vida de cadelinha", o Jornal do Brasil, de 25 de novembro de 1995, informava que o comandante de um jumbo da Companhia Aérea Britânica, num vôo entre os Estados Unidos da América e a Inglaterra, constatou que:

"o sistema de calefação do compartimento de carga se aproximava do grau máximo.

Tudo bem, se lá não estivesse viajando Louise, uma cadelinha miniatura da raça *shitzu*¹. Sensível, o comandante explicou, pelo alto-falante, a situação aos passageiros que, mais sensíveis ainda, lhe pediram que aterrissasse em Boston - um desvio de 1.600 Km que custou à companhia US\$ 31 mil, mas salvou Louise"².

¹Raça de pequenos cães de companhia, com pêlos longos e exuberantes, de origem chinesa, muito apreciados pela corte imperial. Tem altura máxima de 27 cm, com um peso aproximado de 9 kg. A grafia correta da raça é *Shih-Tzu*. (PUGNETTI, 1994, p. 146)

²CACHORRO quente no ar: avião desvia da rota para salvar vida de cadelinha. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25/11/95. Caderno Internacional, p. 11.

Este ato e a divulgação do mesmo são reflexos eminentes de que vivemos uma era onde a relação do ser humano com os animais e, particularmente, com os animais de companhia possui uma qualidade que não é a mesma desde a origem desta história de convivência.

É na busca da compreensão desta construção de relação do homem com os animais domésticos e das conexões que ela permite/necessita, que este capítulo se organiza

Desse modo, se o bem-estar e a sobrevivência de um animal de estimação³ justifica: a atenção de um comandante; o desvio de rota de uma aeronave; o uso de 31 mil dólares, extraordinariamente; a compreensão dos passageiros, possivelmente, da empresa (é uma propaganda favorável para os novos tempos) é devido a dinâmica da construção do imaginário social, que se altera a partir de novos conceitos entre e para os participantes deste processo: o ser humano e os outros animais.

1.1 - O HOMÉM E A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA NATUREZA.

Robert Lenoble, no seu História da Idéia de Natureza (1990, p. 35), alerta que “nada se compreenderá das idéias que o homem tem feito historicamente da natureza se o imaginarmos lançado no mundo apenas com os seus sentidos externos, pois seria então necessário encontrar nas sensações a origem dessas idéias, o que é perfeitamente impossível”.

³Na clínica de pequenos animais, particularmente a de cães e de gatos, os termos animais de companhia e animais de estimação se alternam. Embora o último seja, na intensidade de uso, mais recente, é o que melhor exprime a qualidade existente na relação entre o proprietário e seus animais.

Assim, é necessário entender o que é a natureza quando se discute a relação entre os seres existentes, tendo o ser humano como o único com capacidade de pensar-julgar-agir.

Para a cultura ocidental cristã, a visão de mundo é antropocêntrica por excelência, visão esta determinada pela Bíblia, que no Gênesis (capítulo 1)⁴ nos revela que Deus cria o universo e o homem, este, à Sua Imagem e Semelhança, assim deificando-o e dotando-o de poder supremo sobre tudo o que “vive e se move” sobre a terra, com a incumbência de “enchê-la e submetê-la”. Esta concepção legítima e reforça o papel do homem como o centro da razão de ser do universo, diante do quê ele deve efetuar todas as mudanças que achar necessárias, tendo “*a priori*” a benção de Deus.

Até o século XVI (THOMAS, 1989) é esta visão centrada no homem que vigora, quase que exclusiva, a respeito da natureza. É para o homem que todas as coisas e os seres existem. Deste modo, teólogos e filósofos⁵ cuidam para a divulgação deste entendimento, o que acaba por definir a relação de posse absoluta que o homem exerce sobre seu meio ambiente. Assim, a domesticação dos animais foi considerada uma atitude benéfica para eles, já que o homem os tirava da selvageria e aumentava o seu número; seu abate era justificado como um alívio diante da velhice, além do ato digno de servir de alimento a um animal superior (THOMAS, 1989, p. 25).

Argumentos a favor da submissão do animal são sua condição irracional e o fato de serem desprovido de alma, condições que distinguem a posição do homem. Esta concepção da alma como elemento criador e gerador de distinção, remonta à Grécia

⁴Primeiro livro da Bíblia; se ocupa das origens do mundo e da humanidade, segundo a Bíblia Sagrada, da Editora Vozes.

⁵Thomas, no O Homem e o Mundo Natural (1989, p. 23), cita Francis Bacon que diz: “se procurarmos as causas finais, o homem pode ser visto como o centro do mundo de tal forma que se o homem fosse retirado do mundo todo o resto pareceria extraviado, sem objetivo ou propósito”.

antiga quando Platão² já concebia o homem possuidor de uma alma. A partir da Idade Média com o avanço do Cristianismo e sua visão de mundo, a alma teve seu espaço revitalizado enquanto marcação de Deus para a superioridade do homem. Esta compreensão vai legitimar toda sorte de atitudes que o homem passa a ter com os outros seres vivos, que a seu critério poderiam ser adotados. Hoje várias espécies estão extintas por conta do comportamento autoritário e valorativo que o homem exerce ao longo do tempo.

Esta concepção, porém, não é única, ainda que predominante, no Ocidente. No Oriente, as concepções Budista e Hinduísta a respeito da natureza, são de outra ordem e reconhecem que os animais também são possuidores de almas, e que estas sucessivamente se incorporam entre eles e o próprio homem, o que provoca grande respeito para com os animais.

Do domínio humano sobre os animais, o homem constrói sua história no mundo, que se confunde com a própria organização e manutenção deste.

Se até o século XVII a atitude do homem é legitimada pela teologia e a filosofia, a partir daí, a busca pela construção de um padrão científico que definisse o campo do conhecimento técnico, daquele empírico dominante, acaba constituindo um paradigma que reforça, na sociedade, até os dias atuais, o conceito do animal como um ser vivo destituído de qualquer emoção ou sensibilidade que o aproximasse das características humanas. Este século está vivendo com uma reordenação do mundo social provocada pelas chamadas Revoluções Burguesas, com a instalação de uma nova ordem econômica, o capitalismo, o que provoca no campo do conhecimento a também chamada Revolução Científica que construirá uma argumentação a partir da matematização do

mundo e de sua mecanização, de modo a controlar a natureza e dela extrair o que for necessário para o desenvolvimento da sociedade.

Descartes, entre outros construtores da ciência moderna, "afirma que a Natureza é uma máquina e que a ciência é a técnica de exploração desta máquina" (LENOBLE, 1990, p. 262). É ele quem dará maior impulso à racionalidade mecanicista. Para ele a ciência é conhecimento certo e verdadeiro, que seria construído a partir da "divisão do objeto a ser conhecido em tantas partes quantas forem possíveis e, através do estudo e da observação detalhada de cada uma dessas partes, provar todas as hipóteses previamente formuladas" (CARVALHO, 1991, p. 47). Para ele a primeira divisão deveria ser entre o corpo e a mente ou entre a matéria e o espírito. Ao comparar o animal a uma máquina, este se encontra expropriado de suas sensações e individualidades, permitindo que seja completamente desmembrado, estudado, conhecido, sob a ótica do poder que o homem tem sobre a vida, e assim, dominado. Este conhecimento e banalização sobre a vida animal é coerente com um contexto de apropriação física e moral da natureza, imprescindível para a nova ordem industrial que se instalava. Segundo Descartes, era fundamental para o conhecimento científico que as reações físicas, permanentes, do corpo fossem separadas das emoções, inconstantes, da alma. Desse modo, ao mecanizar o corpo, reduzindo seu conhecimento às suas partes componentes e separando-o da alma/razão, reconhece que o homem se destaca de outros seres por ser possuidor de alma. Está criado o conceito de animal-máquina, legitimando, agora com um caráter científico, sem influências morais ou éticas, o comportamento antropocêntrico vigente.

A concepção cartesiana da vida, que se pretende científica e por isto isenta de compromissos morais, reforça a relação de dominação/exploração do homem sobre os

animais, garantindo a inferioridade desses, permitindo um campo de exercício ilimitado do controle humano (THOMAS, 1989, p. 41). Desse modo, o método cartesiano “com sua receita de separação, hierarquização de fatos, dedução e comprovação de hipóteses” (CARVALHO, 1991, p. 48) ganha tal vulto que ainda hoje é sinônimo de ciência.

Estas concepções serviram para distanciar cada vez mais o animal da valorização do homem, assim, todas as atitudes que a educação erudita e a civilidade julgam erradas, são comparadas como atitudes dos animais. A moral e o racionalismo científico vigentes, na modernidade acabam por padronizar o caráter de civilidade diante do qual qualquer deslize permite o julgamento do infrator como um animal, levando a punições e exclusões sociais. Este tipo de comparação pejorativa perdura até hoje, como, por exemplo, chamar a um mal educado de cavalo, ou a um inconstante de amigo-urso; por outro lado, a mudança de *status* de alguns animais, substitui a agressão por um afago como chamar alguém querido(a) de gato(a), ou a uma moça de pantera, como se os animais expressassem estes sentimentos que são exclusivamente humanos.

No entanto, se o pensamento prevalecente é de dominação, é justo lembrar que sempre houve quem discordasse desta visão simplista e reducionista que situa o mundo como uma distração para o homem (THOMAS, 1989, p. 60).

No início do século XIX, com transformações culturais e sociais, torna-se possível considerar as plantas e os animais de forma diferenciada da então prevalecente. Porém, é um processo lento que ainda hoje não se concluiu por completo. Dele já temos informações a partir de Aristóteles que procura tirar da natureza o caráter mágico e finalístico, reconhecendo características próprias em todos os componentes do universo, independentes da vida humana. Ao contradizer a idéia finalista da presença de Deus na natureza, abre caminhos para a matematização do mundo, a partir do século XVI

(LENOBLE, 1990, p. 72). Ele confere à natureza individualidade. Está criado o mundo da natureza e o mundo da sociedade. O desarranjo da visão antropocêntrica é efetivado com o surgimento da História Natural que ao buscar classificar os seres vivos de forma científica, abre debate sobre o atrelamento de emoções humanas aos outros animais.

Darwin, no livro "Origem das Espécies", vai romper com o conceito de natureza mecanizada ao defender a evolução das espécies, defendendo o caráter permanente e "fabril" da construção da natureza, criando uma idéia de processo. Esta concepção darvinista de um mundo em constante mudança, ocorre simultâneo a hegemonia da burguesia no poder, que busca em sua teoria o caráter liberal que lhe favorece em adotar o conceito de sobrevivência do mais forte, do mais apto, legitimando o livre mercado.

É Lineu quem, imbuído do conhecimento biológico e do racionalismo mecanicista, vai propor, ainda no século XVIII, que os animais e as plantas sejam designadas de acordo com suas características físicas e comportamentais, que sejam agrupadas em gêneros e espécies, e, ainda, identificadas universalmente pelo latim.

A necessidade* de classificar é antiga; em 1607 é publicada uma classificação, na Inglaterra, que separa os animais em três grupos:

1 - comestíveis e não comestíveis

2 - úteis e inúteis

3 - ferozes e mansos.

Estes critérios são todos em função dos interesses e comportamento dos homens. É no grupo dos úteis e inúteis que se situava o cão, que por sua vez era distribuído por outros três grupos: generoso (usado na caça ou por damas da nobreza), rústico (utilizados em tarefas necessárias) e o vil (empregado na cozinha ou outros propósitos subalternos) (THOMAS, 1989, p. 64). É interessante que ainda hoje os cães são

classificados por sua utilidade, agrupados em: cães de caça, de guarda, de companhia, e outras.⁶

Porém, com o progresso da História Natural o conceito de natureza e do comportamento do homem em relação a ela, vão sendo alterados na organização social, ainda que este comportamento não seja unânime entre todos os membros e grupos sociais. Para as classes baixas a relação com os animais sempre teve uma conotação afetiva diferente da nobreza, revelada pelos nomes e o modo de dirigirem-se aos animais, e pela proximidade permanente mantida entre eles. Na Inglaterra, do século XVI, os animais e seus donos dividiam o mesmo espaço físico: casa e estrebaria se juntavam, protegendo os animais e ajudando, no inverno, o aquecimento dos espaços domésticos.

No século XVIII, a criação de animais domésticos já é uma obsessão, o que propicia movimentos da sociedade para alterações de atitudes frente ao bem-estar dos mesmos, defendendo-os da crueldade no trabalho, no abate para consumo e nos jogos onde o sacrifício deles é uma constante, como as touradas, as rinhas de galo, entre outros.

Thomas (1989, p. 178/9), ressalva que este comportamento de defesa dos animais não era novo. Os moralistas de todos os tempos buscaram defender a não agressão aos animais, mas agora esta idéia ganhava corpo no coletivo, ainda que alguns defensores da causa, o fizessem por acreditar que a agressão aos animais brutalizava o homem tornando-o perigoso para a sociedade. Desse ponto de vista era mais uma vez o interesse humano em questão.

⁶Atualmente há uma proposta, nos EUA, de outra classificação das raças caninas a partir de características comportamentais, como docilidade, grau de inteligência, entre outras.

Porém, também⁷ havia uma outra “educação” que permitia o avanço da idéia de respeito aos animais combinando espírito religioso (zeloso com a criação de Deus) com a sensibilidade burguesa que reordenava o comportamento social da época moderna.

Este debate, para além dos interesses grupais, vai produzir mudanças na criação e no abate dos animais para consumo. Hoje ele se corporifica na organização de disciplinas acadêmicas como as de Bem-Estar Animal ou a de Etologia. Se de um lado se discute o conforto para a sobrevivência animal, por outro este debate tem como objetivo fornecer uma carne de melhor aspecto e paladar ao consumidor: o homem, obtida com um animal abatido sem *stress*, nem violência física (PINTO, 1993).

Nesta construção e alteração que a visão de natureza sofre não basta, portanto, o caráter intelectual, é necessário que ocorram transformações sociais externas para que as mudanças se caracterizem e se fixem. É, assim, neste processo dialético entre o pensar e o fazer que a relação homem/natureza se altera a partir de condições concretas na organização social provocada pela urbanização e a industrialização efetivadas a partir do século XVI, definidoras de uma outra ordem social.

Em 1824 vai ser criada na Inglaterra a Sociedade pela Supressão da Crueldade aos Animais, modelo para diversos movimentos parecidos pelo mundo. Atualmente as associações de proteção aos animais são múltiplas e ativas por todo o Ocidente.

O movimento em defesa dos animais freqüentemente se associou a movimentos de defesa dos excluídos da ordem vigente, o que nos leva a perceber que é na verdade um movimento pela construção de uma outra ordem. Outras classes de poder vão surgindo e outras necessidades se impõem. É impossível não conectarmos este movimento de respeito à natureza como componente de uma nova organização social,

onde os antigos personagens ao serem substituídos levam consigo a construção de seu ambiente.

É dentro deste quadro, de revalorização da natureza e de outros papéis para os animais domésticos, principalmente os de estimação, que vamos encontrar uma expressão dominante entre as classes médias, do quê desde a Idade Média era privilégio da Aristocracia, que é a explosão de afetividade do homem citadino para com os animais de estimação, que são mais do que simples companhia. Nas cidades, estes animais, já não tinham suas funções de trabalho e caça como necessárias; já não precisavam ser úteis à atividade humana, bastava serem úteis a afetividade humana, preenchendo o vazio que as relações urbanas expunham seus moradores, além de desconectá-los com o mundo natural.

Esta valorização do animal de estimação serviu para a reconceituação da vida animal, quando estes tiveram suas inteligência e dedicação expressas como valores por excelência deste novo comportamento, pois, "produzir cultura faz parte da natureza do homem. Neste sentido é natural que a natureza também mude, toda vez que, a partir da adoção de novas regras de convivência social, as pessoas sejam capazes de produzir novas culturas e, portanto, novas concepções de mundo e de sua natureza" (CARVALHO, 1991, p. 61).

No século XX, porém, esta visão dicotomizada que a matematização do mundo, pensada por Galileu-Descartes-Newton, organizou, sofre alterações a partir dos conhecimentos produzidos, entre outros campos de conhecimento pela física quântica, que questiona a própria materialidade do átomo e do mundo e a impossibilidade da separação do sujeito e do objeto do saber, provocando a adoção de um novo paradigma científico que garanta maior proximidade ao homem do saber acumulado sobre si e sobre sua relação com o universo.

Desse modo, uma outra concepção de natureza emerge em busca da identificação de processos, onde o importante são as diversas conexões que o homem, entre si e com os outros seres, concretamente efetiva. Com a concepção holística da vida, a parte, perde autonomia e independência, e só é em relação. A complexidade do conjunto é muito maior que a simples soma de seus componentes (CAPRA, 1982). Nesta nova concepção, homem e natureza são indissociáveis, pensar um é compreender o outro.

Na medida em que as relações humanas implicam um processo de exteriorização e de interiorização, de objetivação e subjetivação, suas relações com os animais podem apresentar-se de modo que as necessidades humanas neles projetadas, interiorize no homem padrões de comportamento idealizados, que são considerados naturais por existirem nos animais e passíveis de absorção pelo próprio homem. Desse modo a projeção de comportamento humano sobre os animais, são assimilados pelos homens como sendo "naturais", subjetivamente naturalizando o que foi socialmente construído.

Como pensar uma natureza animal quando a presença e o interesse do homem na manipulação dos seres vivos é inesgotavelmente praticada?

Com os conhecimentos do melhoramento genético, a humanização do comportamento animal, e o poder sobre a vida e a morte sobre os seres vivos (ABREU, 1995), o ser humano exercita seu desejo criador sobre as coisas e os seres.

Desse modo, ao objetivar seu imaginário sobre si e sobre o mundo, o ser humano constrói uma vivência com os animais de maneira especial já que estes podem permitir uma corporificação dos sentimentos e desejos humanos mais instantânea. Assim, os interesses de sobrevivência humana estimuladores do processo de domesticação dos

animais foram se ampliando para a possibilidade da realização afetiva em algumas delas. Dessas, o cão e o gato possuem hoje, mas com origem antiga, grande visibilidade.

Se a aproximação do ser humano com o cão se deu através do instinto de sobrevivência de ambos, exercitado na caça, a história dessa relação se faz de forma bastante especial, onde o homem se apropria das características biológicas do cão, que se submete em troca de moradia e alimento. Sobre o cão o homem exterioriza sentimentos, como confiança na caça e na guarda de seus pertences, evoluindo até a projeção de afetos como aqueles dedicados aos membros de uma família. A aproximação do gato parece ter sido mais comedida. Ainda hoje eles são tidos como animais arredios ao controle do homem, sendo considerados muito mais apegados ao ambiente, ao seu espaço físico que ao proprietário. Porém, o imaginário religioso da antigüidade, que lhes conferia divindades, e as necessidades urbanas de combate aos ratos da Europa medieval, introduziram definitivamente o gato na convivência social e afetiva da casa .

A história dessa convivência registra as alterações emocionais que os homens vivenciam tendo em seus animais de companhia⁷ um alvo de companheirismo e receptáculos de desejos e afetos para a qualidade desta relação, sem subestimar a conferência de *status* social que a posse de algumas espécies ou raças conferem a seu possuidor.

⁷A relação dos homens com seus animais domésticos sempre foi de dominação, preservação e mesmo carinho já que estes representavam a posse de bens e o reflexo do prestígio social e econômico que isto conferia, além da participação da manutenção da família, na alimentação e no trabalho. Esta afeição e zelo do dono com seus animais pode ser encontrado em diversos documentos e livros que buscam compreender ou registrar este processo. Entre outros, baseamo-nos em Keith Thomas e o seu *O Homem e o Mundo Natural*. No entanto, os pequenos animais como o cão e o gato sempre tiveram um destaque nesta relação onde sua proximidade com a intimidade da casa e de seus hábitos se fixou. É destes animais de companhia que nos ocupamos quando falamos

Portanto, uma relação diferenciada, mais “humanizada” entre o ser humano e os animais de estimação é uma das partes visíveis do conjunto de alterações comportamentais que o homem contemporâneo efetiva.

A “humanização” do animal de estimação é uma das formas que a subjetividade do homem se utiliza para a constituição e internalização do próprio *ethos* do construtor dessa relação, onde criador e criatura são revelados através da exteriorização da visão de mundo e das carências emocionais que o homem possa construir, pois, “a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (BERGER e LUCKMANN, 1994, p. 35).

Assim, mais que possuidor de uma natureza, o ser humano constrói a si mesmo, além dos papéis que os outros seres e elementos da natureza precisam ocupar na compreensão de mundo por ele elaborada.

No entanto, para além do uso prático dos animais, o homem ao se pensar socialmente e assim gerar/responder demandas de uso de outros seres, cria e recria sua relação com os animais de companhia, que desde os primórdios são aqueles mais próximos a seus donos e os mais acessíveis, na demonstração/recebimento de emoções como carinho, fidelidade, serviços.

A partir deste processo de domesticação e construção da relação de estima com o animal, como hoje a conhecemos, é possível observarmos a permanente e intensa recriação do papel destes animais na relação com o homem e do próprio homem, dando expressão a demanda de afetos, relações sociais e prestígio que são sobre eles projetados e socialmente reconhecidos criando, desse modo, um novo papel a ser

dessa relação afetiva, ainda que reconhecendo a existência de uma relação afetiva com outras

desempenhado, particularmente pelo cão e pelo gato que, “antropomorfizados”, mais revelam do humano que de suas próprias características.

Desse modo, é possível compreender que parte de uma sociedade vivencie uma nova relação afetiva e de consumo com os animais de estimação conjugada ao surgimento de novos elementos na organização social, cultural e econômica, que de forma conectada e processual compõem necessidades e valores de um tempo sócio-histórico, formando uma nova “ordem social que é *unicamente* produto da atividade humana” (BERGER e LUCKMANN, 1994, p. 76). (grifo do autor)

1.2 - UMA SOCIOGÊNESE DO INDIVÍDUO E DA EXPRESSÃO CULTURAL E AFETIVA SOBRE O OBJETO

Segundo Gilberto Velho (1994, p. 44),

“nenhuma sociedade é efetivamente simples ou homogênea. Mesmo nas de menor escala, encontra-se alguma diferenciação, seja de natureza sociológica, seja a nível dos universos simbólicos (...).

No caso das sociedades complexas modernas⁹, essas características assumem outras proporções e significados. A multiplicação e a fragmentação de domínios, associadas a variáveis econômicas, políticas, sociológicas e simbólicas constituem um mundo de indivíduos cuja identidade é colocada permanentemente em cheque e sujeita

espécies animais, sendo, porém, de outra forma e qualidade.

⁹Estas, para o autor, são as sociedades capitalistas contemporâneas oriundas do processo de industrialização, com acentuada divisão social do trabalho, aumento da produção e do consumo, e de intensa urbanização, constituindo as grandes metrópoles, que, segundo ele, se não impedem, criam “pelo menos um forte óbice ao desenvolvimento integrado dos indivíduos”. (VELHO, 1994, p. 18) É com este entendimento que vamos operar sempre que mencionarmos a vida urbana como dificultadora das relações entre seus membros, ao mesmo tempo que promove ou provoca o surgimento de novas expressões das relações sociais.

a alterações drásticas. O trânsito intenso e freqüente entre domínios diferenciados implica adaptações constantes dos atores, produtores **de** e produzidos **por** escalas de valores e ideologias individualistas constitutivas da vida moderna". (grifos do autor)

Sendo, então, as sociedades complexas modernas produtoras/produto de uma nova organização das cidades e dos indivíduos, através da conjugação entre os mais diversos elementos componentes da civilização⁹ é possível pensar a formação do indivíduo, sob a ideologia individualista contemporânea e o (re)arranjo que ele efetiva nos papéis sociais que desempenha.

Com o individualismo, observamos que as relações sociais são qualitativamente alteradas segundo interesses prevaletentes na sociedade, embora se revistam de uma carga de naturalidade que parece inerente à própria condição humana. A partir da ascensão da burguesia ao poder, efetiva-se uma nova sociogênese de civilização, na qual a sociedade ocidental procura imprimir suas conquistas tecnológicas, econômicas e sociais, constituindo um novo referencial cultural que conforma o comportamento, revelando sua nova visão de mundo, a visão de mundo burguesa em oposição à visão de mundo feudal.

"uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas, elas existem, poderíamos nos arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações" (ELIAS, 1990, p. 249).

É a partir daí que os membros da sociedade contemporânea se vêem frente a desafios culturais e emocionais que vão permitir a criação de uma outra relação entre o

⁹Aqui entendida segundo Norbert Elias, para quem, civilização é um caldo de cultura formador de novos hábitos e atitudes (ELIAS, 1990).

ser humano e seus animais de estimação, quando estes adquirem novos papéis, com responsabilidades/desejos de responder às carências sociais e afetivas que seus proprietários possuem¹⁰.

Com o uso contínuo, os hábitos e valores acabam se naturalizando e sua carga ideológica passa despercebida pelo conjunto da sociedade. Na ordem burguesa a figura do indivíduo parece ser fundamental para a liberdade requerida pelo mercado e, no conceito de igualdade, tende a naturalizar as relações de compra e venda, contrapondo-se à ideologia gregária e dependente, do mundo feudal. Para efetivar este novo personagem é vital a lógica cartesiana, que segmenta o saber e valoriza a parte, o indivíduo, em detrimento do todo, a sociedade, e um novo processo cultural, que redefine o que é ser civilizado. Esta nova civilidade é centrada na cultura do individualismo.

Nesta mudança social, em que instituições como Igreja e família são sublimadas, àquelas pela liberdade de cultos e mesmo pelo ateísmo, estas por uma outra organização onde a estabilidade de seus membros e o poder que os identificam e controlam estão rompidos, permitindo a supervalorização do indivíduo, Elias (1990) mostra como os sentimentos individuais são contidos e conformados em nome da razão, evidenciando como a idéia de civilização vai moldando o comportamento de seus membros. Desse modo, o indivíduo civilizado, fruto das tensões sócio-culturais entre as classes emergentes e a classe politicamente dominante, sofre uma ação “educadora” de comportamento, na qual “a vida emocional do indivíduo é moldada sob pressão da tradição institucionalizada e da situação vigente” (ELIAS, 1990, p. 49). Este processo acaba por instituir um limite social à expressão de afetividade, particularmente no espaço público no

¹⁰Norbert Elias (1990) reconstitui a organização do conceito de civilização defendido pela sociedade burguesa. Para ele, o conceito de civilidade é sempre auto-referente, historicamente construído, de

qual determinadas expressões emotivas são socialmente condenadas e assim incorporadas.

Esta sociogênese burguesa do campo afetivo compõem, historicamente, a criação do indivíduo e a pressão exercida sobre ele e passam por um processo de naturalização permitindo que este se sinta autônomo em suas atitudes e desejos, ignorando que as sanções sociais se perpetuam através do autocontrole que ele desenvolve. Desse modo, a modernidade engendra um indivíduo preso a seus impulsos e, aparentemente, isolado da sociedade. Seus sentimentos e emoções precisam ser reprimidos em público, onde significariam fragilidade emocional, gerando conflitos individuais entre a psique e o socialmente permitido.

Com esta percepção da formação do indivíduo compreendem-se as rupturas que a humanidade contemporânea efetiva em sua vida e as condições que porventura possam daí advir, particularmente aquelas no campo da psique, quando a individualidade permite o enclausuramento do homem em si mesmo, desenvolvendo uma conduta que evidencia sua solidão, quando se separa “o *mundo interno* do indivíduo do *mundo externo* ou, o sujeito de cognição de seu objeto, o *ego* do outro, o *indivíduo* da *sociedade*” (ELIAS, 1990, p. 246) (grifos do autor).

É com este referencial que pensamos a vida sócio-cultural expressa nos centros urbanos de hoje, onde a resposta que a humanidade dá às suas necessidades de trabalho, afetividade, lazer e mesmo simples relações de vizinhança, impregna-se dessa concepção individualista, da qual a sociedade moderna cria e recria o seu processo constitutivo. Neste modelo de indiferença social às particularidades de cada indivíduo, o

modo que atende aos interesses da ordem vigente.

ser humano contemporâneo tende a transferir para os limites da *domus* aquelas necessidades afetivo-emocionais que não são socialmente valorizadas ou permitidas.

Este voltar-se para si e para o interior de sua casa tende a ampliar/gerar a sensação e a vivência de solidão na sociedade moderna, ainda que persistam, na conduta dos indivíduos, as necessidades genuinamente humanas de afetivamente se corresponderem e se reconhecerem no outro (CAMPBELL, 1990). Embora o homem urbano seja carente de expressão afetiva e de relacionamento com seus pares, o comportamento individualista vigente bloqueia essa expressão emocional. Neste caldo cultural abre-se o espaço para a “humanização” do animal doméstico como substituto dos afetos humanos, rompedor de carências e da solidão.

Neste contexto, de contradição e carência afetiva, o surgimento de um novo olhar sobre a relação entre o ser humano e outras espécies animais permite que estas passem a ocupar novos papéis na convivência.

Como é um processo sócio-histórico e cultural, existem, sem dúvida, outros elementos conectados, tais como:

- . o surgimento de novos paradigmas científicos que privilegiam uma visão sistêmica do mundo e de seus componentes;

- . a expansão dos movimentos sociais, particularmente o ecológico, reelaborando o papel dos animais e do homem, valorizando o respeito aos outros seres vivos e ao equilíbrio com os componentes do mundo natural;

- . o reconhecimento da independência e das possibilidades entre todos os indivíduos fortalece movimentos como o feminista, que libera a mulher para o mercado de trabalho e o de consumo. Em uma sociedade que a mulher conquista igualdade de direitos, rompendo o domínio machista, tem alterações a organização e manutenção da

família, via casamento, complexificado com a revolução sexual recriando papéis e valores;

. os complicadores da vida urbana como moradia, transporte, trânsito, violência, produzem uma qualidade de vida questionável, principalmente em uma época que valores como equilíbrio e harmonia do ser humano com o meio-ambiente estão em alta.

Enfim, a conexão entre estas e outras transformações culturais e sociais possibilita a tomada de novas atitudes e hábitos para seus criadores e subjugados, quando o mundo natural - natureza - e a compressão que o homem tem dele e do poder humano de interferir, são reelaborados.

É, portanto, na vivência deste emaranhado cultural da vida social e emocional dos grandes centros urbanos, que podemos observar uma parcela substancial desta população alterando suas relações com os animais de companhia, hoje, muito mais de estimação. O cão e gato assumem papel preponderante nesta nova ordem de caráter emocional, viabilizam o contato com a natureza, e representam signos de *status* social por sua beleza, raridade e, conseqüentemente, seu custo.

Nessa relação emocionada, este animal torna-se um membro da família e como tal deve receber e prestar carinho. Cabe destacar que estes “animais” podem se tornar facilitadores da vivência familiar na medida em que não abandonam seus proprietários - nem pelo casamento -, não falam, não irritam e ainda que dependentes, só são cuidados quando da vontade de seu dono. Esta situação pode acabar por se inverter e de dominado, estes animais podem passar a dominantes na medida em que suas necessidades básicas e projetadas passam a ocupar o dia-a-dia de seus possuidores, renucleando a vida e o sentido da vida de seus proprietários.

1.3- A CONSTRUÇÃO DO ANIMAL DOMÉSTICO

Contudo, se contemporaneamente é possível convivermos com relações extremamente afetivas entre o homem e seus animais de estimação é devido a um longo processo que se concretizou no domínio que o homem exerceu(e) sobre os animais, o que fez com que parte deles fosse considerada de interesse à proximidade da casa humana.

A relação entre o ser humano e os outros animais remonta a mais primitiva era. Estudos paleontológicos evidenciam que esta convivência data da época da "pedra polida" para o cão (o primeiro animal a se domesticar), a cabra, o carneiro, o boi e o porco. E da "idade do bronze", para o cavalo. O gato, de domesticação mais recente, convive com o homem há mais de 2.000 a.C. (DOMINGUES, 1968, p.64).

Domingues (1968), revela que os babilônios há 5.000 a.C. já possuíam animais domésticos, mas, segundo ele, a domesticação animal deve ter ocorrido há 7.000 a. C..

Esta aproximação tão antiga e permanente tem o efeito de alterar/afirmar o comportamento do homem primitivo que de nômade passou a sedentário, e que traz das matas para a proximidade e, mais tarde, para o interior da *domus*, a presença de outras espécies animais. É esta característica que qualifica estas espécies de animais. Para os zootécnicos são consideradas domésticas aquelas espécies capazes de conviverem e reproduzirem-se sob o controle do homem, em caráter permanente. Isto as diferencia daqueles animais que individualmente são amansados mas não conseguem garantir este comportamento para suas gerações futuras. Esta concepção confere à determinadas espécies animais uma predisposição à domesticidade, sem levar em conta o processo histórico que conduz a isto.

O homem, ainda como nômade, se aproxima do cão tendo neste um grande auxiliar para as atividades de caça. Esta aproximação parece ter sido facilitada pelas características alimentares do cão, semelhantes as dos humanos de quem se aproximavam para se apropriarem das sobras de caças abandonadas por estes.

Com o sedentarismo do homem, a convivência com os animais se tornou fundamental na medida em que estes lhes serviam na alimentação (o segundo animal a ser domesticado foi a cabra, de quem se utiliza a pele, a carne e o leite), na caça, na defesa, na proteção contra a natureza - o frio, por exemplo, e/ou, principalmente no início, no universo religioso, onde estes sempre ocuparam lugar significativo na representação de deuses.

Com a atitude do homem de criar os animais, ele passa de caçador a pastor, exercendo, segundo Adam Smith, citado por Keith Thomas (1989, p. 34), "o domínio sobre a natureza (que) teve, também, o sentido de garantir o acúmulo de bens e a domesticação animal foi uma das formas mais primitivas de propriedade privada".

Porém, este processo de domesticação se deu na pré-história do homem, o que impossibilitou, por falta de documentação, um conhecimento detalhado de como ocorreu. O que sabemos é fruto de estudos paleontológicos e de interpretações que nos conduz à compreensão que este processo não ocorreu de forma simultânea, nem semelhante por todos os pontos habitados pelo homem. A domesticação parece ter sido fruto do avanço organizacional do homem e seus pares, exigindo deles uma sofisticação só encontrada, então, no homem do continente asiático, fazendo-nos supor ter sido ali a origem deste processo que só ocorreu no continente europeu após este ter sido invadido por aqueles povos.

Esta imprecisão de detalhes na história da domesticação animal levou diversos estudiosos a afirmarem que não há sincronismo na domesticação de todas as espécies, de acordo com a mesma falta de sincronismo na civilização humana, podendo, assim, algumas espécies terem sido domesticadas em pontos diferentes, por povos distintos, e que o aprisionamento de animais deve ter ocorrido antes por distração e por práticas religiosas, do que por utilidade¹¹.

Desde os primórdios, o homem tem no pensamento mágico a explicação para as coisas que acontecem no mundo, ainda que este imaginário seja por ele construído, de acordo, com o conhecimento e os interesses então existentes. O homem sempre construiu um "saber" sobre o mundo, que o impulsionou e instrumentalizou para a abordagem sobre ele. Porém, a busca da legitimidade deste saber teve na magia, no mito, no mundo místico, seu veículo mor, que pairaria acima das vontades individuais do grupo. Nesse mundo mitificado o homem sempre foi livre para atuar embora nem todas as suas ações fossem do agrado dos deuses, o que exigia do crente uma reconciliação para fugir dos castigos, ou ainda, para agradecer favores realizados.

Esta comunicação com o Superior era realizada através de oferendas, em grande número, utilizando animais considerados prediletos pela divindade homenageada. Mais tarde, a própria divindade passa a ser representada por figuras animais. Nas religiões antigas são inúmeros os deuses representados por eles: os druidas adoravam os cavalos; os egípcios o boi, o carneiro, o gato, o ganso, o crocodilo; os indianos o zebu, o macaco; os gregos a cabra; os judeus o pombo, no período pagão temos o bezerro de ouro, de que nos fala a bíblia; os romanos o galo, entre outros povos, ritos e animais.

¹¹Para maiores detalhes sobre este processo de domesticação, consultar Domingues (1968), onde ele menciona diversos autores e suas hipóteses, extraídas de pesquisas paleontológicas sobre o assunto.

A utilização do animal para se relacionar com o divino vai gerar, de início, uma diferenciação entre as espécies dotando aquelas divinizadas de um caráter especial que as protegia das ações humanas, de caráter predatório. Mais tarde com a ascensão do Cristianismo e o combate ao paganismo, quando uma outra ordem sócio-cultural é organizada, estes animais-deuses sofrem uma perseguição pelos mesmos motivos pelos quais eram, até então, adorados - sua representação de deuses:

Na substituição de visões de mundo, o homem se poupa das responsabilidades que lhes foram impostas pelos deuses e os animais ascendem ou são proscritos de forma a educar o homem sobre o padrão de conduta a ser seguido.

Para Lenoble (1990, p. 38), "a magia é uma necessidade psicológica, tal como a razão. Não morreu no final da Antigüidade, não morreu no século XVIII, os mitos sócio-naturistas...cuja virulência ninguém pode negar, mostram que na nossa época ela se encontra em recrudescência e não em declínio".

Ainda hoje encontramos o emprego de animais na expressão mística do mundo, como por exemplo a idéia de pertencer a um orixá e a legitimidade do abate de animais a eles consagrados, nos cultos de origem africana como o Candomblé e a Umbanda, ou ainda a presença da pomba, que desde os hebreus é a mensageira divina da paz e da reconciliação.

Mais adiante, Lenoble nos alerta para a permanente atualidade e sofisticação do saber produzido em qualquer época:

"fala-se muito da evolução das idéias como de uma passagem, lentamente conseguidas no decurso do tempo, de um pensamento "pré-lógico" para um pensamento "lógico", de um "estado pré-científico" para um "estado científico". Quiçá útil como primeira aproximação, esta maneira de ver encobre, no entanto, uma dupla ilusão. Em primeiro lugar, estabelece na história, cortes não só artificiais (como todas as divisões da história em

períodos) como enganadores. Não toma em consideração o fato, todavia essencial de **todas** as épocas serem definidas como "lógicas" e "científicas" por referência às suas predecessoras "pré-lógicas" e "pré-científicas". Substituí, pois, pela falsa solução de um **escalonamento cronoiológico** das formas mentais, o único problema real: o do **crescimento interno** do "lógico" e do "científico" ... fazemos da "nossa ciência da "nossa lógica" o tipo definitivo de saber" (LENOBLE, 1990, p. 38).

Na busca de sistematizar o grande número de animais domesticados e da diversidade neste ato, os estudiosos buscavam classificá-los tendo em conta o grau de dependência, mansidão e da reprodução destas características para os descendentes, que o conjunto dos animais domésticos apresentava. De acordo com estes critérios, Domingues (1968, p. 66), propõe a classificação em quatro grupos:

1º Grupo: cão, carneiro, cabra, boi, bicho-da-seda, porco, gato, galinha, cavalo, jumento, camelo, dromedário;

2º Grupo: zebu, marreco, ganso, peru, pombo, cisne, pavão, cobaia, lhama;

3º Grupo: búfalo, rena, galinhola, avestruz, pato, faisão, alpaca, coelho;

4º Grupo: abelha e carpa.

Esta classificação foi mencionada a título de curiosidade para a visualização da relação construída entre o homem e os animais domesticados, onde observamos que estes são aqueles que respondem às necessidades criadas pelo homem ao longo do tempo, o que nos faz pensar que outros animais puderam ser domesticados e não o foram, e que ainda outros, poderão vir a ser, já se criam jacarés, avestruzes e capivaras em cativeiros, no Brasil.

Assim, ainda que citemos a gama de animais que o homem domina e de outros que controla (animais silvestres, peçonhentos, insetos etc.), é da relação deste com o cão

e o gato que vamos ãos deter, nela buscando a expressãõ da cultura e do afeto ali expostos.

1. 4 - O ANIMAL DOMÉSTICO COMO COMPANHEIRO

A relaãõ de dominaãõ do homem para com as outras espécies animais, que é, na realidade, parte do processo de dominaãõ que o homem exerce sobre a natureza, remonta a mais primitiva era. Embora tenha sido iniciada com princípios místicos, de distraãõ e utilitários, sem dúvida o que o homem buscava produzir era uma outra relaãõ, diferente daquela vivida entre seus pares, mas que por falta de outro modelo muito tem de parecida com aquela. Assim, os homens fizeram de seus animais, seus acompanhantes no lazer, no trabalho, na guerra, na expressãõ religiosa, fazendo com que eles, de certo modo, se "humanizassem" e passassem a dividir muito do tempo e da atenãõ deste dominador.

O cão e o gãto, hoje expoentes da expressividade da relaãõ de companhia e afeto entre os homens e os animais, convivem com o ser humano há mais de 4.000 anos. Esse convívio, entre outros, vem sendo social e historicamente construído de acordo com as necessidades mais díspares que o homem tem produzido ao longo de sua civilizaãõ. No entanto, se a relaãõ é antiga, ela nunca foi igual, nem no tempo, nem por todos os homens. O homem contemporãneo, pressionado por diversos componentes culturais e emocionais de sua época, renova e/ou cria valores de comportamento em relaãõ a estes animais, reforãando, mais que nunca, o caráter afetivo, que os transformam em animais de estimaãõ, alterando substancialmente a qualidade da relaãõ.

Da pré-história do homem até os dias atuais, este tem diversificado seu comportamento no domínio e uso da natureza, tendo, porém, o antropocentrismo e a antropomorfização do mundo sempre como linguagem, onde podemos compreender que a afetividade em relação aos animais teve muito do caráter afetivo que os homens tinham em relação ao mundo e aos seus pares, coerente com quem é propenso "a imaginar as coisas segundo o modelo da sua própria existência" (LENOBLE, 1990, p. 42).

Isto pode nos revelar de que maneira o homem projetou sobre os animais suas necessidades e suas emoções de modo a interferir na própria constituição orgânica dos animais, seja no melhoramento das raças, seja na criação de novas raças ou na eliminação, inclusive, de raças e/ou espécies que lhes pareciam indesejáveis. Porém, da proximidade com estas espécies domésticas, o homem não se aproximou tão afetivamente, de outras como fez com o cão e o gato. Desde a Idade Média¹², estes já eram tidos como animais de estimação¹³, particularmente pela nobreza, mas é a partir da modernidade e da expansão da urbanização que esta relação se efetiva e expande, num crescente infinito para mobilização do homem urbano, contemporâneo, principalmente nas classes de médio e alto poder aquisitivo.

O homem também se utilizou dos animais para construir padrão de comportamento, divulgado pelas fábulas e histórias onde estes agiam como se humanos fossem. Parece ser desta prática a fixação de alguns comportamentos em determinados animais. Quem desconhece o caráter alegre e desprevenido da cigarra em oposição à disciplina e providência da formiga, que Jean de La Fontaine (1621-1695) imortalizou.

¹²No início do século XVI ganha destaque a presença do cão de estimação, quanto menores, melhores "nenhuma mulher próspera estava completa sem um mascote desse tipo"(THOMAS, 1989, p. 130). Porém, é a partir do século XIX que se publicam obras sentimentais a respeito dos cães, como *The General Character of the Dog*, de Joseph Taulor, em 1804 (ibidem, idem).

1.4.1 - O Cão: um velho amigo.

As pessoas ao possuírem um cão podem:

“estar procurando um substituto para um companheiro leal e sincero que se foi; podem estar procurando companhia, pois se sentem sós; podem querer um companheiro de folguedos para seus filhos, além de um veículo que os ensine responsabilidade e cuidado para com outras criaturas; podem estar procurando algo para dividir um lar sem filhos; ou podem estar procurando adquirir um símbolo de *status* para competir com sua vizinha que atrai muita atenção com seu cão da moda” (GONDREXON e BROWNE, sd, p. 8).

Com esta panorâmica podemos pensar que animal é este que personifica tão intensamente papéis e emoções humanas, hoje em dia? Terá sido sempre assim?

Para entender um pouco esta história vamos ver a origem da domesticação do cão.

O cão foi o primeiro animal domesticado pelo homem. Sua origem é discutida. Imagina-se que ele tenha aparecido há aproximadamente doze mil anos atrás, contemporaneamente em todas as partes da terra (PUGNETTI, 1994, p. 7). Sua domesticação provavelmente foi facilitada, e é apontada como espontânea, devido ao uso que eles faziam do resto alimentar das tribos humanas.

Pugnetti (1994, p. 7) fala desse processo de forma curiosa:

“O *Homo sapiens* e o lobo logo se entenderam porque possuíam a **mesma organização social** e, afinal de contas, a **mesma forma mental** instintiva. O lobo vive com a sua fêmea, e todo o clã colabora na caça sob a liderança de um chefe. As tarefas

¹³É por esta condição que se distinguiam dos demais, possuindo um nome, podendo entrar em casa e sendo proibido sua morte, além do carinho que lhes era conferido (THOMAS, 1989).

eram bem distribuídas: um lobo escolhia a pista trilhada pela presa, um outro lhe interceptava o caminho, o mais audaz agarrava-a pela garganta. E se as presas vagavam em grupo, não faltava o lobo encarregado de isolar a vítima.

Logo o chefe do grupo tinha o direito de dilacerar a presa em primeiro lugar e, saciado, concedia aos companheiros, seus dependentes, o direito de terminar o banquete. O homem, indo à caça, comportava-se do mesmo modo, ocupando o dia na procura de alimento para si, enquanto suas mulheres recolhiam frutos silvestres e cuidavam da prole. Provavelmente o homem, que vivia em grupos familiares sedentários, lançava os ossos e os restos da sua refeição àqueles animais esfomeados que vagavam ao redor do vilarejo de pára-ventos e cabanas. O lobo compreendeu, gradualmente que o homem, para agarrar as presas, possuía "armas superiores": arneses de pedra, flechas e laços. Admirou-lhe a superioridade venatória, considerou-o um chefe e começou a segui-lo à distância, mesmo durante as operações de caça, e a voltar com ele para o povoado a fim de obter a sua própria parte".

Esta descrição é bastante fantasiosa. Pelo lado humano pensa o homem de forma "naturalmente" organizada, machista e como o centro da objetivação do mundo. Não é novo, mas é estranho. Pelo lado do comportamento animal, não se vê outro, se não o do próprio homem, dando ao lobo a percepção e o julgamento dos humanos, particularmente como hoje os conhecemos. É um texto interessante por cometer estes equívocos mas, mais ainda por servir de material difusor desta concepção da relação homem/animal.

À parte o folclore da domesticidade, é possível que ela tenha sido a mais espontânea já realizada, facilitada pelos hábitos alimentares desses animais.

21439-

U.F.R.R.J. - BIBLIOTECA CENTRAL
Nº REGISTRO 485/98

Os cães após se domesticarem foram desenvolvidos a partir de raças¹⁴ que se construíram por mutações naturais, conservadas, ou por cruzamentos deliberados. A padronagem racial foi intensa e até hoje novas raças são construídas, sempre com o objetivo de atingir um padrão de expectativa elaborado pelo homem, para ser cumprido pelo animal.

Com o surgimento, a diversidade e o crescimento das raças, a necessidade de classificá-las tornou-se imperiosa, e foi, quase sempre, baseada no uso e no instinto dos animais. Assim, as diversas raças foram divididas em grupos, variáveis segundo critérios nacionais mas tendo em comum o caráter de utilidade, ainda que não mais para uso.

Possivelmente o primeiro cão de raça definida, como hoje conhecemos, tenha sido o Saluki, um cão de caça bastante veloz, de origem árabe, um dos primeiros povos a atuar na padronização das raças, de início com os cavalos, e logo com os cães (PUGNETTI, 1994, p. 8).

Na Antigüidade, as pesquisas arqueológicas nos mostraram, através das pinturas e inscrições, ter sido os cães presentes e considerados em quase todas as civilizações conhecidas.

No Egito dos Faraós, os cães encarnavam deuses, eram sepultados em túmulos e, se mal tratados, levavam seus algozes até mesmo à morte segundo a legislação vigente. Também na Pérsia e na Grécia já eram considerados possuidores de sentimentos humanos¹⁵.

¹⁴“Uma raça é um grupo de animais, criados pelos homens, para que possuam certas qualidades hereditárias incluindo um aspecto uniforme que os distinga dos outros membros da mesma espécie” (PUGNETTI, 1994, p. 8).

¹⁵Homero, na *Odisséia* (obra pública, com diversas edições/editoras), revela que “Argos”, o valioso cão do herói Ulisses, só morre após ver o retorno de seu dono, o que ocorre 20 anos depois de sua partida. Na literatura brasileira contemporânea, é impossível não lembrarmos do companheirismo da “Baleia” criada por Graciliano Ramos, no seu *Vidas Secas* (Editora Record, Rio de Janeiro).

O hábito de seu sepultamento também foi encontrado na América pré-colombiana, onde eram enterrados junto com seus donos.

A exceção era exercida pelos hebreus que viam os cães como animais sujos já que seus hábitos alimentares incluíam a utilização de restos de outros animais. Este julgamento foi reforçado pela Bíblia que em diversas passagens cita o cão como animal desprezível. Além do aspecto religioso, essa desconsideração pode ter sido facilitada pelo fato dos hebreus não terem sido um povo tipicamente caçador, tarefa que após a domesticação sempre se apoiou no cão.

Na China, até hoje, são utilizados como iguaria na culinária, o que levou quase a extinção de algumas raças locais, salvas pelo interesse de criadores estrangeiros.

Por este período é possível que o grande papel do cão tenha sido o de participar da caça, como acompanhante, farejador, encurralador, desentocador e mesmo o de recolher o animal abatido, em lugares inacessíveis. Estas tarefas servirão mais tarde para exigir e permitir cruzamentos entre raças originando animais específicos para combaterem os animais caçados, fossem coelhos, javalis ou aves. Esta especialização nos cruzamentos origina os grupos de caça e tiro, caça e presa e ainda os terriers¹⁶.

Além da caça já se encontravam relatos do cão servindo de guarda, identificados por coleiras e inscrições que alertavam para os cuidados com o cachorro.

Durante o Império Romano sua viabilidade de uso nas guerras foi bastante empregada, iniciando hábitos utilizados na contemporaneidade, como animais farejadores de adversários, mensageiros, ou mesmo como animais-bombas.

¹⁶“O nome Terrier vem do latim terra, e estes cães eram inicialmente usados para caçar texugos e raposas, empurrando-os ou escavando-os de dentro das tocas em que se escondiam dentro da terra” (GONDREXON e BROWNE, sd, p. 108).

período medieval a caça é revigorada como atividade útil e nobre, com ela espaços o cão, período em que os terriers e os animais de pequeno porte são

preciosos.

período é possível que o cão tenha se tornado, aqui e acolá, um animal a ponto de habitar no interior da residência humana, porém, o gosto da aristocracia pelo animal de companhia se revela . de então, há um provérbio que diz "não pode ser fidalgo (THOMAS, 1989, p. 124). E não se tratava de um cão utilitário e sim de estimação que faziam as alegrias da corte e o mimo das damas. de pequeno porte físico são bastantes valorizados e cruzamentos nesse

A posse de um animal perfeito e belo granjeava a seu proprietário destaque social, e conquistava, para o animal, um lugar definitivo dentro de casa. Esse *status* social conseguido pela posse de um animal de valor, parece que se inicia com o cavalo e rápido passa ao cão, com demonstrações de vitalidade até os dias atuais.

Nos tempos modernos o cão já é presença permanente e abundante por todo o Ocidente. Na Inglaterra, segundo Keith Thomas (1989) a presença maciça dos cães, e particularmente dos cães de companhia, é facilitada pelo processo de urbanização e industrialização que passa o país, onde os laços e a vida com o campo são dificultados, além, das necessidades primárias de moradia e alimentação estarem garantidas, o que junto projetou o cão como um elemento, não mais necessário ao labor mas por puro prazer de companhia, simultâneo à sensação de estar de alguma forma, se relacionando com a natureza.

Com a presença maciça desses animais, a elevação de *status* que eles tiveram, tornou-se importante que este acervo fosse publicamente reconhecido e admirado, e o quê melhor do que uma exposição para este fim? Desse modo, em 1859, é organizada na Inglaterra, a primeira exposição canina, reservada aos cães de caça, com 50 participantes (PUGNETTI, 1994, p. 10).

Para este animal especializado, a manutenção do padrão da raça era de suma importância e para isto era preciso que se controlassem os cruzamentos e, que os animais fossem registrados, ganhando pelo *pedigree* seu valor permanente. Para este fim é criado o *The Kennel Club*, também na Inglaterra, em 1783. Da Inglaterra essa prática se difunde, em 1875, para a Itália e em 1884 chega aos EUA, onde é criado, em 1884 o *American Kennel Club*.

No Brasil, 139 anos após a criação do primeiro *Kennel Club*, é criado em 11 de novembro de 1922 o *Brasil Kennel Club* - BKC (atualmente - 1996 - com 623 sócios), e a 14 de julho de 1923, realizava-se no Rio de Janeiro, a primeira exposição canina. O BKC reconhece a existência de 107 raças no Brasil, distribuídas pelos 7 (sete) grupos classificatórios.

Com a mudança da sensibilidade humana em relação aos animais (THOMAS, 1989, p. 223), é criada, em 1824, na Inglaterra, a Sociedade para a Supressão da Crueldade aos Animais¹⁷, nem por isto deixando de revelar que “por trás da evidente distinção de classes havia uma fronteira muito nítida entre as sensibilidades. A delicadeza com os animais era um luxo que nem todos tinham condições de praticar” (THOMAS, 1989, p. 222).

Fruto do movimento contra a crueldade com os animais, em 1898 é abolida na Grã-Bretanha o corte de orelhas dos cães, prática comum que evitava dilacerações na

¹⁷Na Holanda, desde 1689, a luta entre os animais era ilegal (THOMAS, 1989).

caça e nas lutas; ignorar a Lei, impede os animais lesionados de participarem de exposições. Atentos a modificação do comportamento humano em relação aos animais, a UNESCO proclama em 1978 a ***Declaração Universal dos Direitos dos Animais*** (Anexo VII) que passa a servir as organizações sociais na pressão contra os governos no sentido que assumam sua tutela dos animais e que criem e efetivem, localmente, uma legislação de proteção.

Esta Declaração merece alguns comentários, na medida em que representa um avanço e estandarte contra o domínio que o ser humano sempre exerceu sobre as outras espécies animais. Ela surge envolta de uma mudança comportamental onde a individualidade e o direito à vida dos animais passa a importar, no entanto, busca conciliar o uso, o respeito e a liberdade dos animais de modo a lhes garantir direitos sem que deixem de atender aos interesses humanos para o trabalho e a alimentação, por exemplo. Além disto, alguns de seus princípios viram letra morta, como os expostos nos artigos 4, 8 e 10, entre outros, que seguidos à risca dificultariam a existência de Jardins Zoológicos e impediram a apresentação de animais em circos e parques de diversões. Contudo, é impossível não vermos nela um avanço no trato com os animais e sua possibilidade de influenciar a legislação interna dos países modernos, já que ela surge com a chancela de um segmento da Organização das Nações Unidas - ONU, não por acaso aquele que cuida dos assuntos culturais, a UNESCO

No Brasil, desde 1943 existe, no Rio de Janeiro, a Sociedade União Internacional Protetora dos Animais - S.U.I.P.A., uma organização filantrópica de ajuda aos animais, com mais de 1.000 deles sob sua tutela. Atualmente é presença constante e segura na disputa com convenções condominiais contrárias à presença de animais em edifícios de apartamentos.

Em 13 de novembro de 1987, os países membros da Comunidade Européia assinavam a Convenção Européia para a Proteção de Animais de Estimação, eram 12 países até setembro de 1994. Por ela não se deve causar "dores inúteis, sofrimento e angústia a um animal de estimação"; critica as cirurgias que não sejam terapêuticas, como o corte de orelhas e caudas. Nos EUA, a Associação dos Veterinários pelo Direito dos Animais, também luta neste sentido¹⁸. As cirurgias de caudas e orelhas foram instituídas a partir da padronização estética de algumas raças, a partir dos clubes especializados, buscando realçar, nelas, algumas características como ferocidade, estado de alerta e/ou maior embelezamento do conjunto.

Desse modo, entre alterações da sensibilidade no trato dos animais, na sofisticação da relação com eles, no *status* social que a posse de determinadas espécies e raças conferem, e no reconhecimento de valor, inclusive financeiro, dos mesmos, o homem foi, através do tempo e de cruzamentos sucessivos, alterando e criando raças, ora eliminando características consideradas ruins, ora fixando outras de modo valorizada, permitindo que se avalie o quanto o conhecimento genético serviu a estes propósitos de Criador que o homem sempre demonstrou possuir. É com estas alterações que raças são extintas, outras surgem, e que seus agrupamentos já não se fazem mais por simples instinto animal, mas por novas necessidades que o homem vai produzindo historicamente. Assim, o cão que vive em média 13-15 anos, podendo atingir os 20, vai ter uma classificado em grupos de raças em função de suas utilidades, ainda que sua característica identificadora não precise mais ser praticada, mantida, porém, para efeitos de julgamento em exposições e para o agrado de seus proprietários.

¹⁸PENNACHI, Marcos. "Orelha e cauda: cortar ou não?" *in* Cães e Cia, São Paulo, nº 194, v. XVII, julho/95. p. 61-62.

O Brasil segue o modelo norte-americano de classificação das raças que reúne as diversas raças em seis grupos (caça, galgos, trabalho, *terriers*, luxo e companhia). Aqui, os cães são reunidos em sete grupos: caça e tiro, *haunds*, guarda, *terriers*, luxo, companhia e utilidade.

Os autores pesquisados identificam mais de 300 raças reconhecidas pela Federação Internacional de Cinofilia, onde o maior número delas se encontra no grupo de caça (*Beagle*, *Pointer*, *Weimaraner*, *Setter*, *Cocker Spaniel*, Galgo, entre outros), porém, sem dúvida alguma as mais conhecidas do homem comum são as do grupo companhia, entre elas o *Poodle*, Pequinês, *Yorkshire*, Lulu da Pomerânia, Dálmata, Maltês, e o *Chihuahua*.

1.4.2 - O Gato: vivas para um (ex)maldito.

O gato tem sua domesticação recente. Por ser, durante muito tempo, considerado inútil pelo homem não teve sua convivência provocada, até ser descoberto como um grande caçador de ratos. Sua mais antiga prova de convívio com o homem data de 4.500 anos atrás, registrado em tumbas do Egito antigo, país que tinha nestes animais a incorporação divina de sua deusa da fertilidade - Bast -, da energia e da luz. De todos os animais divinizados, no Egito, parece ter sido o gato o mais valorizado, seu culto passava de pai para filho e quando mortos, sempre de ordem natural, caso contrário levava seu algoz à morte, eram embalsamados e enterrados, alguns inclusive na companhia de ratos, coerente com o imaginário da vida pós morte do povo egípcio.

Seu culto se declina a partir do primeiro século de nossa era.

Sua entrada na Europa¹⁹ provavelmente ocorre através dos gregos que subtraem do Egito alguns casais, pois deuses não se comercializa. No primeiro século de nossa era eles já eram populares no território europeu. Da Europa vão para o Oriente - China e Índia, onde passam a simbolizar paz, serenidade, além de se destacarem como exímios eliminadores de ratos. Na Índia, como no Egito, eles encarnam divindades ligadas à fertilidade e à paz, vinculação essa que com o avanço do cristianismo custou-lhes perseguições da Igreja Católica por considerá-los comprometidos com o paganismo. No século XII, provocado possivelmente pela adoração a uma divindade norueguesa - Freia, deusa da fertilidade -, a Igreja declara guerra aos gatos que passam a encarnar a imagem do mal. "Na Inglaterra de Maria Tudor, eram queimados como símbolo de protestantismo, e no reinado de Elisabete I, como símbolo de catolicismo" (PUGNETTI, 1991, p. 16). Também foram associados às bruxas, o que determinava sua condenação às fogueiras da Inquisição.

No século XV a espécie estava em perigo de extinção, com a existência de superstições e crendices que atrelavam ao gato todos os azares dos homens, e que só após as revelações microbiológicas de Pasteur, que identificavam nos microorganismos a origem das doenças, e não nas bruxas e feitiços, a situação do gato passa a se alterar, chegando a ser reconhecido como exemplo público de higiene, dado a uma de suas características comportamentais que é o de estar sempre se lambendo.

Porém, ainda hoje, cruzar o caminho com um gato preto tira a tranquilidade de algumas pessoas.

¹⁹Esta e outras informações deste item são extraídas de Gino Pugnetti, no livro Todos os Gatos, de 1991.

O gato, resgatado em sua imagem de útil e belo, passa a ser cantado em prosa e versos por diversos intelectuais, músicos, pintores, poetas, que vêem nele a incorporação de sentimentos (humanos, claro) valorizando suas qualidades de animal doméstico, de companheiro doce, tranqüilo, sedentário, orgulhoso, curioso, prudente, silencioso, divertido, voluptuoso e terno (DELORT, 1984). É claro que há quem também o acuse de indiferente, ladrão, astuto; com estas emoções, fica farta a lista de gatos famosos no imaginário coletivo, produzidos por estes pensadores e difundidos pela cultura popular, como o Gato de Botas, o gato Félix, o Garfield, entre outros.

A presença do gato no imaginário social é tão forte, que diversos provérbios e ditados, além das histórias e fabulas moralistas são produzidos e reproduzidos intensamente, citando e fixando comportamentos humanos ora reprováveis, ora desejáveis. Assim, fala-se em pessoas “espertas como um gato” ou “falsas como um gato”; chama-se um larápio de “gatuno”; aos brigões diz-se “viver como cão e gato”; a uma mulher sensual chama-se de “gata”; a algo confuso chama-se “saco de gatos”; e tantos outros que dão ao gato valores que ele desconhece mas que revelam muito do seu julgador.

Como os cães, os gatos tiveram sua multiplicidade racial definida pelo gosto do homem, que através de mutação e herança genética fixam padrões raciais. Até o século XIX pouca variação existia, a não ser os gatos brancos e os pretos. Diferente dos cães, suas raças se definem a partir da pelagem, classificada em curta e longa, e de sua cor; a elas também se atribui algumas características de comportamento, mas, diferente do cão, o gato entra na casa, quase sempre, pelo aspecto afetivo que ele estimula, exceto quando de sua necessidade no combate aos ratos. Ainda hoje são considerados como excelentes eliminadores de ratos.

Quanto à sua⁷ valorização pública, é também na Inglaterra que vamos encontrar sua primeira exposição ocorrida em Londres, no ano de 1871. Nos EUA, a primeira exposição ocorreu em *New York*, em 1895. Seus criadores se organizam através de associações, algumas ligadas à Federações. A mais antiga delas, a G.C.C.F.- *Governing Council of the Cat Fancy*, da Inglaterra, têm suas decisões de controle da espécie servindo de modelo para todo o mundo.

Diferente dos cães, que além do registro no *Kennel Club*, se registram também nas diversas associações de raças especializadas, o gato tem seu registro concedido pelas federações internacionais, que possuem quatro representantes no Brasil, entre elas a *FIFe - Federação Internacional Felina*, e a *World Cat Federation*, ambas com sede na Alemanha. Estas federações dão o *pedigree* e reconhecem novas raças. Aqui no Brasil, tivemos o gato comum de pêlo curto, o famoso vira-lata, reconhecido como raça. Além das federações existem os Clubes do Gato que organizam exposições e registram ninhadas. Estas organizações se iniciaram no Brasil a partir da década de 80²⁰. As raças são definidas pelo tamanho da pelagem, Pugnetti (1991, p. 88-125), relaciona 14 raças de pêlo longo (persa, angorá) e 26 de pêlo curto (abissínio, siamês, pêlo curto brasileiro).

O gato tem uma média de vida estimada em 10 anos, podendo ir até aos 18 anos.

Segundo Delort (1984, p. 446/7),

"todos esses gatos guardam as características do primeiro estágio da domesticação, podendo facilmente voltar à vida livre e selvagem, porque sua natureza primordial não foi ainda profundamente alterada; entretanto, a sofisticação dos cruzamentos, com o objetivo de obter animais com pêlos soberbos ou com temperamento afetuoso, a modificação do gênero de vida, a mudança total do regime

alimentar, que substitui pelo leite, mingaus, peixe, os pequenos roedores e os pássaros vivos que adquirem seus costumes, se arriscam a provocar uma evolução rápida.

Que destino para um animal! Passados do divino ao diabólico, do utilitário ao luxuoso, da exploração cínica à suave intimidade, do Egito, da Índia, do Sião, da Birmânia ao Ocidente e, de lá para o mundo, esses "gatos poderosos e doces, orgulho da casa", guardam, mesmo na sua domesticação, nos seus gestos, os mais carinhosos, essa reserva e esse enigma tão atraente e tão confuso, em comparação com a nossa banalidade cotidiana, essa perspectiva do mundo irreduzível e misterioso do selvagem, com seus fragmentos, que iluminam vagamente suas pupilas místicas".

*

Desse modo, é possível observarmos a interferência contínua e qualificante que o ser humano efetiva sobre a vida animal, quando utiliza os conhecimentos produzidos pela biologia, a genética e a etologia de modo a projetar nos animais as idealizações humanas, particularmente o desejo criador que o homem exprime diante da vida.

No processo de seleção e criação de raças e de comportamentos, o homem socializa a natureza animal que, por extensão, se torna uma criação humana. A criatura mais do que se identifica, revela seu criador.

A permanência e ampliação desse processo de (re)construção do animal de companhia/estimação é apropriado pelo econômico que se articula e constrói uma rede de serviços e produtos que possibilita a materialização das necessidades e desejos humanos sobre os animais.

²⁰Estas informações foram obtidas através de entrevistas com a Sra. Sylvia Roriz, vice-presidente do Clube Brasileiro do Gato do Rio de Janeiro - CBGRJ, em 1996.

Capítulo 2

2 - O ECONÔMICO E O CAMPO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Ao examinarmos alguns elementos da cultura e do afeto contemporâneos que valorizam os animais de estimação, percebemos que não só um antigo regime está sendo destruído, mas também: a antiga família nuclear burguesa; uma queda do poder patriarcal; a reconceituação dos “bens de prestígio”¹; a relação entre prestígio e poder, e outras transformações que ocorrem simultaneamente. No sentido em que a posse de pertences historicamente valorizados, projeta sobre seu proprietário o reconhecimento social de sucesso e poder, procuramos entender um outro elemento presente na posse de um animal de estimação, além das carências afetivas. Com este viés é possível se compreender a valorização racial e a expansão dos criatórios desses animais, garantindo, nesta construção de novos hábitos, a posse de um animal com *pedigree*, o que vale dizer

¹Para Heilbroner (1988), são aquisições que, valorizadas socialmente, conferem a quem as possui prestígio e distinção, projetando sobre às coisas um tratamento de extensão da pessoa.

reconhecimento social de suas características genéticas (CARVALHO, 1994; NEVES, 1995).

Com estas mudanças, o próprio processo de dominação do homem sobre o animal acaba se invertendo. As necessidades e carências do animal passam a motivar a existência social de seu proprietário: aquele precisa passear, comer, de enfeites, de trato, de cuidados na saúde e na doença, de cortar pêlos e unhas, de comemorações (aniversários), de ser enterrado, enfim, precisa do afeto de seu dono, o que passa a dar sentido à vida deste último, quando ele deixa de fazer determinadas atividades para não faltar aos compromissos com seu novo “dependente”.

Ao fragilizar o preconceito da dominação exercida sobre o mundo e necessitando de maior expressão afetiva, a sociedade contemporânea produz um novo animal que passa a ocupar um lugar diferente, mais afetivo, diríamos mesmo “antropomorfizado”, em nossas vidas, pois o ser humano não compreende nada diferente de si mesmo. Assim, tudo se “humaniza”.

A transformação na relação com esse animal relaciona-se a um movimento maior da sociedade, que se expressa na produção afetivo-cultural e no mundo dos negócios, tendo o animal de estimação sido recriado como veículo de um novo *ethos*, que estaria influenciando na formação e atuação do médico veterinário, dentre outros setores da vida social.

2.1 - A DINÂMICA DO ECONÔMICO

Desse modo, é necessário, para se compreender a dimensão conferida a esta relação contemporânea entre o proprietário e seus animais estimados, uma busca nos

campos sócio-cultural e no econômico para melhor visualização do processo, já que este é de uma dimensão notável, mas não é a única forma de expressão do homem contemporâneo, nem atinge todos os membros de uma comunidade.

Com a construção e a proliferação do animal de estimação, a ampliação do número de casas/apartamentos que os acomodam e do número de produtos e serviços que “necessitam”, observamos uma (re)organização do mercado profissional para o médico veterinário, entre outras alterações.

Na existência de um “novo” animal, onde suas necessidades e consumos em tudo se assemelham as do seu dono, o mercado responde/provoca alterações no fazer clínico do médico veterinário que se expande por esta área de atuação - melhor apresentado no capítulo 3 - além de caminhar, como na medicina humana, para áreas específicas de conhecimento clínico como dermatologia, cardiologia, oftalmologia, ortopedia, odontologia, nutrição, homeopatia, o emprego de terapias alternativas como florais de Bach, cromoterapia e acupuntura. Esta diversidade de conhecimentos é requerida, ora pelo paradigma científico, ainda dominante, que defende estar na especialização a melhor forma de se dominar o assunto; ora por projeção, na clínica veterinária, dos hábitos e valores médicos presentes no comportamento dos proprietários destes animais, que exigem igualdade nos tratamentos de seus animais/filhos de acordo com aqueles que julgam serem os mais científicos e modernos, iguais aos que utilizam em seus próprios tratamentos terapêuticos.

É claro que os profissionais da Medicina Veterinária, enquanto membros dessa sociedade, também passam por transformações e alteram seus costumes e valores, permitindo o encontro de desejos e opções técnicas, entre profissionais e usuários desses novos hábitos.

Por um motivo ou por outro, ou ainda por todos, a clínica médica veterinária, ainda que sempre tenha existido, e de certo modo seja a prática que qualifica a profissão, a partir dos anos 80 passa a ser no Brasil, particularmente nos grandes centros urbanos, o maior mercado absorvedor dos profissionais de Veterinária. Essa dimensão da especialidade profissional - que ainda atua na saúde pública, na tecnologia de alimentos e na produção animal, sem, no entanto, possuir exclusividade nestas práticas - mais que numérica teve que se modificar em sua apresentação para atender novas demandas culturais da sociedade e particularmente de seus clientes.

De pequenas clínicas e consultórios até então vigentes, os anos 80 e os 90 vão construindo a necessidade de sofisticação na apresentação física e nos serviços por eles apresentados, cada vez mais se aproximando do padrão de atendimento dispensado aos humanos. O médico veterinário do sabe/faz tudo, vai abrindo espaço para as especializações clínicas, para o uso de elementos coadjuvantes ao diagnóstico/tratamento, como exames laboratoriais, de raios X, ultra-sonografia, ecocardiograma e às terapias alternativas ao modelo médico ocidental.

Com a valorização clínica do médico veterinário e suas diversas especialidades, tem havido um aumento do número de clínicas e consultórios por todos os centros urbanos do país. Em 1987, o Conselho Regional de Medicina Veterinária do estado do Rio de Janeiro - CRMV-RJ, organismo controlador do exercício profissional e fiscalizador, em caráter privativo, de toda e qualquer atividade que se refira ao mundo animal, registrava a existência de 199 clínicas/consultórios de atendimento veterinário; em 1995, esse número subia para 385 destes estabelecimentos, além da existência de 8 laboratórios de análises clínicas e 2 de diagnósticos radiológicos, um acréscimo de quase 100 % na oferta, sem levarmos em conta que estes números, ainda que oficiais, não

refletem a realidade², já que diversos estabelecimentos existem sem registro oficial escapando do pagamento de taxas e tendo vida longa devido ao pequeno aparato fiscalizador do CRMV-RJ.

A alteração no *status* do animal de companhia, além de articular o exercício de parcela significativa dos profissionais de Medicina Veterinária, reflete também na formação destes profissionais, tendo o número dos cursos existentes aumentado em todo o país, bem como do espaço que os assuntos clínicos ocupam na grade curricular (ver estes itens no capítulo 3), além de possibilitar a expansão dos pontos comerciais que garantem a oferta dos mais diversos produtos para consumo deste tipo de animal, desde a medicação, passando pela alimentação, até vestuário e brinquedos.

Estas mudanças na oferta e no consumo de tantos produtos é possível na medida em que com a mercantilização do subjetivo o econômico se apropria do afeto e move uma gama de questões, dentre as quais as questões do supérfluo, da produção de bens de luxo como bens de prestígio, para além das desigualdades sócio-econômicas, pois estes são componentes do processo organizador da sociedade, quando “o mundo dos negócios é encarado como um mero veículo por meio do qual princípios mais amplos e abrangentes de ordem e movimentos são postos em prática” (HEILBRONER, 1988, p. 12).

Com estas transformações culturais e econômicas a divisão social do trabalho se aprofunda e efetiva uma expressão de atuação urbana à profissão do médico veterinário, que, até então, era visto como profissional ou do Estado, ou vinculado à produção de alimentos de origem animal, tendo a clínica médica como atividade de apoio à manutenção dos rebanhos. Não se deve perder de vista que esta alteração está conectada a uma nova necessidade do aparelho de governo que pôde prescindir da

²As Presidências da ANCLIVEPA e da APCV estimam este número em torno de 900

contratação em massa desses profissionais, forçando-os ao caráter liberal da profissão - a clínica -, e aos movimentos sócio-culturais que alteram o *status* do animal doméstico e da relação do ser humano com a natureza; sem estas conexões a expansão da clínica veterinária pode ser, de modo reducionista, entendida como um avanço da "natureza" da profissão.

Nos grandes centros urbanos, são oferecidos serviços como: hotéis, salões de beleza, moda, adestramentos, planos de saúde, exames laboratoriais e radiológicos, funerais e cemitérios com crematórios, viabilizando e estimulando um consumismo que movimenta significativos recursos nos mercados de investimento, num montante de 250 milhões de dólares no ano de 1993³. O setor de químicos, vacinas e rações articula-se com esse mercado e oferece uma variedade quase infinita de possibilidades para a produção de novos produtos e tecnologias, inclusive parte dos investimentos é utilizada em pesquisas nas universidades.

Assim, esta exteriorização da existência de um novo animal torna-se vital para uma sociedade de consumo onde o mercado perpassa toda a vida social, recria instituições e relações de comportamento, onde todos os bens sociais e culturais transformam-se em mercadorias e o fetiche destas impregnam a relação entre os seres humanos e destes com seus pertences, onde é possível visualizar a expressão e a importância da posse de bens de prestígio como elementos distintivos entre as pessoas, os quais, em muitas sociedades, são seus maiores objetos de representação⁴.

estabelecimentos, em 1996, conforme depoimentos de seus Presidentes ao autor.

³Cf. Jornal do Brasil, *Revista de Domingo*, nº 897, de 11/07/93.

⁴O pressuposto aqui é o de que tais alterações do mercado só se tornaram possíveis quando conectadas a outras transformações na vida sócio-cultural e afetiva que redefinem valores, papéis e funções para seus membros.

Segundo Heilbroner, o homem possui em sua psique componentes tão fortes e permanentes como

"a necessidade universal de dar e receber energia libidinal ou afeto; a capacidade de fantasia consciente ou inconsciente; os impulsos narcisistas e agressivos; os conflitos edípicos, além de outros atributos primordiais e inextinguíveis da psique"(HEILBRONER, 1988, p. 15).

Na tensão entre os objetivos do sistema capitalista e as necessidades intrínsecas da psique humana Heilbroner nos auxilia evidenciando como se conduz essa relação já que para o atendimento ao desejo de acúmulo de riqueza é preciso que o indivíduo sinta necessidade de operar no mercado de consumo conferindo valores de uso a mercadorias para além de suas necessidades básicas de sobrevivência.

Assim, se por um lado, o capitalismo cria as condições favoráveis para seu objetivo acumulador e altamente competitivo, concretizando o prestígio e exprimindo poder, por outro, estes componentes da psique humana nos revelam que as esferas econômicas, afetivas e culturais convivem e coordenam, sem primazia, a ação humana.

Neste processo de estímulo às necessidades sociais, culturais e afetivas de aquisição e manutenção do *status* social, o econômico se esforça por responder e produzir valores de uso nos mais diversos elementos do universo.

2.2 - O ANIMAL CONSUMO/CONSUMIDOR

a - Canis, hospedagem, treinamento

Sob esta denominação, o CRMV-RJ registra em dezembro de 1995, o número de 06 estabelecimentos. Embora este seja um número oficial, a realidade se mostra muito

mais ampla, a Revista Cães & Cia, nº 198, de novembro de 1995, publica em suas páginas de classificados, a relação de 34 canis e de 04 gatis, existentes no estado do Rio de Janeiro, números estes que em julho de 96, no mesmo veículo, de nº 206, vão para 55 canis e 03 gatis. Para além das fontes, o crescimento e exposição destes estabelecimentos é surpreendente, inclusive pensando-se em possíveis criadores que não constavam dessas fontes.

Estes canis hoje quase sempre são também locais de hospedagem e de treinamento ou adestramento dos cães domésticos, principalmente aqueles destinados a guarda de imóveis, guia de cegos, proteção da família, além, do condicionamento ao cão que habita dentro da casa, quando “precisa” possuir hábitos muito próximos dos do homem.

A existência desses serviços põe à disposição dos consumidores uma série de serviços e produtos facilitadores da vida de quem mora em apartamentos e, por exemplo, precisa deixar seu animal entregue aos cuidados de outros quando em viagens que eles não possam ir, movimentando recursos financeiros e mobilizando um contingente de mão-de-obra considerável para este fim.

Em torno desses negócios diversas raças caninas são popularizadas no país e mesmo introduzidas. Atualmente, segundo o Brasil Kennel Club - BKC, o Brasil possui 107 raças de cães, que se dividem em 07 grupos (vide capítulo 1); entre eles o grupo dos cães de companhia que é subdividido, segundo o BKC, em dois subgrupos: companhia e luxo (que são os menores cães, denominados micro ou *toy*), com um total de 25 raças. No entanto, o grupo com maior número de raças é o de número 7 - cães de utilidade -, onde são encontrados os cães de guarda.

As raças mais registradas no Brasil em 1994, segundo os registros da Confederação Brasileira de Cinofilia - CBKC, e a Associação Cinológica do Brasil - ACB - foram: *poodle*, com 15.994 animais, seguida pela *rottweiler* com 13.140; *husky* siberiana com 5.760; pastor alemão com 5177; *cocker spaniel* inglês com 4.024; *yorkshire terrier* com 3.990; fila brasileiro com 3.683; dogue alemão com 2.971; *boxer* com 2.501 e akita com 2.367 animais, evidenciando a primazia das raças de companhia e as de guarda⁵. Com estes números de registros é possível supor o montante de recursos mobilizados já que o preço de cada filhote flutua entre CR\$ 250.00 e CR\$ 2.000.00, dependente da facilidade de ser encontrado e criado⁶.

Porém, a população canina não é composta majoritariamente por cães registrados, diversos animais ainda que racialmente puros não são registrados e diversos cães mestiços ou mesmo sem definição racial participam deste movimento valorativo da companhia do cão, prova disto é a quantidade de animais vacinados em campanha pública na cidade de Niterói, em 1995, com um total de 52 mil cães e gatos.

b - Planos de saúde

Atualmente já existem diversos planos de assistência veterinária para os animais de estimação, um deles, o Pet Plan, na cidade do Rio de Janeiro, possuía em 1996, 1.200 animais segurados⁷.

⁵Estes dados foram publicados na Revista Cães & Cia, nº 198, ano XVII, novembro de 1995, p. 4

⁶ibidem, p. 102.

⁷cf. *Informe JB*, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 02/06/95, p. 6. Ainda que notícias veiculadas pela imprensa não mereçam confiança irrestrita, este tipo de dados não é de fácil aquisição, e para nossa intenção que é a de evidenciar o dinamismo do econômico por causa/e para o atendimento a nova demanda de grupos sociais, numérica e economicamente interessantes para o mercado, eles nos servem como termômetro desses interesses.

c - Cemitérios

O CRMV-RJ registra a existência de 01 (um) cemitério para pequenos animais em todo o estado, porém, na imprensa dirigida, encontramos a oferta desses serviços pelo menos mais uma vez, oferecido por uma associação filantrópica de atenção ao animais.

O cemitério oficialmente registrado fica situado no município de Itaboraí, na localidade de Marambaia e foi criado na década de 70. Possui 610 sepulturas e em agosto de 1995, contava somente com 11 vagas.

O sepultamento é semelhante ao dos humanos, com direito a permanência por um ano, findo o qual, ou se renova o pagamento por mais um ano, ou se retira e translada os ossos para gavetas especiais e menores, ou os restos são exumados e o túmulo liberado para novo sepultamento.

Interessante é observar que no fundo deste cemitério existe um pensionato para idosos que se sustenta, entre outras fontes, da receita produzida por aquele.

O sepultamento dos animais de estimação não é novo, mas bastante valorizado e difundido hoje em dia. Em São Paulo, sua semelhança com os humanos passa por diversos modelos de caixões e mesmo a opção da cremação.

d - Publicações

O mercado editorial percebendo o filão que o novo interesse sobre animais de estimação possui se movimentou e, em 1996, circulou com periodicidade mensal e regularmente 06 Revistas dedicadas aos cuidados e consumos destes animais.

A mais antiga delas é a **Cães & Cia**, editada pela Editora Forix, de São Paulo, iniciada em 1979, com uma tiragem de 15.000 exemplares, chegando em 1995 com 32.000, com uma rede de 11.000 assinantes. É também vendida em bancas de jornal⁸.

Circulam, ainda, **Geração Animal**, da Antares Editora, de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, criada em 1994; a **Pet Dog Magazine**, da Nova Sampa Diretriz e Editora, de São Paulo; a **Cães & Raças**, da Motivo Editorial, de São Paulo, criada em 1996; a **Nosso Cão**, da Editora Troféu, de São Paulo, fundada em 1996; e, **Animais & Cia**, da Editora Escala, de São Paulo, criada em 1996. Estas revistas tem entre seus articulistas veterinários, criadores e juizes que discutem a melhor forma de se conviver com um animal num ambiente essencialmente humano. São dirigidas a um público ou do comércio em torno do assunto, ou por apaixonados por esta convivência, não sendo consideradas revistas técnico-científicas.

É um grande acervo de informações e propaganda para quem está sensibilizado com a causa. Estas revistas além das matérias informativas sobre criação e saúde dos animais funcionam como vitrine para apresentação de produtos e serviços destinados a este público. Aliás, boa parte de suas páginas (em torno de 50 %), são utilizadas para este fim. Oferecem canis, hotéis, planos de saúde, brinquedos, roupas, cursos de adestramento e tosas, musculação, alimentos, remédios, serviços de cruzamento, móveis, roupas, produtos de beleza e serviços médicos...

Dirigidas aos médicos veterinários que atuam na clínica, existem três publicações: **Cães & Gatos - a revista do clínico**, publicada pela Gessulli Editores, de Porto Feliz - SP, já em seu décimo ano (1996), com periodicidade bimestral; a **Pet Vet - veterinária e saúde dos animais de estimação**, da Editora Dupla Cultural, de São Paulo, com

⁸Dados fornecidos pela editora, via fax, ao autor, em 1995.

exposição de casos clínicos e propaganda de remédios e exames, possuindo uma tiragem de 5.000 exemplares; e a **Clínica Veterinária - revista de educação continuada do clínico veterinário de pequenos animais**, publicada pela Editora Guará, de São Paulo, com uma tiragem de 10.000 exemplares e periodicidade bimestral. As duas últimas criada em 1996.

O jornal do CRMV-RJ, de outubro de 1995, informa que a venda de produtos de higiene e embelezamento para cães e gatos supera os 30 milhões de dólares por ano.

Além dessas publicações, a grande imprensa e os grandes magazines reservam, em suas seções de serviços ao leitor, espaço para consultas a respeito de criação e saúde dos animais de estimação. No Rio de Janeiro, o jornal O Globo, com mais de 01 milhão de tiragem, publica, desde fevereiro de 1995, no primeiro domingo do mês uma seção de página inteira, no caderno "Jornal da Família", chamada inicialmente de Bicho Etc. e hoje de Bicho e Cia, sendo uma vitrine desses novos hábitos.

Na televisão programas específicos já existiram, embora tirados do ar por serem de produção independente, sem esquecermos as diversas edições especiais que programas jornalísticos efetuam sobre esses animais, especialmente nos meses de setembro - dia nacional da Medicina Veterinária (09) -, e época da campanha nacional de vacinação contra a raiva, vacinando cães, gatos e macacos - e outubro, quando se comemora o Dia Mundial dos Animais, coincidindo com o dia dedicado a São Francisco de Assis, santo católico padroeiro da ecologia e dos animais domésticos (04).

e - Alimentação e nutrição

Este setor, altamente especializado, com rações dirigidas a filhotes, adultos, gestantes, energizantes para animais de intensos exercícios físicos, "natural", e

terapêutica para animais diabéticos, cardiopatas, obesos, senis etc. Com rações de diversos sabores e composição de nutrientes, o setor se organiza através da Associação Nacional de Fabricantes de Rações - ANFAR, e é responsável por uma produção de 300 mil toneladas de rações por ano para cães e gatos, com um valor de produção estimado entre 400 e 1.500 dólares por tonelada de ração produzida.

O setor vem apresentando um crescimento na produção e no consumo de 8 a 10 % por ano, em uma situação que o consumo de ração, no Brasil, é efetivado por apenas 8% da população animal⁹; nos EUA, 80 % da população canina usam ração para se alimentar, segundo a ANFAR.

A Associação, com sede em São Paulo, representa 70 % dos fabricantes de ração no Brasil¹⁰.

f - Remédios e vacinas

Até os anos 90 a clínica de pequenos animais utilizava basicamente medicação humana, atualmente, os laboratórios farmacêuticos resolveram investir no filão dos animais domésticos, quase todos possuindo sua divisão veterinária, movimentando recursos da ordem de US\$ 8 bilhões por ano¹¹.

g - Pet shop

As antigas lojas de vendas de rações, remédios e animais, pouco aparentes e geralmente existentes na periferia dos centros das cidades, a partir dos anos 90 sofrem

⁹A população canina no Brasil é considerada em 15 milhões de animais, com um crescimento de 5 % a ano, seguindo a matéria *No Negócio do Bicho*, da Revista Veja, São Paulo, ano 28, nº 34, edição 1.406, de 23/08/95.

¹⁰Dados fornecidos, ao autor, via fax pelo Sr. Cláudio Ferreira, da ANFAR.

uma transformação radical, passando a ser um excelente negócio, ocupando áreas centrais de comércio, inclusive o interior dos *shopping Centers*, as modernas catedrais de consumo; preocupadas com o visual interno e com a exposição de seus produtos, exibindo em suas prateleiras os mais diversos produtos de fabricação nacional e estrangeira, com um número de itens comparável aos presentes nos supermercados¹².

Segundo a Revista *Veja*¹³,

"Está certo que tratar cachorro a pão-de-ló é constrangedor num país que ainda não conseguiu alimentar direito a sua população. O fato é que esse segmento se tornou um dínamo econômico bastante potente, e há muita gente vivendo da produção e do comércio de produtos para bichos de estimação, além da criação, da prestação de serviços e do comércio dos próprios bichos. Por enquanto, a corrida por produtos industrializados para animais caseiros só é visível nas grandes cidades, e apenas 35 % dos bichos de estimação brasileiros são alimentados com ração. Mas é fácil constatar que aquele exemplar branquinho de cachorro poodle, penteado e com fitinha nas orelhas, já não se exhibe só nas janelas dos carros de luxo".

*

É neste contexto que se torna possível visualizar a expressão do econômico sobre as relações afetivas e de prestígio com os animais domésticos e de estimação.

Além desta evidência que se tem um "novo" consumidor, deve ser considerada a utilização desses animais como estimuladores de consumo e de reflexão para o comportamento humano através da mídia e do mundo das artes.

¹¹cf. *Negócios & Finanças*, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, de 21/09/96, p.22.

¹²Esta situação é hoje presente em todos os grandes centros urbanos do país. "Em São Paulo existem lojas com mais de 5.000 produtos diferentes, uma variedade semelhante à de um supermercado". (No negócio do bicho. Veja, São Paulo, v. 28, nº 34, de 23/08/95, p. 102-103).

¹³ibidem, p. 102.

Assim, instituinte e instituído se confundem e se alternam quando observamos na contemporaneidade uma atenção, um consumo e uma gama de oferta de produtos e serviços para este segmento nunca antes observado, e que é para além dos animais de estimação¹⁴.

Deste processo de construção que o mundo da cultura efetiva, a “humanização” do animal de estimação possibilita a compreensão a respeito da formação de um campo científico, o da Medicina Veterinária, que conectado aos movimentos da sociedade se institui enquanto campo específico de saber e fazer, reservando a seus profissionais um espaço que de modo permanente e infinito se organiza e se articula no interior desse processo. Assim, mais que entender a especialização da clínica na Veterinária, mister se torna compreender a própria construção da Medicina Veterinária. É deste movimento que os capítulos seguintes irão tratar.

¹⁴Ainda que não seja nosso campo de análise é impossível não conectarmos ao nosso tema a expansão da criação de cavalos e bois de raças puras, cada vez com maior prestígio e espaço no mercado, com oportunidades de demonstração através de feiras agropecuárias, provas hípcas, tomeios leiteiros, leilões e exposições, entre outras demonstrações de prestígio e de poder. Com os criadores de cães e gatos o processo é o mesmo, as formas de demonstração do prestígio social e econômico são muito semelhantes.

Capítulo 3

3 - A MEDICINA VETERINÁRIA COMO CAMPO DE SABER

3.1 - DO EMPIRISMO À ESCOLARIZAÇÃO

Com o processo de domesticação dos animais selvagens, o homem adquire o convívio e a responsabilidade de cuidar desses seres em suas doenças e males que os atormentavam e matavam, além de, algumas delas, contaminarem o próprio ser humano, as denominadas zoonoses (doenças transmissíveis entre os animais e o ser humano). Quanto mais importante torna-se esse animal para o homem, seja para alimentação, trabalho, transporte, caça e, principalmente, por motivos religiosos, maior interesse surge no tratamento de seus males.

Da época primitiva sobrou pouco para o entendimento minucioso desta história de convívio e cura, porém, do que se conhece, é possível deduzir que os primeiros tratamentos eram bastantes semelhantes aos utilizados pelos humanos em suas próprias doenças, sendo um misto de ervas e rezas que unia conhecimentos empíricos da fitoterapia com o imaginário religioso, que explicava muitas das doenças como obra dos

deuses. Sabe-se que há mais de 4.000 anos já se prescreviam tratamentos para os animais.

O pesquisador Percy I. Hatschbac, nos conta que “os primeiros registros escritos são encontrados no *Papyrus Veterinarius de kahoun* do Egito, provavelmente gravado no século XVIII a. C., sendo descoberto em escavações arqueológicas no ano de 1889 de nossa era”¹.

Na Mesopotâmia, registrado no Código de Hammurabi, vamos encontrar nomes diferenciados para os “médicos humanos” (A-Sou) e para os “médicos dos animais” (Mounai-Sou), além de tratar dos honorários a serem pagos a eles e das multas que estes deviam em caso de acidente ou perda do animal, quando do tratamento (SENET, 1953, p. 11).

Assim, durante toda a Antigüidade vamos encontrar registros de doenças, tratamentos e das responsabilidades humanas no processo, bem como de informações zootécnicas sobre o manejo dos rebanhos.

Com os gregos, particularmente a partir de Platão, que reconhece ser na “posse” da alma que o homem se destaca e se dignifica frente aos outros animais, o tratamento e o tratador desses “ganham” um papel de subalternidade e mesmo de insignificância social, o que acarretará, no campo do conhecimento biológico, mas, principalmente do social, um desprezo por esta ação (LECLAINCHE, 1936, p. VIII). Este preconceito vai influenciar muito o comportamento negativo em relação aos animais e aos seus tratadores. No entanto, paralelamente outros pensadores propiciavam o avanço do saber e do domínio sobre a vida produzindo diversos tratados a respeito da anatomia, da fisiologia, de doenças e terapêutica dos animais domésticos.

¹HATSCHBAC, Percy I. História da Medicina Veterinária. A Hora Veterinária, Porto Alegre, Ano 3, nº 18, março/abril/1984, p. 46.

Dentre os animais domesticados, o cavalo tornou-se fundamental para a sociedade grega, seja para guerra ou para o transporte. Os hipíatras gregos vão produzir extensos tratados sobre equitação e o trato dos animais, além de avançarem no conhecimento médico afirmando que não eram as palavras que curavam as doenças - as rezas, defendendo assim um saber especializado, "científico". Aristóteles nos legará uma classificação das espécies e tratados sobre os organismos vivos.

Parte deste embate filosófico sobre a construção da natureza e a normatização das atitudes do homem sobre ela foram abordados no capítulo 1.

Durante o Império Romano, o cavalo e diversos outros animais, inclusive os selvagens, muito utilizados nas lutas com os guerreiros e prisioneiros, já possuíam um papel na conquista e controle de territórios que os tornavam bens preciosos, o que permitia ao homem avançar no controle das doenças e, conseqüente, da perda por morte dos animais. Senet (1953, p. 19) afirma que os romanos transformam a medicina do cavalo, dos gregos, na medicina dos animais.

Neste período já se desconfiava que na sujeira e nos brejos "moravam" algumas doenças, o que era uma idéia nova diante do conceito de "geração espontânea" então utilizado. Porém, só no século XIX, Louis Pasteur com o estudo da microbiologia vai conseguir evidenciar a intensidade e o perigo à saúde que a vida dos micróbios apresentava.

É ainda do período imperial romano a origem da palavra Veterinária designando o conhecimento sobre o trato e o tratamento curativo dos animais. Para Senet (1953, p. 22) ela se origina de *veterina bestia*, termo latino que designava os animais de carga. Na época clássica os romanos designavam os veterinários de *mulomedicus* ou *equorum medicus*, tal a influência dos hipíatras gregos. Por esta época, a prática da veterinária era

também conhecida como *ars veterinária*. A palavra *Medicus Veterinarius* surge nas primeiras décadas de nossa era.

Durante a Idade Média, o Ocidente vai conviver com a duplicidade moral sobre os animais. Se, de um lado, a cristianização do mundo excluía os animais das benesses curativas que Deus permitia ao homem, - aqui misturavam-se os debates a respeito dos animais terem ou não alma -, com a negação que a Igreja Católica fazia a diversos deles por estarem ligados a cultos pagãos; de outro, a importância deles para a guerra, a caça, a alimentação e o trabalho impunha que fossem cuidados. Neste período também se consolida a estigmatização de seus tratadores. As pessoas que lidavam com os animais, e isto era imperioso, eram socialmente desprezadas. Na Prússia eram inclusive destituídas de direitos perante à justiça, até séculos recentes.

No entanto, se o Ocidente por preconceito desestimula o estudo dos animais, no Oriente os Árabes "herdam" dos hipiatras gregos a paixão e a curiosidade sobre os cavalos que os levam a criar, além de padrões raciais, tratados de hipiatria sofisticados para à época. Entre eles a arte de curar os animais era conhecida como alveitaria e seu executor como alveitar (do termo árabe al-bai Tar), termos que chegam até o Brasil com D. João o Príncipe Regente, como veremos adiante, devido a influências que o domínio árabe exerceu sobre a Península Ibérica.

Portanto, ainda que menosprezada pela Igreja no Ocidente, o conhecimento sobre a arte de tratar e curar os animais, particularmente o cavalo, avança por todo mundo. O homem já possui, há muito, uma dependência dos animais cuja perda não é mais desprezada, daí sua preservação ir num crescente pelo tempo, sem, no entanto, ordenar os saberes existentes de forma sistemática.

É com a Revolução Científica do século XVIII, com a definição do paradigma cartesiano de ciência, e impulsionado por descobertas revolucionárias da biologia, como a microbiologia, que a veterinária vai surgindo como um campo de conhecimento original e passível de organização, acrescido da necessidade deste saber diante dos problemas intermitentes vividos pela Europa de epizootias e pestes que dizimavam a cavalaria dos exércitos, os rebanhos, assim como parte da população humana.

A preocupação em organizar o conhecimento produzido em torno do trato com os animais, produz a partir do século XVI, a criação, na Itália, de escolas de equitação, provocando a seleção e difusão dos conhecimentos existentes, particularmente sobre o cavalo. Mas, é a partir do século XVII que diversos manuais de Veterinária são escritos tendo sempre o cavalo como animal padrão. Até hoje, no estudo da anatomia comparada, o cavalo é mantido como tal.

Com o acúmulo de conhecimento que a biologia produzia, embalados pelo paradigma cartesiano de classificação da ciência, os envolvidos com o mundo da equitação e do trato com os diversos animais, passam a querer marcar diferença entre uma "Arte Veterinária" e uma "Ciência Veterinária". É preciso legitimar a ação e o saber por eles utilizados, garantindo para si o respeito e o privilégio da manipulação deste saber.

Assim, torna-se fundamental a divisão dos saberes que a biologia produzia e da aglutinação daqueles referentes aos animais, numa estrutura de ensino que trouxesse para si o reconhecimento social e a exclusividade de habilitar pessoas para este fim. Sem dúvida esta especialização científica estava conectada a uma divisão social do trabalho, que reconhecia os animais e a lida com os mesmos, como parte do mercado.

Esta discussão está presa, ainda, à idéia de que lidar com os animais é um mal necessário, daí ser desprezado quem assim o fazia (LECLAINCHE, 1936, p. 232) e à luta entre grupos sociais que disputavam o privilégio de atuarem nesta área, particularmente entre os donos de academias de equitação, tratadores e/ou ferradores, que por tradição eram os que exerciam as atividades da Medicina Veterinária. É impossível negar que esta luta pela definição de quem, e do quê deveria constar o ofício, também está conectada com a estabilização da ordem burguesa e do pensamento reducionista que propiciava a divisão social do trabalho e reordenava o mundo social a partir de novos papéis para seus membros e pertences.

É neste contexto, agravado pelas graves epidemias que o continente europeu enfrentava nos séculos XVII e XVIII, dizimando rebanhos entre eles a montaria dos exércitos, que vamos ver surgir na França, em 13 de fevereiro de 1763, a primeira Escola de Medicina Veterinária do mundo, criada na cidade de Lyon, por Claude Bourgelat, um diretor de academia de equitação e advogado, que entra na história da organização acadêmica da profissão, enfrentando oposição de alguns contemporâneos, particularmente Philippe Etienne Lafosse, no que sugere uma disputa de mercado. Lafosse era ferrador e vê o surgimento de escolas superiores como uma restrição ao seu ofício (SENET, 1953).

Três anos mais tarde, Bourgelat é convocado pelo rei Luís XV a fundar em Alfort, Paris, a segunda escola, que se tornaria referência para algumas escolas do mundo, entre elas as primeiras do Brasil. Ainda hoje Alfort é referendada pela categoria.

Com a criação das escolas, estava aberto um campo para pesquisa e ação deste profissional, de modo racionalizada, sistematizada, "científica", de modo a superar o conhecimento empírico até então em vigor. Organizava-se, assim, uma nova ordem de

saber, que reservava a seus componentes o direito de responder à demandas sociais emergentes, de modo coerente com os novos padrões científicos e o ordenamento da sociedade burguesa em expansão. A legitimação social deste saber se efetiva com a reserva, pela Academia de Medicina de Paris, em 1820, de 06 (seis) de suas cadeiras para Médicos Veterinários.

A partir da experiência francesa, o ensino da Medicina Veterinária se expande pelo continente europeu, sendo criado em Portugal, na cidade de Lisboa, no ano de 1830, quando o Brasil já não era mais sua Colônia, o que nos ajuda a entender a dificuldade e o interesse de se organizar este saber em terras nacionais, embora a questão do ensino superior de Veterinária, no Brasil, seja melhor aprofundada mais adiante.

Na América Latina, o primeiro país a abrir sua escola será o México, em 1857, seguido pela Argentina que cria em 1883 a de Santa Catalina - La Plata e em 1904 a de Buenos Aires²; ambas anteriores ao Brasil que só em 1910 autoriza a criação de cursos de Medicina Veterinária. É preciso, no entanto, contextualizar esta diferença temporal tendo em vista que o processo de colonização espanhola desde o século XVI (CUNHA, 1986, p. 11) dotou algumas de suas colônias americanas de Universidades, donde se compreende que o interesse em formar quadros técnicos para a expansão das mesmas foi tratada de forma diferenciada da de Portugal.

De 1763 - criação da 1ª escola -, a 1912 - década que surgem as brasileiras, foram criadas pelo mundo 79 escolas, de Medicina Veterinária sendo 5 delas na América Latina.

²Estas informações históricas e as que se seguem estão citadas por Leclainche (1936) e Senet (1953), autores de obras sobre a história da Veterinária, sendo a de Leclainche volumosa e detalhista, o que satisfaz a quem se interessar por pormenores não mencionados neste trabalho.

3.2 - A MEDICINA VETERINÁRIA NO BRASIL

3.2.1 - A Abertura do mercado profissional

O Brasil desde a época da Colônia construiu uma sociedade de caráter rural com uma economia apoiada na extração e exportação de produtos de origem agrícola. Este modo de organizar o setor produtivo, tendo na matéria-prima agrícola e no trabalho escravo sua base, permitiu que a sociedade nacional se organizasse de modo a pensar o mundo do trabalho destituído de grandes atrativos, além de tornar desnecessários os investimentos tecnológicos, pois a abundância de terras e a fartura de mão-de-obra propiciavam a desvalorização social do trabalho e o desinteresse na produção de conhecimento que otimizasse esta produção.

Estas características locais se reforçam com uma colonização de exploração, onde os vínculos econômicos, sociais e culturais com a Metrópole são obrigatórios por lei e socialmente desejados por todos que aqui faziam a Colônia. Neste contexto, não é de se estranhar que o conhecimento tecnológico e a criação de instituições de ensino superior, formadores de quadros técnicos por outros cantos da Europa e suas colônias, aqui não fizessem eco.

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, novas demandas sociais e culturais são desenvolvidas, entre elas a busca por uma "sofisticação" de quadros para servir a Corte e a criação de instituições educacionais formadoras dos mesmos.

No entanto, ainda que a economia brasileira do período colonial estivesse baseada na agricultura, o saber técnico para o setor não teve o estímulo e espaço condizentes.

Em 25 de junho de 1812, o Príncipe Regente, D. João, edita uma Carta Régia que prevê a criação dos primeiros cursos formadores de mão-de-obra e tecnologia para a agricultura, a serem realizados no Horto Real (mais tarde, Jardim Botânico), com caráter de escolas. Entre eles consta o ensino de Veterinária, que não se efetiva por todo o período do Império.

Porém, se as questões de saúde e criação animal ainda não são vitais para a administração do país, a existência de problemas nesta área, associada à expansão do rebanho acabarão por exigir um conhecimento técnico a respeito. Mas, se esta pressão é permanente, também é verdade que se mostra tênue frente aos interesses defendidos pela elite governante.

Os manuais de história e economia registram pouco do tamanho e mazelas dos rebanhos brasileiros, mas, desde a expedição de Ayres da Cunha, o cavalo marca presença e importância para a guarda local, onde um efetivo militar de 900 homens, possuía 113 cavalários (CAMOLEZE, sd.).

Assim, se no geral nossos textos são omissos, é na história do exército que vamos encontrar, a partir da utilização do cavalo, a necessidade de atuação junto à saúde animal e por consequência à humana, ainda que o tratamento fosse empírico, adquirido na lida com os animais e transmitidos oralmente.

Em 05 de dezembro de 1810, o Conde de Linhares, Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, cria, por Decreto, no 1º Regimento de Cavalaria do Exército, o cargo de Veterinário, oficializando o campo de saber e a necessidade de sua

aplicação no país que não possuía, então, nenhuma escola formadora de veterinários. Ainda sem formar profissionais para a área, D. João, em 1818, cria no mesmo Regimento, aulas de alveitaria com a proposta de instalar o ensino de Medicina Veterinária. Mais uma vez esta pretensão não se realiza.

No ano de 1883, a situação sanitária dos rebanhos era alarmante, ainda que desde 1880 os EUA e a Europa já exigissem certificado sanitário para importação dos produtos de origem animal³. Entre a população animal, o mormo, uma zoonose dos eqüinos, produzia grandes perdas de animais e homens, particularmente para o exército.

Dez anos mais tarde, sem que nada mudasse, o governo brasileiro contrata um veterinário inglês - Dr. Radcliff - para atuar junto às organizações militares. No entanto, este sofre grande oposição e abandona a tarefa de forma inconclusa.

Com a importância do uso animal na defesa do país e a continuação das epidemias, o médico João Muniz Barreto de Aragão, membro do Laboratório Militar de Bacteriologia, atual Instituto de Biologia do Exército, consegue junto ao exército e ao governo a contratação de uma missão militar veterinária, formada por franceses e belgas, que entre outras tarefas criará, em 1910, a escola de Veterinária do Exército.

Em 1910, portanto, se dá a criação do ensino veterinário⁴ no país com a criação simultânea das escolas do Exército (06/01/10) e a civil (20/10/10) que, no entanto, só entrarão em atividade em 1914, sendo a civil a primeira a ser instalada.

Antes, em 1908, o governo Rodrigues Alves já tinha criado o Serviço Veterinário Nacional, primeira organização que o Estado articula para implementação da prática

³Anais do I Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária, Rio de Janeiro, 1922, p. 129.

⁴O peso político que o Exército possuía junto ao governo parece ter sido fundamental para a instalação dos cursos de Veterinária entre nós, pois se de há muito eram desejados, só somando com os esforços que o exército implementa no combate as mazelas de suas tropas que o governo efetiva

profissional, que, no entanto, é ocupado sem critérios científicos, propiciada pela indisponibilidade de profissionais no país⁵.

Contudo, ainda que escolas de agricultura existam desde 1877 (CAPDEVILLE, 1990, P. 44), a maneira como a agricultura é desenvolvida no país leva a uma depreciação do trabalho físico e projeta sobre os interessados no ensino das técnicas agrícolas esta depreciação (CAPDEVILLE, 1991, p. 27). As primeiras escolas agrícolas, assim, foram formadas, em grande maioria, por crianças órfãs, já que aos filhos da elite o melhor ensino era, europeu ou nacional, aquele que os diplomassem em Medicina, Engenharia ou Direito, reforçando o grau de desprestígio do ensino agrícola.

A partir de 1850, com o fim do tráfico de escravos (Lei Euzébio de Queiroz), a crise do açúcar, a expansão da cafeicultura para o Sul, a relação de trabalho se modifica e a preocupação com a produção e a produtividade na agricultura começa a permitir que tecnologias sejam pesquisadas e produzidas para aplicação na produção, acrescidas do estímulo e da disponibilidade da mão-de-obra imigrante que vinha para “construir-se” no novo mundo.

É bem verdade que desde 1812 diversos Institutos de pesquisa foram criados nas províncias do Rio, Bahia, São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais, principalmente pelos Hortos Botânicos, objetivando atividades de ensino, pesquisa e extensão. No entanto, não se tem notícias seguras sobre suas atividades e conseqüências.

No Segundo Império novos Institutos de Agricultura serão criados, sendo um de seus objetivos o de fundar escolas agrícolas; na realidade buscavam, além dessa

sua existência. Não por acaso o exército consegue possuir sua própria escola de Veterinária que formará veterinários militares até a década de 30, quando será fechada.

⁵cf. depoimento gravado do Dr. Jadyr Vogel, Presidente da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, ao autor, em 1995.

fundação a criação de um banco de crédito e a redução dos impostos para a agricultura (CAPDEVILLE, 1991, p. 42).

Sem a organização e formação da ação profissional no país, ainda que tímidas atitudes governamentais tivessem sido criadas, como o cargo de Veterinário no Exército, a profissão não se constitui, para o brasileiro, como um mercado promissor.

O primeiro brasileiro a se formar médico veterinário é Epaminondas Alves de Souza, mineiro de Juiz de Fora, que irá se graduar na Universidade de Cornell, nos EUA, no ano de 1892. Retornando ao Brasil se dedica à propriedade da família e é contratado para fiscalizar o Matadouro Municipal de Juiz de Fora, em 1895. Em 1911, ingressa no Ministério da Agricultura. Como pioneiro, participa de todos os eventos que marcam a delimitação social e profissional da categoria como a criação da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária - SBMV (1920), e a organização do 1º Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária, em 1922, no Rio de Janeiro⁶.

Por não ser objeto dessa dissertação, não buscamos registros de outros profissionais brasileiros formados no exterior. Em escolas brasileiras eles serão formados a partir de 1917, quando são diplomados pela Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária - ESAMV, atualmente vinculada a UFRRJ, 04 (quatro) estudantes, entre eles Moacyr Alves de Souza, filho de Epaminondas, e um dos criadores da escola de Veterinária em Niterói, melhor discutida à frente.

Para entender a articulação da profissão no Brasil é preciso conhecer a organização do Estado sobre o setor de produção agropecuário, pois é dele que surge a

⁶EPAMINONDAS um pioneiro. Revista Brasileira de Medicina Veterinária, Rio de Janeiro, V.16, n.º.2, 1994 p. 40-41.

legitimidade para o exercício profissional, e o grande, talvez único, empregador de tais profissionais, em sua origem.

Já vimos como, desde D. João, se buscava formar técnicos para este setor sem, no entanto, se efetivar tal vontade, o que é compreensível dado a organização econômica e social com que a corte aqui vivia. Na organização do Estado este assunto nem se colocava, revelando o pouco prestígio que as idéias e instituições ligadas à tecnologia agrícola possuíam. Este desprestígio se revela, na organização administrativa do governo, quando da criação do Ministério da Agricultura.

Durante o Império, D. Pedro II, pelo Decreto n° 1.067, de 28 de julho de 1860, cria a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que tem entre suas obrigações "a Introdução, o melhoramento de raças animais e as escolas de Veterinária"⁷. Esta Secretaria é absorvida, já na República, pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, através do Decreto n° 1.142, de 22 de novembro de 1892. Este Ministério se divide em 4 (quatro) diretorias-gerais, sendo uma delas a Diretoria-Geral de Indústria, por sua vez, subdividida em duas seções, uma delas ligada aos assuntos da agricultura, revelando que os aspectos técnicos da agricultura são passíveis de gerenciamento pelos burocratas da indústria.

Para um assunto que tinha sido nome de pasta ministerial, esta transformação em seção administrativa evidencia sua importância na organização do governo.

Só em 29 de dezembro de 1906, através do Decreto n° 1.606, é criado o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, sendo instalado em 1909, dois anos e

⁷Estas e as próximas informações a respeito da Inspeção no Brasil estão no depoimento do Prof. Miguel Cioni Pardi, ao Jornal do CRMV-RJ, Rio de Janeiro, v. XX, n° 54, dezembro de 1995. p. 8

meio após sua criação. Pelo Decreto nº 19.448, de 3 de dezembro de 1930, passa a denominar-se Ministério da Agricultura.

Até hoje as mudanças de acordo com interesses e compromissos de cada época não deixaram de alterar nome e os objetivos desta pasta, ultimamente vem se alternando entre Agricultura e Abastecimento ou Agricultura e Reforma Agrária.

Estas alterações nominais, além da importância, ou não, do assunto para a administração governamental, revelam o julgamento de áreas afins que pudessem ser administradas por uma mesma instituição. Áreas com interesses e problemáticas bastante diferenciados que na medida que assumiam força junto ao pensamento dominante ganhavam autonomia administrativa.

Essa inconstância institucional evidencia o quanto era tênue o interesse do governo sobre a pecuária já que a Medicina Veterinária tinha um saber especializado sobre a expansão e emprego dos animais para a economia. E é com a valorização deste aspecto que a profissão se evidencia, tanto na criação de escolas como na amplitude do mercado de trabalho, ambas conectadas. Portanto, apesar de sua "vocação" clínica,   com interesses econômicos da produ o animal que o saber veterinário se coloca como necessidade social.

Diante de grandes demandas pelo consumo e pelo controle dos alimentos de origem animal, acrescidas dos cuidados que a rela o homem/animal exigia em rela o   saúde, particularmente a humana, o Estado, baseado no bin mio produ o/saúde pública, chama a si a responsabilidade de formar e empregar técnicos que dêem conta desta nova demanda que o país enfrenta no início do século XX.

Desse modo, em 1906, junto com o Ministério da Agricultura,   criada e a ele subordinada a Diretoria de Indústria Animal que se incumbia, entre outras tarefas da

"inspeção veterinária", cujo fim deve consistir, essencialmente, em velar pelo estado sanitário do gado, tomando e propondo todas as medidas capazes de evitar e combater as epizootias, concorrendo, também, pela fiscalização dos matadouros e dos estábulos e para o melhoramento da higiene alimentar, além de ser responsável pelas escolas de agricultura e de veterinária (CAPDEVILLE, 1991).

De 1906 à 1915, com a criação do Serviço de Inspeção Sanitária Animal, a regulamentação e a exigência quanto à saúde dos rebanhos e a qualidade da carne, foi intensamente ativada, possivelmente comprometida com o mercado internacional de alimentos⁸ - a Europa vivia a 1ª Guerra Mundial -, aumentando a demanda por eles e trazendo, para a periferia econômica, investimentos empresariais para instalação e desenvolvimento das indústrias alimentícias. Nas décadas de 10/20 se instalam no país grandes frigoríficos estrangeiros (PARDI, 1996).

Este consumo, ainda que pressionado pela demanda e pela perda dos rebanhos e das indústrias do continente europeu, era, no entanto, bastante exigente quanto à sanidade do rebanho utilizado, o que força o governo brasileiro a tomar medidas necessárias à liberação do mercado exportador.

Deste modo, pressionado pelo consumo e pela exigência de qualidade sanitária, o exercício da Veterinária no Brasil é efetivado com fortes interesses produtivistas e sanitaristas, o que marcará a profissão até os anos 70, de forma substancial.

Para além do mercado de carnes é impossível não conectarmos a implantação dos cursos de Medicina Veterinária e seu direcionamento para o sanitarismo, à política maior de saúde pública que a República Velha implementa.

Ora, o primeiro período republicano ao procurar fornecer à economia brasileira maior amplitude e maior espaço no mercado mundial, propicia que o sistema capitalista se instale de forma inequívoca na formação e expansão do mercado de trabalho interno. Se o capitalismo tem o trabalho como fonte geradora de riqueza, torna-se fundamental que esta força seja mantida e preservada de doenças e da morte, necessidade que acaba por gerar uma política de saúde desencadeada pelo regime (COSTA, 1986).

É no governo Rodrigues Alves que Oswaldo Cruz ganha apoio para suas campanhas sanitárias impondo um programa de saúde pública através de vacinações em massa contra doenças tipo febre amarela, peste e cólera, ainda que tenha enfrentado grande resistência, só deixando o cargo de diretor geral da saúde pública em 1908 (COSTA, 1985, p. 70); à mesma época se cria o serviço de Inspeção Sanitária e logo em seguida a criação das Escolas de Medicina Veterinária, embaladas em momentos de epizootias sérias como a do mormo. Neste contexto as questões sanitárias, mais que questões de polícia, são políticas governamentais para estabilização de uma economia capitalista conectada ao mercado externo⁹.

Assim, é impossível dissociar o dimensionamento do exercício profissional da Veterinária e a instalação de centros formadores, de uma política mais ampla de inserção do Brasil na economia mundial, onde este necessitava de diversas adequações que permitissem tal fato, como a diversificação da produção, a formação e manutenção da mão-de-obra, uma prática sanitária que garantisse a saúde do trabalhador e o consumo de seus produtos, e a submissão a uma lógica de produção sem obstáculos a ela.

⁸Os EUA, desde 1913, através do *Bureau of Animal Industry* exigiam o certificado de sanidade para a importação de nossos produtos de origem animal (ANAIS do I Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária, Rio de Janeiro, 1922, p.129).

⁹Segundo Costa (1985, p. 71), em 1908 o Brasil assina um acordo internacional com países europeus para o estabelecimento de uma repartição internacional de higiene pública.

Neste bojo, o caráter produtivista e sanitário que a origem da Veterinária no Brasil evidencia é concatenado com a política de desenvolvimento que o governo estabelece, ainda que, internamente, a categoria dos médicos veterinários, mais valorizou o aspecto economicista da produção e aprovação para a exportação dos alimentos de origem animal do que para o consumo interno.

Do final dos anos 70 em diante é que a categoria efetivamente se insere nas macro políticas de saúde pública tendo como área de atuação as Secretarias de Saúde e a criação de Centros de Zoonoses, quebrando o monopólio que a raiva desfrutava no setor.

A delimitação de espaços e encargos profissionais anteriores à formação interna do Médico Veterinário no Brasil, possibilita compreender que os mesmos não fossem plenamente realizados, e que nem só veterinários ali atuassem, sendo comum a participação de médicos humanos nestes serviços e, até mesmo, leigos que se dedicavam ao assunto¹⁰.

Só a partir de 1917 serão formados profissionais de Medicina Veterinária no país, quando a Agronomia desde 1880 já o fazia, através da Escola Agrícola da Bahia, em São Bento das Lages - a primeira Escola de Agronomia do Brasil -, hoje pertencente à UFBA. Os agrônomos sempre tiveram em seu currículo a disciplina de Zootecnia o que lhes fornecia material para o trato produtivista com o rebanho nacional. É possível, inclusive, que esta atuação do agrônomo na produção animal, tenha retardado a instalação dos cursos de Medicina Veterinária, que se destacavam, no setor agrário, pelo caráter médico, conhecimento fundamental para a sobrevivência do rebanho e para o julgamento

¹⁰Depoimento gravado do Dr. Jadyr Vogel, Presidente da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, ao autor, no ano de 1995, para esta dissertação.

da qualidade de seus⁷ produtos, necessidade que só vai se instalar entre nós mais tarde quando o interesse do mercado externo exige fiscalização sanitária dos produtos de origem animal voltados para a exportação.

Este caráter economicista da profissão, ainda que falando da saúde, não é originário, nem exclusivo do Brasil, Leclainche (1936, p. 231), um historiador francês da profissão, afirma que “L’institutuin des Ecoles Vétérinaires ne procède nullement d’une inspiration philosophique ou medicale; elle est essentiellement economique et utilitaire”¹¹.

A atuação do agrônomo junto à produção animal nos faz pensar que estes tenham se servido do *status* social que a carreira de Engenharia possuía para, na disputa por reserva de mercado, retardar a instalação das escolas de Medicina Veterinária, já que naquele momento, o empregador e a tarefa a ser cumprida serviam, os mesmos, para ambos. Só com a questão da saúde pública, a Veterinária ganha particularidade e destaque da agronomia.

A criação dos cursos agrícolas esteve vinculada às alterações da produção e do trabalho operadas na agricultura, onde estes profissionais atuariam como controladores da mão-de-obra rural e definidores do caráter de moderno e progressista que um novo paradigma de produção rural se impunha, daí se justificar a presença do Estado regulamentando e implantando este setor (MENDONÇA, 1995).

Ainda segundo este raciocínio, a participação do Estado garantia, por um lado a supremacia das oligarquias rurais, por outro, a redução dos custos junto aos produtores, já que estes profissionais formavam às expensas públicas e se tornavam funcionários públicos a serviço da produção rural.

¹¹”A instituição das escolas de medicina veterinária não provêm somente de uma inspiração filosófica ou médica; é essencialmente econômica e utilitária”.

Com a implantação do governo após a Revolução de 1930, a ruptura entre frações da classe dirigente, onde um novo modelo de desenvolvimento e alianças estava sendo efetivado, passa o aparelho de Estado por uma profunda reforma, dando a este os instrumentos necessários para a implantação de seu projeto.

Dentre esta reforma surge o Ministério da Educação, até então inexistente, bem como alterações substanciais no organograma e funções do Ministério da Agricultura - Minagri, que desde sua criação teve a seu encargo o controle do ensino e do exercício das profissões agrícolas.

Com a reforma getulista, sendo Ministro da Agricultura Juarez Távora, e da Educação Francisco Campos, a educação é entendida como a garantidora do processo de crescimento e desenvolvimento da sociedade, dando um salto sobre o "atraso", particularmente na agricultura e na preparação do trabalhador urbano para um modelo de crescimento que se assenta sobre a industrialização e a urbanização no país.

Ainda que a educação tivesse, neste momento, o papel que possibilitava o desenvolvimento, a ponto da questão sair da coadjuvação governamental e ganhar pasta própria, o ensino agrícola permanece sob a administração da Agricultura, o que gera uma dicotomia no ensino superior. O ensino agrícola¹² não participara das reformas de ensino realizadas (Leôncio de Carvalho (1879), Benjamin Constant (1890) e Epitácio Pessoa (1901)), pelo governo até 1901. Daí em diante, ainda que fora da pasta da educação¹³, o ensino agrícola passa a sofrer influências das reformas, particularmente a Rivadávia Corrêa (1911), que liberaliza a criação de escolas superiores. No entanto, com a política

¹²Nesta dissertação utilizamos "ensino agrícola" dando conta das chamadas profissões rurais, particularmente a Medicina Veterinária e a Agronomia. A partir dos anos 60 são acrescentados os de Engenharia Florestal, Zootecnia e Engenharia Agrícola.

centralizadora do governo Vargas, a liberalidade e a liberdade de criação de escolas superiores são cassadas, passando a partir de 1934 a ter um controle rigoroso sobre as mesmas, o que provoca o fechamento de várias delas. Porém, a dicotomia na administração do ensino só se encerra através do Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, quando toda a atividade educacional, inclusive a agrícola, passa a se subordinar ao MEC.

No bojo da reforma do aparelho de Estado e da implantação de um modelo de desenvolvimento para o Brasil, pós-30, a profissão de médico veterinário vai ser oficialmente reconhecida e fiscalizada pelo Estado, através do Decreto nº 23.133, de 9 de setembro de 1933, que regulamenta o exercício profissional, interferindo no mercado de trabalho, buscando eliminar os não diplomados do exercício profissional e garantindo atividades privativas à categoria, atuando na reserva de mercado, onde práticos e agrônomos circulavam. A partir de então, o 9 de setembro passou a ser a data comemorativa da profissão como o Dia do Veterinário.

Esta regulamentação não é só da Veterinária, entre 1930 e 1939 o governo regulamenta 13 profissões (CAPDEVILLE, 1991, p. 23), entre elas a agronomia, de modo a permitir o controle, pelo Estado, desde a formação (fiscalização das escolas) ao exercício profissional.

Com a regulamentação torna-se privativo do médico veterinário:

"a organização, direção e execução: desse ramo de ensino (é bom lembrar que muitos médicos, agrônomos, farmacêuticos, lecionavam e dirigiam escolas de Veterinária), bem como de serviços referentes à defesa sanitária animal; da inspeção de

¹³● Ministério da Educação só será criado na década de 30, por Getúlio Vargas, mas o governo republicano cria o Ministério da Instrução Pública, que é entregue a Benjamin Constant, para lidar com as questões do ensino.

estabelecimentos industriais de produtos de origem animal; de hospitais e policlínicas veterinárias; organização de congressos e representação oficial nos mesmos; peritagem em questões judiciais que envolviam apreciação sobre o estado do animal” (Decreto nº 23.133, de 09/09/33),

tornando-se obrigatória sua

“participação nos serviços oficiais concernentes ao fomento da pecuária e das indústrias derivadas, à higiene rural, à fiscalização de laboratórios que preparam produtos biológicos e farmacêuticos para uso animal, à padronização e classificação dos produtos de origem animal, além de outras atividades” (ibid).

Para o exercício profissional tornou-se obrigatório o registro do diploma pelo Ministério da Agricultura, através da Diretoria Geral da Indústria Animal, e nos casos de exercício da clínica, no Departamento Nacional de Saúde Pública, do Ministério da Saúde.

O Ministério da Agricultura, desde sua criação teve como atribuição cuidar do ensino agrícola, desde a criação de escolas até a fiscalização do exercício profissional. Em 1933 com a reforma aplicada no Ministério é criada a Diretoria de Ensino Agrônômico - DEA, ficando responsável pela Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária - ESAMV, fundada em 1910.

Uma nova reformulação no Ministério, em 1934, subordina a DEA ao Departamento Nacional de Produção Vegetal, sendo a ESAMV desmembrada e seus cursos tomados como padrões para todo o país, passando a, agora, Escola Nacional de Veterinária - ENV para a administração do Departamento Nacional de Produção Animal. Em 1938, nova reforma no Ministério subordina ao Gabinete do Ministro a ENV e a DEA passando, esta última, a denominar-se Superintendência do Ensino Agrícola - SEA, até 04 de dezembro de 1940, quando o Decreto-Lei nº 2.832 transforma a SEA em Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário - SEAV, encarregada de "orientar e

fiscalizar o ensino agrícola e veterinário nos seus diferentes graus, fiscalizar o exercício das profissões agrônômica e veterinária, fazer o registro dos respectivos diplomas e ministrar o ensino médio e elementar da agricultura". (Art. 2) (apud CAPDEVILLE, 1991, p.47).

Com a criação da SEAV, que cumpre com rigor suas atribuições constitutivas, diversas escolas de Veterinária e de Agronomia são fechadas por não cumprirem as exigências da lei. Até 1950, foram criadas 14 escolas de Veterinária (vide anexo I), mas somente 06 delas sobrevivem à fiscalização da SEAV¹⁴, que exerce essa função até 1967 quando o ensino agrícola passa para a esfera do Ministério da Educação.

Até então não são muitos os formados por existirem poucas escolas, e nestas, poucos alunos. A profissão ainda amarga um desprestígio social o que faz com que as vagas não sejam preenchidas, acrescido da pouca chance na autonomia e dos baixos salários pagos pelo governo, o grande empregador. No entanto, a prática veterinária não é exercida só por diplomados em tal saber, o que somado ao movimento corporativo estimulado pelo Estado, leva a categoria a uma mobilização por maior rigor no zelo pelo privativo profissional e maior autonomia profissional para a fiscalização do cumprimento da lei que regula a profissão, conduzindo o movimento para a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária.

Este movimento ganha força nos anos 50, estimulado pela Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária - SBMV, criada nos anos 20, e, na época, o único órgão representativo da categoria que buscava amparo no aparelho de Estado para o controle

¹⁴A atuação severa da SEAV sem dúvida foi permitida pela estrutura centralizadora e autoritária do Estado Novo. Porém, as condições e os interesses que permearam sua criação, elementos interessantes para a compreensão de sua ação, não foram passíveis de apreensão no material pesquisado e seu arquivo encontra-se nos depósitos do MEC, em Brasília, tornando impossível seu manuseio para este projeto.

do mercado profissional, já que aquela era uma associação de caráter vinculativo livre e autônomo.

Apesar de ser apresentado em 1957 à Câmara dos Deputados um projeto de Lei neste sentido, só em 1968 ele se efetivará através da Lei nº 5.517, de 23 de outubro, dispondo sobre o exercício da profissão do médico veterinário e criando os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, sendo regulamentada e aprovada pelo Decreto nº 64.704, de 17 de junho de 1969, que em seu artigo 1º diz: "A profissão de Médico Veterinário, diretamente responsável pelo desenvolvimento da produção animal e interessada nos problemas de saúde e conseqüentemente, na segurança nacional, integra-se no complexo das atividades econômicas e sociais do país".

A Lei nº 5.517 diz no seu artigo 2º que só os portadores de diplomas expedidos por escolas oficiais ou reconhecidas e registradas no MEC, além dos diplomados no exterior com diplomas revalidados e registrados no Brasil, podem exercer a profissão de Médico Veterinário. Porém, no seu artigo 3º determina que o exercício profissional só é permitido aqueles possuidores de carteira profissional expedida pelo CFMV ou pelos Conselhos Regionais, conferindo a estes o controle absoluto sobre o exercício profissional.

No início alguns estados são agrupados no mesmo Conselho Regional. Nos anos 80 todos os estados da federação passam a possuir seus Conselhos Regionais. Estes conselhos são autarquias vinculadas ao Ministério do trabalho.

Os Conselhos além de registrarem e fiscalizarem o exercício profissional trazem, de origem, a estrutura corporativa que transfere para eles a definição e julgamento de seus pares a partir do Código de Ética Profissional, com isto eles passam a possuir um

poder policial sobre os profissionais podendo inclusive cassar o registro que permite o exercício profissional.

Com a criação das Escolas de Zootecnia na década de 60, esta profissão que atua especificamente na área de produção animal, onde já atuavam o Veterinário e o Agrônomo, tem seu registro e controle efetivados pelos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária e quando da formação do elenco das atividades que definem o exercício profissional, o que seria tradicionalmente a forma de se efetivar a reserva de mercado profissional teve, por lei, o exercício profissional mantido para àquelas profissões.

Se é possível pensar que a tradição da Engenharia, ramo a que a agronomia se vincula, retarda o surgimento das escolas de Medicina Veterinária, na criação dos cursos de Zootecnia pode-se perceber a luta e o prestígio que a Veterinária possui para manter sua atuação diante de um novo profissional. Num mercado competitivo livremente isto poderia não suscitar questionamentos, mas num mercado de trabalho reservado e marcado pelo corporativismo, é impossível não se ater a este aspecto da disputa por privilégios e espaços exclusivos.

É interessante a ideologia da espontaneidade e naturalidade que o controle profissional e do mercado de trabalho utiliza quando da aprovação do Código de Deontologia e de Ética Profissional do Médico Veterinário, aprovado pelo CFMV através da Resolução nº 322, de 15 de janeiro de 1981, onde, nos seus considerando diz:

"a) que a Medicina Veterinária, conceituada como atividade imprescindível ao progresso econômico, à proteção da saúde, meio ambiente e ao bem estar dos brasileiros, requer dos que a exercem aprimoramento profissional e obediência aos princípios da sã moral; e

b) que os médicos veterinários, voluntariamente, por convicção, por inspiração cívica, tendo em vista o prestígio da classe e o progresso nacional resolveram se submeter a instrumento normativo capaz de mantê-los em uniformidade de comportamento, baseado em conduta profissional exemplar.”

Estes Conselhos são mantidos com o pagamento obrigatório de anuidades e taxas, e sua diretoria é eleita por voto obrigatório de todos os inscritos e em dia com suas obrigações financeiras e éticas com os mesmos.

É claro que esta forma corporativa, centralizadora e compulsória do exercício e fiscalização profissional não foi criada pela Veterinária, nem é seu exclusivo. Este modelo norteia todas as profissões legalmente reconhecidas como tal pelo Estado, e ainda que mudanças sociais, culturais e políticas ocorressem, a dinâmica destas autarquias é muito lenta, e algumas mais que outras.

Quanto ao mercado de trabalho, o Estado por preocupações com a produção animal, a sanidade do rebanho e a saúde pública, se constitui o grande e quase exclusivo empregador para a profissão de sua origem até os anos 80.

A partir da década de 60 com a instalação de um modelo de desenvolvimento que tinha na tecnologia sua mola propulsora, conectado à modernização da agricultura, quando esta é incorporada ao sistema capitalista de produção e consumo, a profissão vive um momento de grande absorção de empregos e de estímulo à formação profissional, o que veremos adiante com a abertura de novas escolas.

Nos anos 60, ainda com uma população rural expressiva no país, o considerado atraso da agricultura foi alvo de críticas para aqueles que supunham estar nele o retardo da industrialização e do envolvimento da agricultura neste processo. Desse modo, eram necessárias alterações radicais nas bases tecnológicas da produção agrícola, surgindo o

técnico de nível superior, entre eles o médico veterinário, como o mobilizador desse processo de mudança, abrindo o caminho para um modelo de desenvolvimento.

Lima e *alii* (1961, p. 11), patrocinados pela ABCAR, vão evidenciar este quadro de necessidade de mudanças e os obstáculos a ela, principalmente, a partir da inadequação e escassez da mão-de-obra técnica disponível para implementação do modelo onde, estes técnicos são definidos como criadores “de valores novos, como ponto de partida para a prosperidade coletiva”. Com esta argumentação se buscava definir a ampliação de centros de pesquisa tecnológica e de abertura de faculdades, coerentes com o modelo de desenvolvimento proposto e, com a ideologia tecnicista, abastecendo os quadros do governo, que, por sua vez, precisava otimizar sua política de pessoal, em termos valorativos desses quadros, para então se garantir o êxito do projeto.

Neste tempo se inicia o grande salto na oferta de vagas escolares e na procura de veterinários pelo mercado. Num crescimento constante, este processo chega aos anos 90 preocupando os que atuam nas organizações educacionais e profissionais devido à proliferação de escolas, concomitante com uma oferta de novos profissionais para um mercado finito.

Neste modelo de desenvolvimento o veterinário, junto a outros técnicos para a agricultura, é pensado como elemento transformador, através da extensão e do fomento das velhas práticas rurais com uma assistência e introdução de novas técnicas de criação. É aqui um profissional extremamente vinculado ao processo econômico e viabilizado pelo governo através de agências como a EMATER, EMBRAPA, Secretarias de Agricultura, carteiras rurais do sistema bancário, particularmente o Banco do Brasil, entre outras.

Assim, desde os anos 60, com a revolução verde em curso e o projeto de modernização da agricultura implantado pelo governo, o serviço de extensão rural se expande e se torna um grande empregador para a área rural. Segundo Lima e *alii* (1961, p. 6)

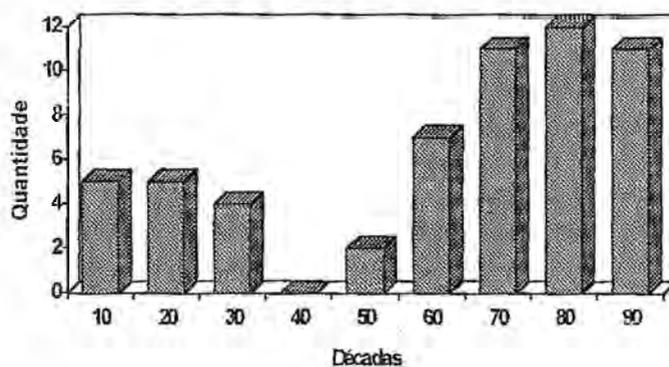
“A magnitude da tarefa exige empreendimentos de vulto, envolvendo investimentos, trabalho e técnica. E o seu principal empresário terá que ser o Estado, ao qual cabe, na verdade, vencer as resistências do Brasil arcaico pela promoção de mudanças culturais e tecnológicas capazes de corrigir as disparidades do desenvolvimento nacional”

Assim, tendo no conhecimento e na pessoa do técnico o elemento mobilizador e motivador dos sistemas de produção agropecuários, o Estado passa a incentivar a formação desses profissionais e vamos observar uma rápida expansão das faculdades¹⁵, verificável no quadro 1, e do número das vagas por estas oferecidas. No quadro 2, observamos a heterogeneidade na distribuição dos cursos pelo país, e em relação a manutenção dos mesmos, ficando evidenciado a supremacia da região sudeste na oferta de vagas e o crescimento do ensino privado sobre o público, este exclusivo até a década de 60. No quadro 3 estas observações podem ser melhor visualizadas com o mapeamento isolado da região sudeste, onde São Paulo se destaca duplamente, primeiro por ser o maior concentrador de escolas, e por outro, por não possuir nenhuma delas vinculada ao governo federal, ainda o grande mantenedor para as outras regiões (vide quadro 2).

¹⁵Neste processo de valorização do conhecimento técnico para a agricultura, além do estímulo às carreiras de Veterinária e Agronomia, novos cursos são criados, na década de 60, como os de Engenharia Florestal, Zootecnia e Engenharia Agrícola.

Quadro 1

Expansão dos cursos de Veterinária, por décadas - 1910/1995 *

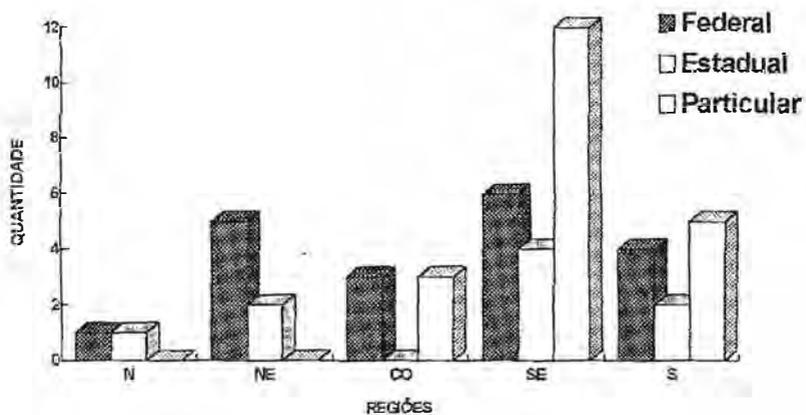


* a década de 90 foi computada até 1995

Fonte: ABEAS, 1995; CFMV, 1996.

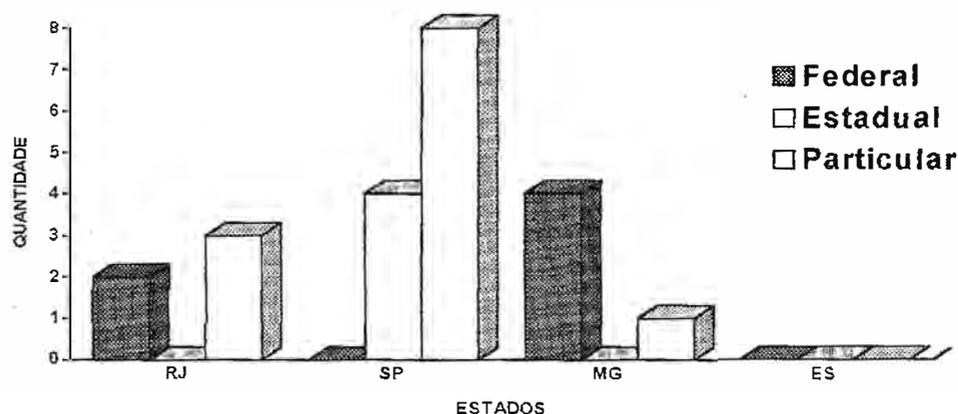
Quadro 2

Cursos de Medicina Veterinária, existentes, por região e vinculação - 1995



Fonte: ABEAS, 1995; CFMV, 1996.

Quadro 3
Números e vínculos do ensino de Medicina Veterinária, na região Sudeste - 1995



Fonte: ABEAS, 1995; CFMV, 1996.

Como se observa no quadro 1, a partir dos anos 60 o crescimento do número de cursos foi crescente e intenso. De 1910 a 1930 funcionaram 20 escolas de Veterinária no país. Com a política centralizadora e padronizada de Vargas executada pela SEAV, só restaram 08 delas, que permanecem únicas até 1960 (Anexo I), e formam até 1958, 2.930 médicos veterinários (LIMA e *alii*, 1961, p. 234). Em 1995, o último dado que trabalhamos, registra-se 48 escolas de Medicina Veterinária, embora saibamos que existem propostas para abertura de novos cursos em andamento no Ministério da Educação.

É inevitável pensarmos este crescimento conectado, nos anos 60/70, ao projeto desenvolvimentista implantado pelo governo tendo, como um dos veiculadores, o veterinário. Nos anos 80/90, já sem o estímulo do governo como o grande empregador, vamos observar o crescimento das escolas e do ensino particular (até 1969 todas as escolas são públicas), fruto por um lado, de um novo conceito social para a profissão que, após sua expansão e difusão de sua ação, recria seu *status* social de modo mais valorizado, sendo mais procurado por membros das classes média/alta, urbana, e

mulheres, alterando o perfil do profissional, hoje, mais voltado para a atividade médica, principalmente com os pequenos animais. Por outro lado, a expansão do ensino é realizada graças à política privatista do ensino superior que propicia a criação em série de escolas particulares, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, onde São Paulo lidera com 12 escolas (25% do total de escolas brasileiras), destas, 66% são particulares - 8 escolas -, todas criadas a partir dos anos 80.

O estado do Rio de Janeiro, sede da primeira escola de Veterinária do país (UFRRJ), até os anos 80 só manteve 2 delas, ambas federais. A partir de 1988, três novas escolas são criadas e todas particulares¹⁶.

Esse avanço da iniciativa privada sobre o ensino superior não é exclusivo do ensino de Veterinária, para Cunha (1991) ele é produto dos interesses do capital privado sobre o ensino, facilitado pela predominância, no Conselho Federal de Educação - CFE, de membros deste setor. Sendo o CFE, o órgão liberador da criação de novos cursos e fiscalizador de sua execução, estes membros forçavam a privatização do ensino, por um lado, garantindo a abertura de novos cursos, ao mesmo tempo que dificultavam este ato pelo lado estatal (no período - 80/95 - são criados 23 cursos, sendo 4 Federais, 2 Estaduais e 17 particulares), por outro lado, destinando financiamento público, através de bolsas e incentivos, para a expansão do ensino particular.

No caso da Veterinária, acoplado a estes interesses econômicos, é claro que está o estímulo e a constatação de uma demanda de candidatos à profissão; na UFF esta relação salta de 8.10 candidatos/vaga, em 1991, para 16.95, em 1995 e 18.92, em 1996, sendo o curso de Veterinária o 11º, (1995) e o 7º, (1996) curso mais procurado, numa

¹⁶Em 1997 são criadas duas novas escolas, particulares, perfazendo um total de 07 cursos de Veterinária, dois públicos e 05 particulares.

relação de 38 carreiras. Na UFRRJ, a relação candidato/vaga passa de 12.2, em 1992, para 14.9, em 1995, superando a procura pelo curso de agronomia, até então em evidência¹⁷.

Este crescimento de demanda e a abertura de novos cursos desperta a atenção dos órgãos classistas preocupados com o inchaço do mercado e com as deficiências acadêmicas que diversos cursos apresentam. Desse modo, o CFMV, cria em 1990 uma comissão formada por professores-veterinários objetivando o conhecimento desta realidade (CFMV, 1992). Parece claro uma busca de interferência do CFMV neste processo de criação e organização dos cursos de Veterinária, que oficialmente nada pode fazer já que não possui ingerência nem no MEC, nem nos cursos por ele autorizados. De qualquer modo, o CFMV vem promovendo encontros anuais com coordenadores e professores dos cursos de Veterinária em busca de adequação, segundo sua ótica, entre o ensino e o mercado de trabalho

Desse modo, se a expansão dos cursos e, conseqüentemente, das vagas vem sendo uma constante, o governo, desde os anos 80, deixou de realizar concursos públicos para o preenchimento das vagas de veterinários existentes em seus quadros, propiciando redirecionamento dos cursos para o aspecto liberal, autônomo da profissão, quando a clínica médica se sobressai como excelência de atuação.

É assim que, a partir dos anos 80, há uma acentuada alteração no perfil profissional dos já formados e daqueles que procuram as escolas. Agora, voltados em grande parte para a atuação na clínica de pequenos animais que, pelos aspectos discutidos, ganha novo *status*.

¹⁷cf. relatório elaborado pela PROAC/UFF, em 1995, p. 40; e documentos do Decanato de Graduação, da UFRRJ, sobre vestibulares, em 1995.

Essa afirmação é verificável pelo número de estabelecimentos comerciais - clínicas e lojas - registrados no CRMV-RJ, mas principalmente pelo espaço e exposição que utilizam pela cidade, já que, oficialmente, nem todos são registrados no Conselho como é previsto por lei. Por outro lado, o perfil do aluno de Veterinária que anteriormente é marcado por uma origem rural e excessivamente masculina, hoje tem sua origem nos grandes centros e altera a supremacia masculina pela feminina.

No entanto, se a clínica permite o estabelecimento do profissional liberal este se defronta com o limite de demanda por seus serviços. A Associação Patronal de Clínicos Veterinários - APCV considera que há mercado para novas clínicas, no entanto, a sofisticação nos serviços e a tradição que algumas já possuem dificultam a instalação de novos profissionais. Nesta conjuntura, o primeiro e vasto campo de absorção do recém formado termina sendo as clínicas já instaladas onde vão prestar serviços como comissionados. É uma relação trabalhista frágil pois não são considerados empregados da clínica, estando desprotegidos da legislação trabalhista vigente, seus ganhos são oriundos de porcentagens, recebendo em média 30 %, por todos os serviços prestados. Esta "relação de trabalho" é encontrada em 100 % dos que prestam serviços nas clínicas veterinárias, excluídos os veterinários proprietários, claro¹⁸.

Assim, se a profissão em sua origem e durante muitos anos sofreu estigma social de baixo prestígio, a partir do momento que se expande e ganha do Estado impulso

¹⁸Estes dados e informações foram conseguidas em visitas a 5 clínicas e consultórios em Niterói e Maricá, além do depoimento, ao autor, do Presidente da APCV, Dr. Moyses Fonseca Serpa, em 1996.

afirmativo pelo seu aspecto tecnológico, principalmente a partir dos anos 60, seu *status* passa a se alterar. A partir dos anos 80, este processo de valorização profissional, esta conectado a uma redefinição das relações do homem com a natureza; da valorização dos movimentos ambientalistas e ecológicos; da valorização do animal de companhia como animal de estimação, particularmente o cão e o gato; do aumento do grau de urbanização do homem contemporâneo, o que provoca, entre outras necessidades, a de se contatar com o mundo natural, quando a Veterinária encontra um campo fértil para se expandir e se sofisticar na atuação clínica de pequenos animais.

Enovelada nessas conexões, sem primazia de nenhuma, é possível perceber que embora sempre tenha havido animais de companhia e veterinários que deles cuidavam, a partir da década de 80 essa relação se altera quantitativa e qualitativamente. No Capítulo 2 buscamos evidenciar a rede que se firma entre os animais, a indústria, o comércio e a clínica.

Por ora, interessa-nos que, de um lado, abandonados pelo grande empregador -- o Estado - que os dirigiam para as coisas do mundo rural ou da saúde pública; de outro, frente à uma potencialidade de atuação clínica inexplorada associada a uma demanda significativa, os profissionais da Veterinária, particularmente nos grandes centros, e em nossos estudos, o estado do Rio de Janeiro, se urbanizam e se organizam de tal modo que a clínica médica passa a ser seu grande canal de exercício profissional, a partir dos anos 80.

Em uma pesquisa realizada pelo CRMV-RJ, em 1985, foi revelado que 55.86 % dos veterinários registrados são de origem da capital, sendo ainda 28.83% de origem urbana e só 15.32 % de origem rural. Dos pesquisados, a maioria se dedica à clínica de

pequenos animais, sendo que as mulheres somam 65.21% do efetivo, ficando os homens com uma porcentagem de 36.16%. Não se pode esquecer, porém, que o ingresso nos cursos de Veterinária também se alterou neste perfil de origem e gênero.

Esta alteração na ação profissional redimensiona e revaloriza o profissional, que se no passado se sentia menosprezado por ser chamado de “médico de cachorro”, hoje faz desse animal a essência do seu exercício profissional com toda a sofisticação que o conhecimento científico e tecnológico pode oferecer a seus usuários.

É bem verdade que a clínica para pequenos animais como ação profissional surge desde os anos 50 (XAVIER, s.d.) mas em caráter secundário, ou de pequena expressão, não identificando a profissão.

Porém, aos pioneiros da clínica Veterinária muito se deve no sentido de que ao criarem o hábito de que os animais deveriam ter assistência médica, lutaram bastante contra o charlatanismo que imperava na área, com resquícios até hoje, pondo em risco a saúde animal, humana e porque não, o próprio espaço profissional.

É bom lembrar que só em 1968 os Conselhos vão ser criados e que são eles os organismos de fiscalização e controle da profissão.

Com a expansão da clínica para o exercício da profissão, vamos observar também a alteração de gênero na procura profissional e na determinação do desempenho clínico.

A primeira mulher a se formar em veterinária, no país, foi Nair Eugênia Lobo, pela UFRRJ, no ano de 1929¹⁹, atualmente o número de mulheres é expressivo nos cursos, chegando o da UFF a possuir turmas com mais de 60% constituídos por elas. Esta

¹⁹cf. depoimento do Dr. Zander Barreto, Presidente do CRMV-RJ, ao autor, em 1995.

alteração se conjuga com a origem, quase que exclusivamente urbana, e com a pretensão profissional, 100% de atuação em clínicas. Estas informações são pertinentes ao corpo discente da UFF, coletados na PROAC, em 1996, que, se diferem em número, mantém a qualidade da alteração no perfil dos alunos de Veterinária, também para o curso da UFRRJ.

Esses crescimentos, o número de alunos e, dentre estes, a participação feminina, no período entre 1962 e 1995, podem ser observados nos Quadros de 4 a 9.

Quadro 4

Médicos Veterinários formados pela UFF - 1962/1973

Ano	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Gênero												
Masculino	22	12	39	42	20	24	53	38	45	107	96	19
Feminino	01	01	0	02	01	01	0	04	02	05	03	01
Total	23	13	39	44	21	25	53	42	47	112	99	20
% Fem.	4.34	7.69	0	4.54	4.76	4	0	9.52	4.25	4.46	3.03	5

Fonte: Livros de Expedição de Diplomas da PROAC/UFF.

Quadro 5

Médicos Veterinários formados pela UFF - 1974/1984

Ano	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84
Gênero											
Masc.	82	69	51	133	109	183	41	80	102	153	46
Fem.	7	14	9	36	35	56	21	28	49	72	30
Total	89	83	60	169	144	239	62	108	151	225	76
% Fem.	7.86	16.86	15	21.30	24.30	23.43	33.87	25.92	32.45	32	39.47

Fonte: Livros de Expedição de Diplomas da PROAC/UFF.

Quadro 6

Médicos Veterinários formados pela UFF - 1985/1995

Ano	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95
Gênero											
Masc.	73	51	50	58	66	54	25	49	35	29	30
Fem.	38	39	46	52	42	44	25	55	31	46	45
Total	111	90	96	110	108	98	50	104	66	75	75
% Fem.	34	43.33	47.91	47.27	38.88	44.89	50	52.88	46.91	61.31	60

Fonte: Livros de Expedição de Diplomas da PROAC/UFF, período 1962/1995

Quadro 7

Médicos Veterinários formados pela UFRRJ - 1962-1973

ano	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Gênero												
Masc.	44	35	31	30	35	72	53	20	61	41	69	45
Fem.	0	4	0	7	4	6	7	3	6	6	16	7
Total	44	39	31	37	39	78	60	23	67	47	85	52
% Fem.	0	10.2 5	0	18.9 1	10.2 5	7.69	11.6 6	13.0 4	8.95	12.7 6	18.8 2	13.4 6

Fonte: Livros de Registros de Diplomas do Decanato de Graduação da UFRRJ

Quadro 8

Médicos Veterinários formados pela UFRRJ - 1974/1984

Ano	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Gênero											
Masc.	73	58	71	106	38	77	61	78	105	76	71
Fem.	12	11	27	31	14	19	34	34	36	36	35
Total	85	69	98	137	52	96	95	112	141	112	106
% Fem.	14.11	15.94	27.55	22.62	26.92	19.79	35.78	30.35	25.53	32.14	33.01

Fonte: Livros de Registros de Diplomas do Decanato de Graduação, da UFRRJ

Quadro 9

Médicos Veterinários formados pela UFRRJ - 1985/1995

Ano	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Gênero											
Masc.	73	80	79	85	41	53	78	57	56	42	34
Fem.	39	36	46	42	24	25	55	51	50	36	34
Total	112	116	125	127	65	78	133	108	106	78	68
% Fem.	34.82	31.03	36.8	33.07	36.92	32.05	41.35	47.22	47.16	46.	15.50

Fonte: livros de registro de diplomas do Decanato de Graduação, da UFRRJ, até 95.

Segundo os quadros 4 a 6 podemos observar que até os anos 80 a presença feminina se manteve constante, mas tímida; a partir daí ocorre uma expansão permanente ultrapassando os 50 % a partir dos anos 90, chegando a 60% dos formados em 1995. Estes dados são dos formados, porém, em curso existem turmas com mais de 85 % de sua composição formados por mulheres, conforme constatado por nossa prática docente.

Nos quadros 7 a 9, os dados da UFRRJ revelam o mesmo processo do crescimento da participação feminina na profissão, chegando aos anos 90 com 50 % de suas turmas formados por mulheres.

A presença maciça das mulheres se faz notar e sua atuação é basicamente na clínica de pequenos animais que, ao se afirmar como opção de exercício, se sofisticada e passa a oferecer especializações dentro daquela que já seria uma especialização da profissão. Assim, surgem as especialidades médicas assemelhadas àquelas da medicina humana, junto à práticas alternativas de medicina como homeopatia, acupuntura, fitoterapia entre outras, além de todos os serviços técnicos para exames atualmente conhecidos.

Outro dado que os quadros nos evidenciam é a crescente procura pelos cursos de Veterinária a partir da década de 70, sem dúvida estimulado pelo projeto desenvolvimentista e a credibilidade no tecnicismo reinante no período.

Hoje, a clínica de pequenos animais não é mais uma opção secundária, nem mesmo um campo onde qualquer formado pode chegar e se estabelecer. O mercado conta com um grande fluxo de profissionais, com uma sofisticação de equipamentos e conhecimentos, com controle corporativo através de associações especializadas, o que o torna seletivo e ainda que amplo, restritivo ao livre exercício profissional, propiciando o surgimento do emprego de veterinários na clínica, onde a maioria das vinculações se dá através de porcentagens do faturamento, o que tangencia a situação de subemprego, já que o profissional não é dono do espaço físico, nem de sua produção, tão pouco tem vínculos empregatícios.

Este crescimento da atividade clínica como ponta no conhecimento e no emprego da mão-de-obra é recente, ainda que desde a origem a profissão se quis médica, e provoca uma dissidência sutil, porque negada, entre as diversas organizações de controle e estímulo profissional, fazendo, em 1995, surgir uma contradição diante do tamanho que o mercado clínico alcança e da renitência de organismos como os Conselhos e a SBMV em darem a ela pequeno espaço em seus quadros e publicações. Há como se fosse um mal de origem, já que a Veterinária surge, no país, vinculada a interesses produtivistas e sanitaristas, onde a clínica é um fazer menor.

Do ponto de vista da Universidade, presa a um currículo rígido e às disputas internas entre concepções diferentes da formação Veterinária, as inovações que as necessidades e a dinâmica da clínica privada efetuam chegam a causar um certo tom de atraso, agravado pela permanente deficiência orçamentária e o corporativismo de sua

equipe. Tem sido comum o desenvolvimento de novas técnicas e emprego de novos aparelhos primeiro na iniciativa privada, do que nos centros formadores, principalmente os oficiais.

Moreira (1994), nos ajuda a pensar esta tensão, internamente na Universidade, quando debate a formação dos alunos e a definição de espaços e tempos durante o ensino. E, externamente, quando as entidades de classes pensam a Universidade como um elemento científico, neutro, como a instância básica na produção do que tem de mais moderno e necessário à prática profissional. O autor, ao discutir a participação da Universidade como um dos elementos componentes da dinâmica social e, por isto, “associada à expressão dos interesses dominantes no desenvolvimento do capitalismo à brasileira e ao exercício da dominação econômica, social, política e cultural no país”, evidencia que o posicionamento da Universidade é coerente com esta vinculação sócio-econômica, somada à diferenciação ideológica e técnica do corpo docente, materializando este caldo de cultura e contradições que uma sociedade capitalista efetiva.

Com esta percepção da construção social da realidade e da definição histórica das instituições educacionais e científicas é possível entendermos a construção do espaço profissional do veterinário no Brasil e, as diversas conexões que este efetua com outros movimentos da sociedade.

De 1917, quando forma a primeira turma de médicos veterinários, com 4 formandos, chegando em 1958 com 2.930 profissionais (LIMA *et al*, 1961, p. 234), até 1993, quando o CFMV registra 29.082 veterinários em atuação no país, o crescimento do número destes profissionais foi bastante expressivo.

No estado do Rio de Janeiro, nosso campo de interesse para esta dissertação, o CRMV registra um crescimento constante de 1993 a 1995, do número de veterinários na ativa:

1993	3.220
1994	3.369
1995	3665

Estes números revelam o crescimento do efetivo de profissionais, coerente com o aumento do número das escolas, sem com isso precisar aumentar o número de vagas, pelo contrário, na UFF, na década de 70 se ofereciam 140 vagas/ano²⁰, passando, nos anos 80, para 100 vagas/ano. Porém, o crescimento do número de escolas garante a expansão do número de formandos.

No estado do Rio de Janeiro, até 1995, o CRMV acusa um crescimento em seus registros, revelando a existência de 3.665 veterinários em atuação. Destes, 1.077 são mulheres, com uma porcentagem de 29% do efetivo, o que é bastante significativo se levarmos em conta que até os anos 80 esta era uma profissão basicamente procurada por homens, e que a partir de então o acesso de mulheres passa a ser maciço, particularmente nos dois cursos estudados, o da UFF e o da UFRRJ.

²⁰cf. Anuários Estatísticos da UFF, 1982 e 1985 - PROPLAN/UFF.

3.2.2 - A organização classista

Anterior à diplomação de médicos veterinários no país, ocorrida em 1917, estes ou eram formados no exterior, ou eram estrangeiros aqui radicados, quase sempre trazidos pelo governo brasileiro. Diante do crescimento do número de veterinários e frente aos obstáculos sociais e profissionais que a categoria enfrentava foi possível agrupar seus profissionais em defesa de princípios que salvaguardassem os interesses científicos e profissionais específicos de sua atuação, criando, em 1920 a Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária - SBMV, primeiro órgão de classe da categoria, surgido no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e mais tarde com seções nos diversos estados da Federação, em atuação até os dias de hoje.

Esta Sociedade tinha como objetivo aglutinar os profissionais e promover os avanços científicos e tecnológicos que lhes diziam respeito. Um dos canais deste avanço foi a promoção e a organização de Congressos Científicos da categoria. Seu 1º Congresso Brasileiro se realiza no ano de 1922, no então Distrito Federal - Rio de Janeiro - durante as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, sem dúvida estimulado pelo clima de comemorações que a época ensejava, pois o 2º Congresso só vai ser realizado em 1943. A partir de 1963 eles ocorrem de 2 em 2 anos por diversas cidades do país, buscando difundir o conhecimento veterinário, estimular a produção científica e fortalecer sua institucionalização. No anexo II apresentamos a relação de todos os Congressos Brasileiros.

Estes Congressos trazem para a profissão uma prática recorrente nas profissões reconhecidas socialmente, bem como de uma tradição mundial, universo a que a Veterinária brasileira sempre esteve conectada. O I Congresso Mundial de Medicina

Veterinária ocorre em 1863, na cidade de Hamburgo, na Alemanha, um século após a criação da primeira escola. Em 1995, 25 deles já haviam se realizado, ultimamente mantendo um intervalo entre eles de 4 (quatro) anos, tendo o Brasil sediado o XXIV, em 1991, na cidade do Rio de Janeiro.

Além dos Congressos Mundial (Anexo III) e do Brasileiro (Anexo II), existem ainda o Pan-Americano (Anexo IV), e aqueles específicos de áreas de especialização da profissão, como os de Clínicos de Pequenos Animais (ANCLIVEPA, Anexo V), os de Higienistas de Alimentos, os da Reprodução Animal, entre outros.

Em âmbito internacional, a primeira organização da categoria foi o Comitê Permanente, criado em 1863, quando da realização do 1º Congresso Mundial, e transformado em Associação Mundial de Veterinária, com sede em Genebra, Suíça, mantendo o objetivo de fomentar o intercâmbio de informações científicas e coordenar a ação internacional no campo da ciência Veterinária.

No Brasil, uma das recentes organizações da categoria girou em torno da criação da Academia Brasileira de Medicina Veterinária - ABMV em 09 de setembro de 1983, na cidade do Rio de Janeiro, quando a categoria comemorava 50 anos de regulamentação profissional, com objetivos de estimular atividades técnicas e científicas; promover intercâmbio cultural com instituições congêneres; contribuir para o desenvolvimento e progresso geral da classe.

Esta Academia possui 40 patronos e ainda se encontra em fase de nomeação dos titulares, que tiveram a primeira posse em 24 de outubro de 1986 (Anexo VI).

Com o aumento do número de profissionais, com a ampliação das áreas de conhecimento especializado aglutinando interesses, e no intuito de promover de um lado, marcação de espaço político dentro da categoria, por outro, de estimular o crescimento

científico de seus pares, diversas organizações são criadas, dividindo poder e prestígio com a SBMV e o CRMV. Se este último tem sua filiação compulsória por Lei, aquela se vê enfraquecida na manutenção de seus quadros, que se formam por voluntarismo.

É deste processo que, no intuito de marcar o espaço profissional, combater o charlatanismo, congregando os profissionais atuantes em clínicas e incentivar a produção do conhecimento científico, em 1957 (XAVIER, sd, p. 4) se inicia, no Rio de Janeiro, um movimento para criação de uma associação de clínicos de pequenos animais, culminando com a criação do Clube dos Clínicos Veterinários, passando mais tarde para Sociedade Brasileira de Clínicas Veterinária, ainda, Sociedade Nacional de Clínicas Veterinária e fixando-se na atual denominação de Associação Nacional de Clínicos de Pequenos Animais - ANCLIVEPA (XAVIER, sd, p. 9).

Esta associação foi criada por onze veterinários²¹ na cidade do Rio de Janeiro e hoje se distribui por todo o território nacional com o mesmo nome, contando com 23 associações em 1995, com autonomia das seções estaduais. A associação é de caráter voluntário e voltada para o exercício da clínica, possuindo, em 1995, no estado do Rio de Janeiro, 1.047 sócios²², entre profissionais e estudantes.

No entanto, se a ANCLIVEPA surge na década de 50, lutando contra o charlatanismo e o espaço da clínica na sociedade, é a partir dos anos 80, simultâneo com os movimentos que já apontamos, que ela se redimensiona e assume um papel organizativo de grande parcela dos quadros profissionais.

²¹Mário da Fonseca Xavier, Ary de Mello Leite, Mário Xavier Dias Lopes, Alexandre Espíndola Franco, Moyses Frimmer, Harry Rutman, Antônio Carlos Schoot de Souza, Jacintho Machado de Mendonça Júnior, Alberto Carvalho Filho, Paulo Bruxellas e Carlos Costa Brandão (XAVIER, s/d, p.19)

²²cf. depoimento do Dr. Rubem Bittencourt Cardoso Jr., Presidente da ANCLIVEPA - RJ, em 1995, ao autor.

Além de congregar os clínicos ela também patrocina e organiza os congressos científicos, especializados em clínica veterinária, além da promoção de cursos de aperfeiçoamento em casos clínicos.

Em 1990, a partir da ANCLIVEPA, é criada por donos de clínicas a Associação Patronal dos Clínicos Veterinários - APCV, com 19 sócios fundadores²³, contando, em 1996, com 134 sócios²⁴, evidenciando que o assunto clínica já não é mais um caso de amor, que a complexidade da atuação se instala e que proprietários e contratados já possuem necessidades e interesses divergentes, justificando a criação de novos grupos de assemelhados.

Este número de sócios, tanto os da ANCLIVEPA, como os da APCV, são significativos se levarmos em conta que eles só congregam aqueles veterinários que atuam na clínica veterinária e particularmente a dos pequenos animais, que é a clínica urbana; e que o CRMV, responsável pelo registro de toda e qualquer atividade profissional que lide com animais e sua saúde, revela ter, em 1995, o registro de 393 estabelecimentos entre clínicas, hospitais, consultórios e laboratórios veterinários²⁵.

Desse modo já é possível constatar, nos anos 90, que se a clínica permite o caráter de profissional liberal do veterinário, os grandes centros urbanos permitem o

²³Moyses Fonseca Serpa, Marisa Favero Cavalcante, Rubem Bittencourt Cardoso Júnior, Alberto Frimer, Aristeu Pessanha Gonçalves, Jorge da Silva Pereira, Luiz Carlos da Silva Pereira, Jorge Luiz Vigneron, Fernando de Vasconcelo Guedes, João Jarbas Bazoni, João Henrique Jorgense, Paulo Roberto da Conceição, Sérgio Gomes do Rego Lima, Armando Henrique Ignácio, Patrícia Arruda Coelho, Eliana Jessula, Pedro Fabiano D'Amato e Luiz de Souza Leal, cf. fax enviado ao autor pelo Presidente da APCV Dr. Moyses F. Serpa, em julho de 1996.

²⁴idem.

²⁵Estes dados fazem parte de um fax enviado ao autor em 1995, pelo CRMV. Embora estes sejam os dados oficiais, estima-se que, no estado do Rio, basicamente na região Metropolitana, existam, aproximadamente, 900 desses estabelecimentos que, no anonimato, fogem do controle e do pagamento de taxas ao CRMV que, por sua vez, possui um serviço de fiscalização incipiente para a dimensão da ação profissional.

encontro de um grande número de veterinários como subempregados das grandes clínicas.

A criação e expansão dessas associações, entre elas o Sindicato dos Médicos Veterinários, revelam a diversidade de interesses crescente na complexidade que a formação profissional e sua prática efetivam. De todas, o CRMV é o único que tem filiação compulsória, todos os outros são de caráter voluntário e algumas possuem propostas de ação muito semelhantes, o que revela uma certa disputa de controle sobre áreas de atuação, diante da divergência sobre a prática das mais antigas.

Portanto, se ainda hoje encontramos a SOMVERJ, entidade estadual que absorveu as funções da SBMV (transferida para Brasília), atuando como a organizadora dos Congressos Brasileiros de Medicina Veterinária, não é difícil constatar a pequena significação organizativa que ela possui na categoria, que busca em outras associações sua participação profissional e política, onde associações com caráter de especialização atende mais aos seus interesses do que aquelas que buscam congregar toda a categoria, que é diversificada por origem.

Capítulo 4

4 - O ENSINO DA MEDICINA VETERINÁRIA NO BRASIL

4.1 - DA CRIAÇÃO DO ENSINO AGRÍCOLA

Por todo o período colonial, o Brasil manteve-se distante da discussão sobre o ensino superior¹. Por um lado sua estrutura econômica e social de exploração agrícola baseada no latifúndio, na monocultura exportadora, e no trabalho escravo, com uma pequena população européia, dispensava estas necessidades, por outro, era prerrogativa da metrópole o ensino de nível superior, que selava a situação colonial da ausência desses cursos. Cunha (1986, p. 13), também realça o pequeno contingente português da população metropolitana possuidores do nível escolar superior, o que dificultava a expansão desse nível para as Colônias.

¹Para a compreensão da organização e definição do ensino superior no Brasil, utilizamos as discussões produzidas por Cunha (1986) e Moreira (1994) onde a ideia de que o ensino superior é aquele que detém um saber superior, hierarquizando e excluindo outros conhecimentos, aliado à crença de que o saber científico é neutro e crítico por “natureza” acabaram por formatar o ensino universitário no país. Ambos criticam esta concepção e apontam a necessidade de se entender a

No século XVI, Portugal só possuía duas Universidades - Coimbra e Évora - tornando difícil a liberação de docentes para cá. Essa proibição era "compensada" com a doação de bolsas de estudo na Metrópole.

Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, um novo padrão de exigência aos serviços do ensino superior se instala. Além das necessidades da nova sociedade, particularmente a urbana, e influenciada pelas idéias iluministas da época, que reforçavam a idéia do conhecimento como veículo propulsor do desenvolvimento humano, D. João autoriza a abertura dos primeiros cursos de nível superior no Brasil, formando Advogados, Médicos e Engenheiros. Profissões que atendiam aos anseios de esclarecimentos e serviços que a Corte precisava².

Quanto ao saber agrícola, a estrutura agrária dispensava maiores investimentos, conhecimento sofisticado e uma mão-de-obra qualificada.

A organização da agricultura colonial e do Império, baseada numa estrutura arcaica, dificulta a criação e o avanço das profissões de nível superior voltadas para esta área. A produtividade da lavoura era conquistada pelo aumento da área cultivada, e a pecuária existia como complementar à indústria açucareira, em caráter de subsistência e de pequena expressão econômica diante dos canaviais. Este sistema de produção era intensamente utilizado no país, ainda que, no sul, o criatório de gado e eqüinos para subsistência e exportação de couro, fosse considerável garantindo, inclusive, o fornecimento de animais de carga que a lavra de minerais, em Minas Gerais, exigia.

construção do ensino técnico-científico como um processo histórico-social onde interesses diversos e mesmo divergentes estão em jogo, na disputa pelo campo do saber.

²Segundo Cunha (1986) é possível reconhecer o caráter de ensino superior aos cursos de Filosofia e Teologia que eram ministrados por religiosos, principalmente pelos jesuítas, desde antes da chegada da família real, no Brasil.

Nesta sociedade, onde o trabalho físico é desvalorizado e a demanda de novos saberes é inexistente, a criação de escolas de ensino agrícola, quando efetivada, é esvaziada de público e de apoio. Assim, as escolas, ainda não superiores, criadas para formar profissionais para o campo, têm sua clientela em meninos pobres, órfãos, que vão formar o contingente dos primeiros cursos de agricultura, reforçando o desprestígio social das profissões rurais, mantendo seqüelas até pouco tempo atrás.

A ausência/presença de escolas voltadas para as questões da agricultura ajudam a revelar a organização cultural e profissional do Brasil, pois, a escola se propõe a ensinar “um saber dominante, mas não todos os saberes dominantes” (CUNHA, 1986, p.15). Esta é a diferença histórica na conformação das profissões superiores.

Assim, os cursos de Medicina Veterinária surgem num contexto onde o saber e o fazer da profissão demorará a interessar candidatos às carreiras de nível superior, levando alguns anos para ultrapassarem os dois dígitos em número de alunos matriculados. Esta situação leva o governo a lançar políticas de estímulo à carreira, como doação de bolsas de estudo para novos alunos, o que não era comum aos outros cursos.

*

Em 1808, tem início o processo de implantação do ensino rural no país. Mas, é em 1812, através da Carta Régia de 25 de junho, que D. João vai criar os primeiros cursos de agricultura, buscando formar quadros para a produção rural, onde reinava o aprendizado agrícola por tradição e rotina (CAPDEVILLE, 1991).

Porém, apesar das intenções oficiais do governo, e da instalação de cursos de Agronomia durante o regime imperial, somente na República os cursos de Medicina Veterinária serão efetivamente criados, pensados como suporte para a pecuária e a economia nacional.

Com a Carta Régia de 1812, D. João VI pretendia que os conhecimentos de uma agricultura avançada fossem aplicados no país. Neste intuito cria os “hortos reais” com encargos de promover o ensino, a pesquisa e a difusão dos seus investimentos. “O plano de D. João era fornecer profissionais para as novas exigências da colônia, dentro de uma visão bastante utilitarista da ciência (...)” (CAPDEVILLE, 1991, p. 40).

Os resultados dessa política não são positivos. Em 1825 é criada a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que tem entre suas atribuições a de criar uma “escola normal de agricultura” adjacente ao Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, o que não acontece, pois, em 1838, é criada a Escola de Agricultura, ocupando o mesmo espaço, na Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas, o que também não se concretiza. Em 1848 a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, volta a propor a criação de uma escola no mesmo local.

Todas estas iniciativas parece que não vingaram.

Em 1860, é criado pelo Decreto nº 1.067, de 28 de julho, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, regulamentado em 1861, e que, permanentemente, em seus relatórios, vai expor as atitudes e insucessos para a normalização do ensino agrícola. Para Bárbara Freitag³, citada por Capdeville (1991, p. 41) “as funções de reprodução das relações de dominação e da ideologia dominante eram satisfatoriamente preenchidas pelas escolas existentes”, o que tornavam desnecessários os esforços da criação de escolas agrícolas.

Em 1859 é criado o Imperial Instituto Baiano de Agricultura, tendo entre seus objetivos a criação de uma Escola de Agricultura (Decreto nº 2.500 A, de 1 de novembro de 1859). Depois dele são criados diversos institutos: o Instituto Pernambucano de

³FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo: Moraes, 1986.

Agricultura (1859), o Instituto de Agricultura Sergipano (1860), o Instituto Fluminense de Agricultura (1860) e o Instituto Rio-Grandense de Agricultura (1861). com objetivos semelhantes. Deles participavam os grandes proprietários de terra, os comerciantes, a cúpula do clero, oficiais das forças armadas e da guarda nacional e políticos (CAPDEVILLE, 1991, p. 43).

Na verdade estes institutos tinham como objetivos, além da criação de escolas agrícolas, a criação de um banco de crédito e a redução de impostos sobre a agricultura, que enfrentava dificuldades frente ao "fim do tráfico negreiro (1850), a crise do açúcar, a expansão cafeeira no sul, a concorrência dos cafeicultores do Vale do Paraíba no mercado interno dos escravos, a carestia dos gêneros alimentícios" (ibidem, p. 42).

Mantida, nos estatutos dos Institutos, a obrigação de criar escolas para o ensino agrícola, inclusive o de nível superior, e após longos embates com o governo imperial em busca de patrocínio, o Instituto Baiano de Agricultura, inaugura em 15 de fevereiro de 1877, com recursos próprios, a Escola Agrícola da Bahia, em São Bento das Lages, dirigida por um médico e com objetivo de formar agrônomos, engenheiros rurais, silvicultores, veterinários, entre outros profissionais para a agricultura.

Esta Escola fica subordinada ao Instituto Baiano de Agricultura, portanto de caráter particular, de 1877 até 1904 quando o governo estadual chama a si o controle do Instituto que passa a chamar-se Instituto Agrícola permanecendo assim até 1911, período em que a escola não forma nenhum aluno, passando, nesta data, para a responsabilidade do governo federal.

Com a Escola Agrícola da Bahia, finalmente estava criada a primeira escola de nível superior de ensino agrícola, embora só tenha formado agrônomos. De 1880 até sua federalização, em 1911, esta escola forma 272 agrônomos (LIMA e *alii*, 1961).

Ainda que constasse de seu programa a formação de veterinários, eles não são formados, mas estava instalado o germe da profissionalização de nível superior para a agricultura, onde novos imperativos tecnológicos e de demandas de mercado exigiam alterações na formação de mão-de-obra.

Esta escola, de iniciativa particular, passa por diversas transformações e vinculações, ora com o governo estadual, ora com o federal, ora nível médio, ora nível superior de ensino, até que em 1967, se incorpora à Universidade Federal da Bahia - UFBA, como Escola de Agronomia, sem nunca ter oferecido seu curso de veterinária, desde o início proposto.

O surgimento do Ministério da Agricultura - MINAGRI, e dos Institutos está dentro de um processo vivido pelos proprietários rurais diante das transformações provocadas pelo "fim do tráfico negreiro, a crise do açúcar, a expansão cafeeira no sul, a concorrência dos cafeicultores do Vale do Paraíba no mercado interno dos escravos, a carestia dos gêneros alimentícios" (CAPDEVILLE, 1991, p.42), forçando a iniciativa de se construir saídas para esta problemática. Além de políticas para o setor, a formação de mão-de-obra que garantisse, no mercado, o aumento da produtividade, por meio de tecnologia, tornava-se interessante.

O descrédito da elite agrária perante as inovações profissionais da agricultura refletia na organização e na sobrevivência das instituições políticas e administrativas do assunto. É assim que o Ministério da Agricultura, criado pelo Decreto nº 1.067, de 28 de julho de 1860, com o nome de Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que, entre suas atividades, previa a instalação de escolas de Veterinária, é extinto quando da instalação da República e de uma mudança do aparelho

do Estado, pela Lei nº 23, de 30 de outubro de 1891. Suas atribuições passam para a Secretaria de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras públicas, em 1892.

As dificuldades e a inconstância das ações no campo da agricultura são pertinentes à época por ainda relutar em abandonar os princípios de uma agricultura extensiva, o que é possível devido a grandes áreas de terras virgens, e a uma mão-de-obra farta e de baixo custo. No entanto, o governo brasileiro, conectado ao mercado externo, sente necessidade de interferir nesta área, buscando maior qualificação de nossos produtos que já sofriam restrições no mercado, dado a novas exigências de consumo, como o açúcar mais claro, café homogeneamente beneficiado, algodão descaroçado e ensacado, entre outros.

Assim, desde 1812, quando D. João aprova a criação de escolas de agricultura, o que só se efetiva em 1877, na Bahia, até 1910, quando o governo chama a si a responsabilidade de promover o ensino agrícola e cria a primeira legislação sobre o assunto, o Brasil possuiu 8 cursos de Agronomia e nenhum de Veterinária.

Os cursos de Agronomia da Bahia (1877), Pelotas (1891), Piracicaba (1901), Lavras (1908), Taquary - RS (1895), Politécnica do Rio de Janeiro (1896), Politécnica de São Paulo (1898), e Engenharia de Porto Alegre (1899)⁴, tiveram quase sempre seus nomes associados à proposta de ensino da Medicina Veterinária, o que não se concretizou em nenhum deles. Os quatro primeiros subsistiram à crises e mudanças existindo até hoje, vinculados as Universidades Federais (Bahia, Pelotas e Lavras) e Estadual (Piracicaba).

⁴Os dados utilizados neste item são extraídos das obras de Lima e *alii* (1961) e Capdeville (1991), que fornecem um quadro detalhado do ensino agrícola no país.

Até 1910, marco da primeira regulamentação do ensino agrícola e da criação das escolas de Medicina Veterinária, 367 Engenheiros Agrônomos haviam concluído seus estudos.

A abertura desses cursos se dá, na maioria das vezes, por iniciativa particular, muito mais orientado por idéias iluministas da expansão da educação para a realização do homem e elemento propulsor do indivíduo na sociedade, garantindo uma igualdade de condições, do que por projetos de organização da produção e da mão-de-obra. Daí é possível compreender a ausência do poder público na instalação dos mesmos. Porém, quando interesses econômicos já se tornam perceptíveis sobre o campo, é também o momento que se inicia a legislação e a participação do Estado sobre a demanda. É tão forte a especificidade da agricultura para a economia que desde o início o ensino rural, de todos os níveis, está subordinado ao Ministério da Agricultura, acumulador, por muito tempo, das funções de fiscalizador do ensino, controlador do exercício profissional e maior empregador da área.

Apesar das transformações, avanços e recuos que as questões da agricultura enfrentaram na burocracia do Estado, os assuntos pertinentes à escolarização e ao exercício profissional da agronomia e da veterinária sempre estiveram subordinados ao Ministério da Agricultura, gerando contradições nas questões educacionais já que as reformas de ensino realizadas pelo Ministério da Educação não atingiam estes cursos.

Esta anomalia, já que com a República havia sido criado o Ministério da Instrução Pública, só é corrigida em 1967, quando todo o sistema de ensino é subordinado ao MEC.

4.2 - DA INSTALAÇÃO DAS FACULDADES DE MEDICINA VETERINÁRIA

Como visto anteriormente, o Brasil não possuiu nenhum curso de Medicina Veterinária durante seu período imperial.

Com a instalação da República, Benjamin Constant assume o Ministério da Instrução Pública e promove uma reforma no ensino superior (1891) garantindo a secularização e a descentralização da criação de escolas (a União passava a dividir com as Assembléias Estaduais o poder de criação de escolas), além de permitir o livre exercício profissional mesmo para aqueles que não possuíssem diplomas (CUNHA, 1986).

Estas mudanças permitiram a proliferação do ensino superior que no período entre 1891 e 1911 (reforma Rivadávia Corrêa) cresce em 27 escolas superiores, entre estas, a Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária - ESAMV, no Rio de Janeiro.

Assim, num contexto onde a abertura de cursos superiores é estimulado, conectado a expansão e diferenciação do mercado de trabalho onde o médico veterinário é requisitado, particularmente pelo Estado, o governo Nilo Peçanha, em 20 de outubro de 1910, edita o Decreto nº 8.319, que regulamenta todo o ensino agrícola, do fundamental ao superior, tornando-se a primeira legislação para o setor que subordinado ao Ministério da Agricultura ficava fora do alcance das reformas de ensino então efetivadas. Neste Decreto o governo cria a ESAMV, que instalada em 4 de julho de 1913, fica sendo a primeira escola de Medicina Veterinária criada no país.

Neste mesmo ano, em 6 de janeiro, o exército, pressionado pela perda de animais e soldados face a uma epidemia de mormo, tinha conseguido do governo autorização

para abrir uma escola de Medicina Veterinária, só o fazendo, porém, em 17 de julho de 1914, no antigo Quartel do Grupo de Obuses, no Rio de Janeiro.

Dos quadros da ESAMV formam-se, em 1917, os primeiros Médicos Veterinários no Brasil: Moacyr Alves de Souza, Taylor Ribeiro de Mello, Antônio Teixeira Viana e Jorge de Sá Earp⁵.

Desse modo, estava a Veterinária incorporada às necessidades de conformação que a sociedade brasileira elaborava, pois, as criações dos cursos superiores, tanto no tempo, como na especificidade, sempre estiveram, ainda que sob forte influência iluminista, à mercê dos interesses da elite dominante, em estruturar o Estado e garantir o *status* social de seus egressos.

É assim que os saberes de formação militar, engenharia (1810), medicina (1813) e direito (1817) são os primeiros a se constituírem como faculdades, ainda no século XIX⁶. Além de instrumentalizar o Estado Nacional e formar burocratas para sua manutenção, a sociedade emergente necessitava da "produção de bens simbólicos para consumo da classe dominante" (CUNHA, 1986, p. 68) e outros cursos foram criados como os de desenho, história e música.

Em que pese ser a agricultura a base da economia brasileira, quase que exclusivamente, até a República Velha, sua organização a partir de grandes extensões de terras, com abundante mão-de-obra (primeiro com os escravos, em seguida com os imigrantes), possuindo boa presença no mercado externo para exportação de seus produtos, possibilita o desinteresse da elite agrária e política, na formação e difusão de

⁵HATSCHBACH, Percy I. História da Medicina Veterinária, A Hora Veterinária, Porto Alegre, v. 6, n° 36, mai/abr 1987, p. 58

⁶Para Cunha (1986, p. 16) o primeiro curso superior no país é o de artes e teologia, no colégio dos Jesuítas, na Bahia, em 1572. ●s dados anteriormente citados são do mesmo autor e obra.

tecnologias para o setor rural. Esse desinteresse não foi hegemônico, nem permanente mas permitiu que a formação superior para as questões agrárias fosse inúmeras vezes prorrogada.

Porém, o surgimento de interesses e disputas entre frações da elite política e econômica, facilitadas pelo fim do Império, o redimensionamento da vida urbana, o surgimento das primeiras indústrias, o aparecimento da saúde pública como questão relevante a ser conduzida pelo Estado, a diferenciação do comércio exportador que além de grãos e açúcar passa a demandar o consumo de produtos de origem animal, impondo condições rigorosas de controle sanitário dos rebanhos nacionais, possibilitam a efetivação das escolas de Agronomia (1877) e Medicina Veterinária (1910).

Desde o final do século XIX, o governo brasileiro cria uma série de leis e regras objetivando a organização do ensino, tanto o público, quanto o privado, e em todos os seus níveis. Esta organização foi marcada pela presença dos ideários positivista e liberal que lutavam por um ensino secular e descentralizado do poder central.

Segundo Cunha (1986) os positivistas vão influenciar o pensamento educacional até a política educacional de Vargas nos anos 30.

A influência positivista é facilitada pelas presenças de militares positivistas na Assembléia Constituinte e a de Benjamim Constant como Ministro da Instrução Pública. Dentre suas propostas educacionais constava a liberdade de criação de cursos pelos estados e pelo poder legislativo; o fim do privilégio de exercício profissional pelo portador de diplomas das escolas superiores; a não criação de uma universidade, considerada um modelo obsoleto e centralizador de educar.

Os liberais, ao contrário, defendiam a criação de uma universidade como centro de conhecimentos e a exclusividade do exercício profissional para os portadores de

diplomas das escolas superiores, ainda que concordassem com o fim do controle mantido pelo governo sobre o ensino. Na prática, este debate permite, a laicização do ensino, a expansão do ensino, principalmente o particular; o aumento de alunos; e a criação de escolas livres. No entanto, a primeira universidade brasileira só será criada em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro (CUNHA, 1986, p. 211-2)

Com a liberalização da criação de escolas sem a autorização do governo e das diversas facilidades de acesso aos cursos, começa haver uma generalização de diplomas e portanto, uma queda do *status* que a posse dos mesmos conferia. Em nome de ordenar o ensino superior e manter a qualidade do mesmo, é promulgada, em 1911, a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República (conhecida como Reforma Rivadávia Corrêa, ministro da Justiça e Negócios Interiores, do governo Hermes da Fonseca - 1910/1914)) que entre outros instituía: a autonomia administrativa das escolas (se possuísem a financeira); o exame de admissão ao ensino superior; autonomia pedagógica às escolas particulares e as públicas estaduais; criação do Conselho Superior de Ensino que substituiria o governo na fiscalização do ensino; cria a livre-docência.

Segundo Capdeville (1991, p. 71), esta reforma "se caracterizou por um descompromisso total do poder público para com a educação", suprimindo a fiscalização e conferindo autonomia aos estados, livres do controle federal. Isto estimula a criação de diversas escolas, ainda que não possuíssem condições de funcionamento.

*

É neste contexto que se efetiva a criação dos cursos de Veterinária, criados em 1910 e instalados em 1913. É impossível não imaginar que sua constituição não esteja envolta pela mesma disputa paradigmática científica que domina à época, no entanto, por interesses possivelmente da economia, os cursos de agricultura são vinculados ao

Minagri e, portanto, desobrigados de cumprirem todas as normas que emanavam de outros setores do governo. É impossível acreditar, no entanto, que as influências do debate entre positivistas e liberais, e o ideário ideológico do sistema não lhes afetassem. Porém, se em outras esferas o acesso ao ensino passa a ser problemático por esvaziamento do *status* social que o diploma confere, na veterinária o quadro é mais grave pois o curso não desperta grande procura por suas vagas. Ainda em 1943⁷ é preocupante, para a categoria, o pouco número de alunos interessados na carreira, considerada desprestigiada, de baixo rendimento, para a maioria da população.

Interessante que um dos argumentos levantados para explicar o desprestígio da profissão como “médicos de cachorro” será a partir dos anos 80 um dos maiores incentivos à formação e absorção da categoria.

Porém, a Lei Orgânica acaba por provocar uma “desordem” na criação e manutenção das escolas, e passa a sofrer crítica por todos que se sentem prejudicados com ela. Em 1915 é promulgado o Decreto n° 11. 530 (reforma Carlos Maximiliano) que altera a Lei Orgânica, “garantindo ao Conselho Superior de Ensino poder para controlar o ensino superior que teria nas escolas federais seu padrão, dificultando a criação de novas escolas e a manutenção daquelas que não cumprissem as exigências educacionais e administrativas exigidas; introduz os exames vestibulares que exigem, do candidato, o diploma do ginásio. Criava também o cargo de professor catedrático de caráter vitalício, que era escolhido por concurso e nomeado pelo governo.

⁷“É, porém, lamentável em nosso meio ainda não ter sido a profissão perfeitamente compreendida. Talvez não se tenha votado o necessário interesse que ela deveria despertar, embora já não exista a **campanha desmoralizadora** de outras épocas.” (grifo meu) cf. pronunciamento do professor Ruy Orlandini de Mattos, da Universidade de São Paulo, nos Anais do II Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária, Belo Horizonte, 1943, p. 50.

Em 1925 outra reforma é realizada, conhecida como reforma Rocha Vaz, propiciando o controle do Estado sobre o ensino, coincidente com movimentos políticos que deságuam no movimento de 30, garantindo ao governo maior controle ideológico sobre o ensino. Assim, a autonomia das escolas fica bastante restrita. Torna necessário fixar o número de vagas/cursos/ano; a presença às aulas passa ser obrigatória e os currículos ganham rigidez.

Esta reforma, como as anteriores, fala em qualificar o ensino superior, mas é óbvio que está embutido nela o fechamento à ascensão de uma classe média urbana em busca de reconhecimento social através do diploma, pois, com a exigência de equiparação de todo o ensino às escolas federais, a criação e expansão do ensino superior ficam dificultadas. Além disto, o ingresso nos cursos superiores aumenta o grau de exigência, limitando vagas, exigindo diploma de ginásio e instituindo o vestibular.

Porém, até 1925 o ensino superior se expande de modo geral. Quanto aos cursos de Veterinária, de 1910 a 1925 são criados 10 cursos, sendo oito deles, mais tarde, extintos por não conseguirem cumprir as exigências do governo.

Com a Revolução de 1930 e a substituição de frações da classe dominante no poder, Vargas reorganiza o Estado e, entre outras providências, cria o Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, regulamentado em 1931, entregue à gestão de Francisco Campos. É também desse período a criação do Ministério do trabalho e de uma grande reestruturação no Minagri.

Vargas organiza um Estado de compromissos, buscando desmontar o controle dos coronéis pelo interior, além de implementar uma visão tecnocrática no aparelho de Estado. Dentre essas mudanças está uma política corporativa do trabalho que privilegiava a posse de diplomas e garantia privacidade para o exercício profissional

Neste contexto, em 1933, são regulamentados os exercícios de diversas profissões, entre outras, a do Veterinário e a do Agrônomo.

Ainda que a burocracia do Estado tenha sido alterada, o ensino agrícola é mantido sob o Minagri que se organiza de modo a controlar toda a expansão e manutenção do ensino, além do controle do exercício profissional que só era permitido aos ali registrados.

Desse modo, o governo chama a si toda a responsabilidade do ensino superior, efetuando reformas que dificultavam a sobrevivência de escolas particulares e mesmo públicas que não cumprissem as exigências da lei. Se a reforma Rocha Vaz já centralizava no governo federal o controle sobre o ensino superior, a partir de 1930 o autoritarismo do governo Vargas acaba com qualquer resquício de liberdade sobre a organização do ensino superior.

Com a reorganização do Estado efetivado pelo governo Vargas, as atribuições ministeriais foram modificadas tendo em vista um outro projeto de organização social e política, materializado na criação de novas pastas ministeriais e na redefinição das existentes. Dessas reformas interessa-nos aquela conduzida no Minagri que manteve o controle do ensino agrícola de nível superior.

Em 1933 é criada no Minagri a Diretoria do Ensino Agrônomo⁸, a qual se subordina a ESAMV, criada em 1910 e subordinada ao gabinete do ministro. Em 1934 é criada a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, tendo seus cursos elevados ao grau de padrão para todo o território nacional. Dela faziam parte os cursos da antiga ESAMV, agora denominados de Escola Nacional de Veterinária - ENV e Escola Nacional de Agronomia - ENA. Porém, tanto a ENV como a ENA continuam subordinadas administrativa e pedagogicamente ao Minagri, que passa por outra reforma administrativa

deixando a Diretoria de Ensino Agrícola subordinada ao Departamento Nacional de Produção Vegetal e a ENV ao Departamento Nacional de Produção Animal.

Com a implantação do Estado Novo em 1937, novas alterações são realizadas nos regimentos dos ministérios. No Minagri a Diretoria de Ensino Agrônômico é transformada em Superintendência do Ensino Agrícola - SEA, subordinada ao gabinete do ministro, assim como a Escola Nacional de Veterinária, até que em 4 de dezembro de 1940, através do Decreto-Lei nº 2.832, a SEA é transformada em Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário - SEAV, encarregada de "orientar e fiscalizar o ensino agrícola e veterinário nos seus diferentes graus, fiscalizar o exercício das profissões agrônômica e veterinária, fazer o registro dos respectivos diplomas e ministrar o ensino médio e elementar de agricultura". (Art. 2º, *apud* CAPDEVILLE, 1991, p. 47).

A organização da SEAV é de extrema importância para o ensino veterinário e agrônômico dado sua força política. Seu superintendente era subordinado diretamente ao Ministro, o que facilitava a rigidez com que atuou no controle das escolas de Veterinária existentes, obrigando o fechamento de várias delas por não cumprirem a legislação vigente. Esta superintendência possui vida longa pois ultrapassa o período Vargas e só será extinta em 1967 quando suas atribuições são passadas ao MEC. Em sua vigência, facilitada pelo autoritarismo do Estado, a SEAV, tendo a Escola Nacional de Veterinária como padrão e uma política de formação para o veterinário, voltada para o produtivismo e o sanitarismo, fecha e dificulta a existência de vários cursos (Anexo I). Na década de 40, nenhum novo curso é criado.

⁸Estas informações e as seguintes são extraídas de Capdeville (1991).

4.3 - AS ESCOLAS DE MEDICINA VETERINÁRIA

Como vimos, até 1910 não havia nenhuma regulamentação a respeito do ensino agrícola. As escolas eram quase sempre de iniciativa privada, com forte influência européia (francesa ou alemã). O governo mais atrapalhava, do que ajudava a instalação dessas escolas.

Assim, a criação das escolas de Veterinária pode ser dividida entre os períodos: de 1812 a 1910, como o período de intenções; de 1910 a 1961, período em que as escolas são criadas; subordinadas ao Minagri são submetidas a um padrão de ensino definido por leis e decretos, tendo a Escola Nacional de Veterinária como padrão acadêmico (este sistema só é modificado em 1961, com a edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional); de 1961 aos dias atuais, período que o controle do ensino superior é exclusividade do MEC e o ensino tecnológico é tido como o viabilizador do projeto desenvolvimentista e modernizante empregado nas décadas de 60 e 70. A partir dos anos 80, com o esgotamento do projeto tecnicista dos períodos anteriores, com a criação de novos valores e atitudes sócio-culturais, além da liberalização do ensino superior, possibilitam a proliferação das escolas de Veterinária e o crescimento do setor privado sobre as mesmas (Anexo I).

4.3.1 - De 1910 a 1930 - as pioneiras

As primeiras décadas do século XX foram de múltiplas transformações na sociedade brasileira.

A extrema dependência da economia brasileira na exportação de produtos agrícolas, e importação de gêneros alimentícios, as dificuldades no câmbio, controlado pelos interesses da oligarquia agrária exportadora, a necessidade de produzir gêneros alimentícios e de matéria-prima para a indústria, a expansão da indústria nacional, a incorporação do campo na esfera do consumo, faz com que o governo interfira em diversas frentes e em diferentes momentos.

Na Agricultura o exercício da hegemonia se dá de modo a garantir a formação de uma mão-de-obra capaz de efetivar a reprodução da tecnologia já disponível. É assim que em 20 de outubro de 1910, o Presidente Nilo Peçanha, tendo como Ministro da Agricultura Rodolfo Nogueira Rocha Miranda, assina o Decreto nº 8.319, com 591 artigos, regulamentando o ensino agrícola em todos os níveis (efetivando a criação das escolas de Veterinária), além das instâncias de pesquisas como as estações experimentais, entre outras, e delegando ao Ministério da Agricultura sua aplicação.

Beleza (*apud* CAPDEVILLE, 1991, p. 67)⁹, em 1956, já criticava a separação entre o ensino agrícola e o ensino das demais profissões do sistema de educação nacional, o que reduzia esta formação a seus componentes técnicos, com um caráter eminentemente profissional. Critica também a cópia do modelo francês de ensino que não atendia as características e demandas nacionais.

Em 1911, a reforma Rivadávia Correia, de caráter positivista e atendida com a nascente classe média em busca de ascensão social, permite uma rápida expansão dos cursos de nível superior, inclusive os do setor agrícola. Esta expansão é dificultada por

⁹BELEZA, Newton. Esquema da Evolução do Ensino Agrícola no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 26, n. 64, p.12-216, 1956.

outras reformas (1915,1925) que limitam a criação e manutenção dos cursos superiores, além de restringirem o acesso de candidatos.

Da criação das escolas de Veterinária até 1930, são criados 10 cursos e somente dois deles sobreviverão o período Vargas (Anexo I).

a - Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAMV¹⁰

Criada pelo Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, ainda que geminada a de agronomia, se torna a primeira escola de Medicina Veterinária instalada no país. Seu regulamento é aprovado em 1912, iniciando suas aulas em 1913, formando seus primeiros veterinários em 1917.

Antes mesmo de se instalar já havia sido transferida da Fazenda Santa Cruz, no Rio de Janeiro, para o Palácio do Duque de Saxe, na rua General Canabarro, nº 42, no bairro de São Cristóvão, também no Rio de Janeiro. Nesse local, a 4 de julho de 1913 é inaugurada oficialmente, com 64 alunos matriculados, para os cursos de Agronomia e Veterinária.

Da General Canabarro, ela foi transferida para Pinheiros (hoje Pinheiral, no interior do estado do Rio de Janeiro), com a intenção de somar os esforços do ensino superior com os do nível médio, existente naquela localidade. Em 1918 muda para Niterói, instalando-se no horto botânico, na Alameda São Boaventura, nº 770, no bairro do Fonseca. Em 1927, de Niterói volta para o Rio de Janeiro, indo para a Avenida Pasteur, nº 404, no bairro da Urca, para daí, em 1948 se transferir definitivamente para a antiga Fazenda Santa Cruz, no Km. 47, da antiga rodovia Rio-São Paulo.

¹⁰Os dados aqui utilizados foram extraídos de Lima e *alii* (1961), Capdeville (1991) e de publicações das próprias Universidades.

Como todo o ensino agrícola, surge vinculada ao Minagri, submetendo-se a todas as alterações normativas que este decreta para o setor. É assim que em 1934, através do Decreto nº 23.858, de 8 de fevereiro, seus cursos de Agronomia e de Veterinária são desmembrados, ganhando autonomia acadêmica e tornando-se padrão curricular para estes ensinos. Denominadas de Escola Nacional de Veterinária - ENV e Escola Nacional de Agronomia - ENA, montaram um currículo padrão que teria que ser respeitado pelas escolas existentes e a criar, condição intransigente para que estas obtivessem o reconhecimento oficial, sem o qual não poderiam existir. Este decreto permitiu o fechamento de diversos cursos que não conseguiram cumprir as exigências oficiais, tendo que encerrar suas atividades.

Entre as dificuldades enfrentadas pela ENV estava sua constante alteração vincular ao governo. De 1913 a 1933 é subordinada diretamente ao Ministro da Agricultura. De 1934 a 1938 à Diretoria do Ensino Agrônomo. De 1939 a 1960 ao Centro de Ensino e Pesquisa Agrônomo, mesmo já tendo sido criada, em 1943, a Universidade Rural, que em 1960 se subordina ao Minagri e recebe o nome de Universidade Rural do Rio de Janeiro.

Até a LDB, de 1961, as alterações nesta escola são realizadas através de instrumentos legais (leis, decretos-lei, ou decretos) e interferiam em toda a rede de ensino veterinário. Isto provoca um certo congelamento no currículo, que de 1934 a 1961 praticamente não sofre modificações.

Em 1963, a Universidade passa a denominar-se Universidade Rural do Brasil e em 1965 ganha sua denominação atual - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.

Em 1967, como todo o ensino agrícola superior, a Universidade e seus cursos passam para o controle do MEC.

*

Esta separação do órgão gestor do ensino superior evidencia o jogo de forças onde se articulam os interesses do patronato rural em manter esta esfera subordinada aos seus interesses e os do governo quanto à expectativa de formar quadros profissionais que resguardasse as condições de produção e sanidade dos rebanhos nacionais. Por outro lado, reforçava o desprestígio das profissões agrícolas, consideradas de pouco *status* social, provocando pouco interesse de alunos, ao mesmo tempo que os outros cursos sofriam interferência do governo para restringir o número de candidatos.

É deste modo que, apesar das reformas educacionais realizadas pelo MEC e das primeiras décadas deste século sofrerem transformações significativas para a ordem política, econômica e social, os cursos de agricultura praticamente ficaram incólumes a estas alterações.

Este alheamento às transformações do país, acoplado a conceituação da neutralidade científica, reflete numa formação acadêmica carente de base humanística, o que parece conformar a categoria até os dias de hoje.

Neste 80 anos de formação profissional poucas participações da categoria em movimentos nacionais se fizeram conhecer.

b - Escola de Veterinária do Exército

Esta escola foi criada em 6 de janeiro de 1910, após os esforços liderados pelo Dr. João Muniz Barreto de Aragão, médico do Instituto de Biologia do Exército, envolvido por um surto de mormo que afligia a tropa.

Foi a primeira escola a ser autorizada, no entanto, só entra em atividade em 17 de julho de 1914, após a instalação da ESAMV.

Localizada no antigo Quartel do Grupo de Obuses, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, forma veterinários para os quadros do exército até 1937, quando encerra suas atividades e os alunos passam para os quadros da ENV.

Sua organização acadêmica sofre influência européia já que sua criação contou com uma missão belga/francesa, formada por veterinários militares.

c - Escola de Veterinária de Porto Alegre - RS

Embora criado em fevereiro de 1910, só em 1913 é instalado o Instituto de Agronomia e Veterinária, da Escola de Engenharia de Porto Alegre.

Ainda que desde sua criação constasse o curso de Veterinária, só em 1923 é que tem início a formação de tais profissionais, cuja primeira turma se forma em 1926, com quatro alunos. Em 1934 com a criação da Universidade de Porto Alegre o Instituto passa a fazer parte de seu patrimônio com o nome de Escola de Agronomia e Veterinária. Em 1961 a reforma da Universidade separa os dois cursos que se instalarão isoladamente em 1971.

Hoje a Faculdade de Veterinária está vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

d - Escola de Veterinária de Pernambuco

Em 1912, em Olinda, Pernambuco, o Mosteiro de São Bento, cria a Escola de Agronomia e Veterinária do Mosteiro de São Bento de Olinda, inaugurando os cursos de Agronomia e de Veterinária no dia 1º de fevereiro de 1914.

Esta escola torna-se interessante por ter sido toda administrada por monges do mosteiro que foram formados por professores alemães, aqui trazidos para este fim. Outra curiosidade é que, ainda que vinculado ao Minagri evoca a Lei Orgânica de Rivadávia Corrêa para permitir o ingresso de um farmacêutico já formado, para cursar veterinária, aproveitando disciplinas do curso anterior. Dentro da autonomia que as escolas possuíam, a congregação permitiu que a matrícula fosse realizada, antes mesmo da escola funcionar, e disciplinas fossem dispensadas o que garantiu à Dionysio Meili, colar grau em veterinária no ano de 1915 (CAPDEVILLE, 1991, p. 75), tornando-se, assim, o primeiro profissional titulado no Brasil.

A escola é oficialmente inaugurada em 5 de fevereiro de 1914 e em julho passa a denominar-se Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento.

Em 1917 a Escola Superior de Agricultura se transfere para o Engenho São Bento, em São Lourenço da Mata, no interior de Pernambuco, permanecendo em Olinda a Escola Superior de Medicina Veterinária. Nesse ano cola grau a primeira turma regular da escola, com 4 médicos veterinários.

Dado ao baixo número de candidatos, ela encerra suas atividades em 1926, com a última turma de 4 formandos concluintes de 1925.

Até 1923 ela havia formado somente 18 veterinários, quando a de agronomia já formara 37 agrônomos.

Em 1947 é criada a Universidade Rural de Pernambuco, que se instala em 17 de março de 1954 tendo em sua organização uma escola superior de Veterinária.

Em 1955 a Universidade é federalizada e em 1967 passa para o MEC, sendo denominada Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.

e - Escola de Agronomia e Medicina Veterinária de Belo Horizonte

É criada em 31 de julho de 1914 a Escola Mineira de Agronomia e Veterinária, sendo registrada no Minagri em 1918.

Com a transformação da ENV em padrão (1934), esta escola não consegue cumprir as exigências administrativas e pedagógicas perdendo a autorização de funcionamento e encerra suas atividades no início da década de 40.

f - Faculdade de Medicina Veterinária de Pouso Alegre

Fundada em 1917, forma sua primeira turma, com um 1 aluno, em 1920

Sua existência possivelmente ocorre influenciada pela sede de unidade do exército com contingente de cavalaria, na cidade

Em 1937 encerra suas atividades, atingida pelo Decreto de 1934.

g - Escola de Agricultura e Pecuária de Passa Quatro

Criada em 1917, para formar agrônomos e veterinários, registra em relatórios (CAPDEVILLE, 1991, p. 83) a formação de veterinários entre 1922 e 1924. Em 1938, por não preencher os requisitos exigidos pela SEAV, tem seu reconhecimento negado e é extinta.

h - Escola de Veterinária de Juiz de Fora

Fundada por particulares em 1924 (LIMA e *alii*, 1961, p. 56), vinculada às faculdades de Farmácia e Odontologia.

Sua história é de difícil localização, no entanto, Capdeville (1991, p. 84) registra o número de 30 veterinários por ela formados e registrados na SEAV nos anos de 36 a 38.

Seu desaparecimento é sob a vigência da supervisão séria e intransigente que a SEAV efetuava sobre o ensino agrícola.

i - Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, hoje Escola de Medicina Veterinária da UFMG

O Governo do estado é autorizado, pela Lei nº 761, de 6 de setembro de 1920 a criar uma escola, para o quê solicita ao governo norte americano assessoria. Desse modo, o Dr. Peter Henry Rolfs chega ao Brasil em 1921 para participar da comissão que escolheria o local de instalação da Escola. O local escolhido é Viçosa, cidade natal do Presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, que aprova o relatório em 1921 e, em 1922, baixa o Decreto nº 6.053, criando a Escola Superior de Agricultura e Veterinária, em Viçosa.

O curso de Veterinária só tem início em 1932, com a primeira turma colando grau em 1935, ano em que a Escola é reconhecida pelo governo federal.

Em 1936 o governo estadual cassa a autonomia da Escola, subordinando-a à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho.

Em 1942, a escola é desmembrada em duas: a Escola Superior de Agricultura do Estado de Minas Gerais, sediada em Viçosa, e a Escola Superior de Veterinária do Estado de Minas Gerais - ESVEMG, transferida para Belo Horizonte.

Quando em 1948 foi criada a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, a ESVEMG foi a ela incorporada devendo se transferir para Viçosa, em 1950, o que não ocorreu. Em 1961 a Escola de Veterinária foi federalizada e incorporada à Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, mantida em Belo Horizonte.

j - Escola de Agronomia e Veterinária do Pará

De iniciativa particular, foi criada em 1918, mas só em 1925 seu curso de Veterinária começa a funcionar (CAPDEVILLE, 1991, p. 86). Em 1931 é encampada pelo governo do estado, que para acompanhar a escola padrão, em 1935 separa as duas escolas, para em 1938 devolve-las à iniciativa particular que as havia criado.

A Escola de Veterinária, que formou sua primeira turma em 1929, foi fechada em 1943, atingida pela fiscalização da SEAV.

I - Escola de Medicina Veterinária - São Paulo

Em 1919, o estado de São Paulo criava, subordinado à Secretaria da Agricultura, o Instituto de Medicina Veterinária, que ministrava um curso de Veterinária em 3 anos, com início em 1920 formou sua primeira turma em 1922, com 9 médicos veterinários.

Em 1925 o Instituto é transformado em Escola de Medicina Veterinária, passando o curso a ter uma duração de 4 anos.

Em janeiro de 1934, com a criação da Universidade de São Paulo - USP, a Escola é a ela incorporada, mas em dezembro do mesmo ano é desincorporada sob alegação de não ter produzido os "resultados desejados" (CAPDEVILLE, 1991, p. 89). Com sua extinção decretada, encerrou suas atividades em 1937, formando até então 183 médicos veterinários.

Paralelo à extinção desta Escola, surgia na USP uma Escola de Medicina Veterinária sem nenhuma influência ou interferência daquela, exigindo "alto nível acadêmico e científico de seu corpo docente e a adoção do regime de tempo integral, como norma, no contrato de trabalho de seus professores" (CAPDEVILLE, 1991, p. 89).

Aqui se encontra uma questão interessante para ser pesquisada já que à época a Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz - ESALQ sofreu o mesmo processo de incorporação e foi aceita pelo grupo formador da USP, gerando questões como: o que tinha de errado com o curso existente de medicina veterinária? E o seu corpo docente porque não foi aproveitado? O que diferenciava a estrutura dos cursos da ESALQ e o da Veterinária já que ambos pertenciam ao governo estadual? Mas, estas são questões para outro estudo.

Com a regulamentação do ensino agrícola, em 1910, a Veterinária definitivamente se instala no país, delimitando um campo de conhecimento e dividindo o mercado de atuação com outros profissionais. Dessa fase de implantação, onde as escolas são criadas através de iniciativas particulares ou de governos estaduais, onde o governo federal se reserva o poder de registrar e reconhecer os cursos existentes, vai haver uma proliferação de escolas nem sempre qualificadas para tal.

Essa facilidade de se criar escolas de Veterinária - outros cursos também se expandem, mas nosso objetivo é entender a expansão do ensino veterinário -, apoiada na Reforma Rivadávia Corrêa, que dava autonomia aos estados e mesmo a iniciativa privada para esta decisão, revelava o quanto o assunto ainda não era prioritário para o governo federal, sempre cioso de seu papel deliberador em outras áreas, mesmo a vinculação do ensino agrícola ao Minagri e não à Educação, para além de garantir especificidade na formação de seus quadros, revela o caráter de ensino de segunda classe que o senso comum julgava a esta especialidade.

Esta proliferação inicial de escolas de Veterinária vai ser dificultada já na década de 30, quando Getúlio Vargas reformula o aparelho de Estado e dá nova organização e

atribuições ao Minagri, culminando com a criação da SEAV que ciosa de sua responsabilidade em garantir a qualidade do ensino agrícola provoca o fechamento de diversas delas que enfrentavam dificuldades de manutenção, desde 1934, quando a ENV foi declarada escola padrão nacional de ensino.

Desse modo, de 1910 a 1930, são criados 11 cursos de Veterinária, sendo oito deles extintos: Escola Superior de Medicina Veterinária São Bento - Recife (1914 - 1926), Escola de Veterinária do Exército - Rio de Janeiro (1914 - 1937), Escola de Agronomia e Medicina Veterinária de Belo Horizonte (1914 - 1943), Faculdade de Medicina Veterinária de Pouso Alegre (1918 - 1937), Escola de Agricultura e Pecuária de Passa Quatro, Faculdade de Veterinária de Juiz de Fora (1924 - 1941), Escola de Agronomia e Veterinária do Pará - Belém (1925 - 1943) e o da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo (1920 - 1937).

4.3.2 - As escolas da década de 30

Neste período são fundadas quatro escolas de veterinária: Paraná (1931), Minas Gerais (1932), São Paulo (1935) e a Fluminense, em Niterói (1936). Todas até hoje em funcionamento.

A partir da década de 30 ocorre um processo de maior controle do governo sobre a abertura e manutenção das escolas superiores. Diante da subordinação do ensino agrícola ao Minagri, com os decretos que criam a Escola Nacional de Veterinária, como padrão de ensino, e a SEAV, como controladora do ensino agrícola, e do Decreto-Lei nº 421, de 11 de maio de 1938, editado pelo Ministério da Educação e Saúde, que exigia autorização prévia do governo para o funcionamento de qualquer escola (CAPDEVILLE,

1991, p. 90), foi baixado o Decreto-Lei nº 933, de 7 de dezembro de 1938 estendendo aos cursos de Veterinária e Agronomia, a extensão do Decreto-Lei nº 421.

Em 1940 (Decreto-Lei nº 2.855, de 11 de dezembro) novas regras de controle estipulam prazos para que as escolas se enquadrassem na legislação, vigente além de proibir matrículas de alunos em escolas não reconhecidas.

Das quatro escolas criadas, nesta década, as de Belo Horizonte e São Paulo já foram citadas.

a - Escola Superior de Veterinária do Paraná

Em 1931, anexo à Escola Agrônômica, foi criado o curso de Veterinária, extinto em 1934, ao mesmo tempo em que se criou a Escola Superior de Veterinária do Paraná, que por isso, forma sua primeira turma de 6 veterinários no ano de sua criação. É reconhecida pelo Minagri em 1941 e em 1944 se une à de agronomia passando a chamar-se Escola Superior de Agronomia e Veterinária do Paraná.

Em 1950 elas são federalizadas. Em 1961 são incorporadas à Universidade Federal do Paraná - UFPR.

b - Escola Fluminense de Medicina Veterinária - EFMV, hoje vinculada à UFF

Em 11 de março de 1936, com o empenho de profissionais¹¹, na maioria, do Minagri e do governo do Distrito Federal, era criada, em Niterói - RJ, a sociedade civil

¹¹Foram fundadores os médicos veterinários Américo de Souza Braga, Taylor Ribeiro de Mello, Moacyr Alves de Souza, Alfredo da Costa Monteiro, Ascânio Faria, Argemiro de Oliveira, Guilherme Edelberto Hermsdorff, Genneville Hermsdorff, Nilo Garcia Carneiro, Henrique Blanc Freitas, Oscar Fleury Nunes, Raymundo Demócrito Silva, Silvio Torres, Fernando Chaltein, José Luiz Guimarães dos Santos e Waldemar de Castro Fretz; os agrônomos Waldemar Raythe de

Escola Fluminense de Medicina Veterinária - EFMV, gozando de autonomia didática, econômica e financeira.

Esta escola parece, também, ter sido favorecida por uma dissidência de professores da ENV¹² que liderados por Américo de Souza Braga, muito próximo ao Dr. Vital Brazil Mineiro de Campanha, terminam por efetivar este curso em Niterói, sede do Instituto criado pelo Dr. Vital Brazil, de onde sairá o terreno para sede própria da EFMV.

Seu curso é de forma seriada, para um período de 4 anos, com um total de 21 cadeiras, o currículo padrão da ENV era de 17. A EFMV já iniciava com o acréscimo das cadeiras de Zoologia Aplicada, Anatomia Descritiva e Comparada dos Animais Domésticos (2ª parte), Agricultura Aplicada, Economia Rural, e Direito Agrário e Legislação Rural. É a primeira escola a criar, em 1949, a disciplina de Tecnologia dos Produtos de Origem Animal, matéria fundamental numa época - pós-guerra - em que a demanda de alimentos nobres e a disponibilidade da produção nacional para a exportação destes produtos, exigiam novas atitudes e procedimentos. Esta disciplina dotará a escola de um corpo docente que irá organizar, em sua maioria, o sistema de inspeção federal, quando a escola passa a ser uma referência para esta área.

Desde o ano de sua criação a Escola foi oficializada pelo governo estadual através da Lei nº 115, de 24 de outubro de 1936, funcionando inicialmente no Horto Botânico de Niterói, na antiga sede da ESAMV, do Minagri. No ano seguinte se fixa em um prédio no centro da cidade, à Rua Visconde do Rio Branco, 95, aí permanecendo até 1939, quando se transfere para sede própria, em terreno doado por Vital Brazil Mineiro da Campanha, em área do Instituto que tem seu nome, onde permanece até os dias atuais.

Queiroz e Silva e, Antônio Mota Filho; os médicos Vital Brazil Filho e Salomão Vergueiro da Cruz, e o senhor Airton Ribeiro Gomes.

Forma sua primeira turma em 1939, com 22 médicos veterinários, entre eles uma mulher - Zulmira de Menezes.

Em 1941, pelo Decreto nº 8.325, de 03 de dezembro tem seu reconhecimento efetivado pela SEAV.

A partir de 1949 passa a receber auxílio financeiro do Minagri e em 1950, dentro do movimento de federalização que as escolas de Veterinária e Agronomia tiveram, ela é incorporada ao patrimônio da União pela Lei nº 1.055, de 16 de janeiro.

Com a criação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal Fluminense - UFF, em 1960 (Lei nº 3.848, de 18 de dezembro) a Escola Fluminense de Medicina Veterinária é por ela incorporada sendo designada Faculdade de Veterinária.

Tendo sua criação como uma ampliação e alternativa a ENV, ela tem seu curso ministrado no período noturno, até 1961, possibilitando que seus alunos exercessem atividades durante o dia. Isto influencia a origem de seu alunado, diferente da ENV, que por ser período integral teve seu corpo discente originado do meio rural ou a ele ligado.

Em 1974 reformula seu período de aulas e passa a ter uma turma pela manhã e outra pela tarde, praticamente em caráter integral¹³.

Hoje além da graduação em Medicina Veterinária ela oferece Pós-Graduação com seu curso de mestrado em Medicina Veterinária, possuindo áreas de concentração em Cirurgia Veterinária, Clínica Médica, Patologia Veterinária, e Higiene Veterinária e Processamento Tecnológico de Produtos de Origem Animal.

¹²Cf. depoimento do Dr. Sérgio Coube Bogado, do CFMV, ao autor, em 1995.

¹³Cf. depoimento do Professor Amarílio Castro de Souza, da Faculdade de Veterinária - UFF, ao autor, em 1995.

Atualmente são oferecidas 100 vagas para ingresso, via vestibular, por ano, que alcançou, em 1995, a relação de 16,95 candidato/vaga, e em 1996, 18,92, saltando do 11º para o 7º curso mais procurado, dentro de uma relação de 38, que a Universidade oferece. Possui, também, uma das menores taxas de evasão (UFF =15%; Veterinária = 8%).

4.3.3 - As escolas de 1940 até 1960

A legislação vigente, já citada anteriormente, dificulta a criação de novos cursos, passando a década de 40 sem a abertura de nenhum deles. Na década de 50, dois novos cursos são criados: UFRPE, Recife, 1950 e UFBA, Salvador, 1952. Nesta década, o governo federal chama a si a responsabilidade sobre a manutenção dos cursos agrícolas e termina por federalizar quase todos os existentes.

Assim, em 1960, com 50 anos da criação dos cursos e, as vésperas da edição da LDB, funcionavam no país oito escolas de Veterinária. Neste mesmo período outras oito escolas foram criadas e extintas.(Anexo I)

4.3.4 - As Escolas a partir de 1960

Desde o fim da II Guerra Mundial propagou-se pelo mundo, principalmente para os países periféricos, entre eles o Brasil, a necessidade, de um lado, da expansão do capitalismo por todos os setores produtivos, de outro, mas dependente do primeiro, a necessidade de alterar a tradição e o sistema de produção vigente, particularmente na agricultura.

A partir dos anos 50, intensificado nos anos 60 e 70, a agricultura brasileira era considerada atrasada perante às inovações tecnológicas produzidas pela indústria, a química em especial; mantendo relações de trabalho “arcaicas” e uma tradição de cultivos que mantinha uma baixa produtividade, com uma certa independência frente à lógica de acumulação industrial da época.

Para a transformação deste quadro, foi implantado um projeto de “modernização” para o setor agrário baseado na utilização de tecnologia e no emprego de produtos industrializados, difundido pelo serviço de extensão rural, canal estatal de assistência técnica aos produtores rurais e de expansão do crédito rural, elementos fundamentais para efetivação do modelo de desenvolvimento proposto. Este foi um movimento provocador da expansão do ensino de Veterinária e do mercado absorvedor desse profissional, que aliado a outros profissionais (agronomia, zootecnia, economia doméstica, serviço social) atuou na difusão do modelo que inseria a agricultura no sistema de produção industrializada.

Em 1960, ainda é pequeno o número de veterinários atuantes na extensão e o próprio espaço que esta ocupa na transformação da estrutura agrária (LIMA e *alii*, 1961). Porém, com o movimento político de 64 e a opção do regime por implantar o projeto de modernização da agricultura, que vinha atender aos interesses, há tanto em jogo, do sistema capitalista, uma reviravolta é realizada em torno da formação, emprego e expansão de mão-de-obra técnica. É a era do desenvolvimento pela modernização, e da modernização pela tecnologia.

Lima e *alii* (1961), vão defender a via tecnicista para o desenvolvimento, coerente com a pressão político-econômica da época, onde o atraso da agricultura dificulta o desenvolvimento do país e este atraso é atribuído à grande concentração de terras e a

baixa tecnologia utilizada na produção, reforçada pelo emprego de uma mão-de-obra desqualificada. Neste debate surge a reforma agrária como uma das soluções a este entrave, o que eles vão contestar, e é interessante notar que a obra publicada é patrocinada pela ABCAR, endossando uma opinião generalizada na época, ainda hoje recorrente, de que bastava o uso da tecnologia para que a produtividade aumentasse e com ela o desenvolvimento da agricultura. Portanto, não é a estrutura de terras que obstaculiza a questão agrária e sim o atraso tecnológico que se possui. Diante do vulto da mudança cabia ao Estado empresariar o processo:

“A magnitude da tarefa exige empreendimentos de vulto, envolvendo investimentos, trabalho e técnica. E o seu principal empresário terá que ser o Estado, ao qual cabe, na verdade, vencer as resistências do Brasil arcaico pela promoção de mudanças culturais e tecnológicas capazes de corrigir as disparidades do desenvolvimento nacional” (LIMA e *alii*, 1961, p. 6).

Neste momento, os cursos de Veterinária são estimulados a se multiplicarem e se, até os anos 60 o Brasil convive com 08 escolas, que formando uma média de 70 alunos por ano, na década de 60 são criadas 07 escolas e na década de 70, mais 11. Em menos de 20 anos se fundou mais escolas que durante os 50 primeiros anos do ensino de Veterinária no país. Além da criação de novas escolas, o aumento das vagas também é estimulado pelo governo, detentor da maioria delas (até 1979 só duas escolas, das 26 existentes, eram particulares).

Buscando estimular a formação de profissionais para a agricultura, que seriam os grandes “responsáveis” pela implantação do projeto de modernização do governo para o setor, é criada a Lei n° 5.465, de 03 de julho de 1968, chamada “Lei do Boi”, que garantia 50% das vagas, oferecidas nos vestibulares das escolas de formação agrária, para filhos

de produtores rurais ou de moradores da zona rural. Esta Lei que fazia reserva de mercado e ignorava a concorrência, acabou por manipular o universo dos beneficiários para quem bastava a posse de uma declaração, emitida por um organismo voltado para a zona rural (EMATER, Sindicato Rural, por exemplo), de sua condição para usufruir de suas benesses. Esta lei só foi suprimida com a democratização da sociedade e após a cessão dos motivos que lhe originaram, ou seja, o papel que o governo assumiu de aumentar o número de profissionais disponíveis para a tarefa de transformação cultural do mundo rural, além do descrédito na crença de que a origem rural desses alunos garantiria identidade e retorno desses profissionais ao meio rural.

Os fatos não aconteceram exatamente assim. Além da facilidade que existiu de se beneficiar da lei, a origem rural não garante o retorno. Acreditar nisso é ignorar o mercado de trabalho e o arbítrio do profissional em escolher sua atuação e local.

Diante, portanto, da necessidade de se formar profissionais com destino de atuação previsto, Lima e *alii* (1961) vão avaliar o papel das escolas de técnicos rurais e acusá-las de ministrarem

“um ensino meramente acadêmico, sem cogitar de ensinamentos básicos de ciências sociais, extensão rural, métodos de educação do agricultor, administração de empresas agropecuárias, todos tão necessários ao agrônomo e ao veterinário no seu contato pessoal com as populações rurais”(p. 17).

Ora, desde o início constam dos currículos do ensino de Veterinária as disciplinas de extensão rural e administração rural, o que denota, ter havido desde sempre, este interesse e prática messiânica de alterar, por técnicas de convencimento e coerção cultural, o “*modus operandi*” do agricultor.

Desde 1950 os diretores das escolas de Veterinária e de Agronomia passam a se reunir visando traçar políticas conjuntas para as mesmas. Essas reuniões acabam por criar, em 1960, na cidade paulista de Piracicaba, a Associação das Escolas de Agronomia e Veterinária do Brasil - AEAVB, que em 1968 mudou seu nome para Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior - ABEAS congregando todas os cursos da área de ciências agrárias, buscando difundir e, porque não, efetivar um perfil ideal para a formação desses profissionais.

Com esta concepção de modernização agrícola e formação de mão-de-obra, o ETA-USAID (Escritório Técnico de Agricultura - Agência para o Desenvolvimento Internacional, dos EUA), entre 1955 e 1968, desempenha papel importante para as escolas de Agronomia e Veterinária, treinando professores, na aquisição de material, desenvolvimento de pesquisa e na instalação de pós-graduação. É a exteriorização da idéia tecnicista, embutida no projeto de desenvolvimento e modernização da agricultura efetivado nas décadas de 60/70. É o período do "milagre brasileiro", onde a agricultura não "pode" permanecer fora do sistema de produção agro-industrial emergente.

Outra agência importante, neste momento, é o Instituto Interamericano de Ciências Agrárias (IICA), da Organização dos Estados Americanos (OEA) que promove cursos de pós-graduação e intercâmbio entre cientistas da área. Os cursos iniciam-se a partir de 1959, tendo as especializações em melhoramento genético dos animais domésticos e nutrição animal como os de maiores demandas.

É o aspecto econômico, da alimentação humana, definindo prioridades.

Com o investimento feito pelas agências internacionais buscando a especialização do ensino na área rural, os cursos de pós-graduação foram iniciados em 1961, sendo o primeiro título de "*Magister Scientiae*" dado pelo curso de Hortaliças e o segundo pela

Economia Rural, em Viçosa, cuja Universidade teve sua concepção entregue a técnicos norte-americanos que a dotaram da visão tecnicista e de modernização da produção agrícola desde sua origem.

Em 1969, com ajuda de técnicos da Universidade de Wisconsin, Madison, EUA, se instalava o curso de Doenças Parasitárias, na Universidade do Rio Grande do Sul.

Estes primeiros cursos de especialização são voltados diretamente para a questão da alimentação e da economia, reforçando o interesse de origem que os cursos agrários possuem no Brasil. Embora este assunto mereça maior atenção, aqui só o utilizamos com o propósito de evidenciar o quanto foi importante para à época implementar o projeto de desenvolvimento da agricultura apoiado na ideologia da modernização e do tecnicismo.

Assim, as décadas de 60 e 70 são testemunhas do estímulo governamental à expansão do ensino agrário, elevando o número de escolas de Veterinária dos 8, existentes desde os anos 10, para 25 em 1979, um acréscimo de 17 cursos em 20 anos. Estes dados podem ser melhor visualizados nos quadros I, II e III, além do Anexo I, onde se depara com o Estado assumindo plenamente este processo, criando escolas e empregos para estes profissionais.

O projeto de modernização da agricultura implantado foi, no entanto, parcial e conservador, pois não beneficiou todo o universo de produtores rurais, além de manter a concentração de terras. Desse modo, é criticado por ter privilegiado os interesses da indústria para a agricultura, mantido a concentração de terras e renda nas mãos de poucos produtores, provocando intensa liberação de mão-de-obra e agudizando as situações de conflito entre os pequenos produtores e/ou trabalhadores rurais com os grandes proprietários. Ainda assim, foi implantado e o governo não precisava mais ser o

fiador deste mercado, modificando a política de crédito rural e da oferta de técnicos via os serviços da extensão rural.

Assim, o último grande concurso público promovido pelo governo federal para absorção de veterinários foi realizado em 1980, diminuindo seu papel de grande empregador para a categoria. Este vácuo produzido pelo governo não é preenchido pela iniciativa privada que, de certo modo, tem sua demanda acomodada e intensamente assediada pelo crescimento da oferta de novos profissionais (só na década de 80 são criados 12 novos cursos). Estes movimentos dificultam a entrada desses profissionais no mercado de trabalho assalariado.

Neste contexto, onde, de um lado, temos o governo se retirando do mercado empregador; o setor privado restritivo, a globalização do consumo dificultando o desenvolvimento de pesquisas no país; e de outro, mudanças comportamentais que embaladas por movimentos sociais como o da emancipação feminina, o ambientalista, a mudança paradigmática na conceituação do mundo e do homem no mundo, o médico veterinário entra nos anos 80 e 90, particularmente nos grandes centros urbanos, alterando seu *locus* de atuação, fazendo da clínica médica, que dá a profissão o caráter de liberalidade, seu espaço por excelência.

É claro que a clínica médica sempre fez parte do fazer veterinário mas entendemos que é embalado por um novo comportamento da sociedade e de seu mercado de consumo que este mister se torna muito interessante, vantajoso, necessário e passível de abrigar um número grande de profissionais.

Esta transformação que a sociedade efetiva e vive se reflete em todos os sentidos. Se de um lado permite ao veterinário se expandir no fazer clínico, por outro, valoriza a profissão estimulando sua procura por jovens que vêm nela sua expressão de

utilidade e de prazer em estar no mundo. É este novo hábito que garante ao mercado privado do ensino assumir o papel do Estado na criação de escolas, aliado ao grande investimento financeiro que isto passa a representar. Neste sentido vamos observar, nestas duas últimas décadas, uma permanente e intensa proliferação de escolas de Veterinária, totalizando de 1980 a 1995, 23 novas escolas, em sua maioria absoluta pertencentes à rede privada de ensino.

No entanto, se o preenchimento de diversas necessidades básicas da sociedade permite que parte de seus componentes crie novas relações e demandas com o mercado, por exemplo, a recriação do papel dos animais de estimação, este não é infinito, principalmente quando limitado por espaços sociais e renda. Desse modo, se num primeiro momento o fazer clínico é possível para todos os que se interessam, em caráter autônomo, a partir dos anos 90 vamos encontrar neste setor, um grande contingente, seja por inelasticidade de demanda, seja por excesso de oferta de pessoal, seja por combinação de ambas, a presença crescente do clínico "empregado" em estabelecimentos já consagrados.

Por toda esta influência e permanência, o movimento verificado, a partir da década de 80, é profundamente novo e moldador de um novo perfil profissional, onde o conhecimento clínico é produzido por possuir valor nele mesmo, seja na produção do conhecimento científico, seja na garantia da saúde tendo em vista o bem-estar animal. O valor econômico da saúde animal já não é exclusivo da utilidade produtivista empregada com os animais criados para o consumo humano e o trabalho, agora alcança os animais de companhia e de estimação.

Com este processo de conformação da divisão social do trabalho, a resposta dada pela academia pode, entre outros elementos, ser observada pelos currículos e suas alterações.

4.4 - A FORMAÇÃO CURRICULAR

Dentre as partes componentes do processo de construção profissional, a organização curricular é um referencial delineador do perfil que se busca imprimir ao futuro técnico - pesquisador.

Desse modo, entendendo ser a Universidade uma entidade social e histórica¹⁴ incorporadora de "valores dominantes da sociedade" (MOREIRA, 1994) torna-se necessária uma abordagem da estrutura curricular de uma profissão voltada para a compreensão do papel a ser desempenhado por este profissional no exercício de seu trabalho.

O cientificismo dominante impregna o senso comum de concepções ingênuas e equivocadas a respeito do *saber* e do *fazer* veterinários. Assim, a despolitização do ensino superior, provocada pela idéia de neutralidade e superioridade que ele contém, dificulta a participação em conjunto com outros profissionais, dado que a supervalorização da técnica individualiza a ação profissional e gera descompromissos com as questões sociais e políticas da sociedade.

O entendimento, portanto, de uma Universidade como sacrossanto espaço onde um saber superior, neutro e imprescindível à vida social se realiza, cria, reforça e difunde uma visão de mundo onde a técnica é prioridade sem a qual não haverá progresso e que

determinadas categorias profissionais são “mais técnicas”, mais necessárias que outras, segmentando e valorizando setores do mercado de trabalho onde valores sociais são criados e recriados num processo permanente de manutenção da ordem vigente.

Uma possibilidade de se romper este círculo é através de mudanças curriculares que propiciem a formação de um outro perfil profissional, mais crítico, mais abrangente, mais comprometido com seu tempo e espaço.

Para esta dissertação trabalhamos com a formação curricular mínima garantida por Lei e com os currículos plenos, em caráter comparativo, dos cursos de Veterinária da UFF e da UFRRJ.

4.4.1 - Construção Histórica dos Currículos de Veterinária

O Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, que cria os primeiros cursos de Veterinária e regulamenta todo o ensino agrícola, também determina o primeiro currículo a ser ministrado pela ESAMV. Este currículo influenciará os demais cursos, posteriormente criados.

Em 08/03/34, o Decreto nº 23.979 estabelece que o currículo da ENV será considerado padrão de ensino para todas as outras escolas de Veterinária do país, no qual teriam que se pautar para conseguirem o reconhecimento oficial, sem o qual não poderiam existir. Esta centralização vigora até 1959, quando o Diretor da SEAV, aprova uma certa autonomia da congregação dos cursos para poderem alterar seus currículos. Esta alteração, no entanto, só é permitida em relação ao acréscimo de disciplinas e para a definição do tempo de duração dos cursos.

¹⁴Conforme Moreira (1994, 1996b).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 4.024, de 20/12/61) fica estabelecido que todas as profissões regulamentadas em Lei teriam um currículo mínimo para seus cursos; até então, quem criava as disciplinas, então denominadas de cadeiras, para os cursos superiores era o Congresso Nacional.

Consonante com a LDB/61, o CFE, através do Parecer nº 256/62, aprovado em 18/10/62, fixa um currículo mínimo para a formação do veterinário, podendo, este mínimo, ser acrescido de outras disciplinas a critério de cada escola, compondo o currículo pleno. Este currículo é para ser cumprido, a partir de 1963, com a duração do curso estabelecida em 4 anos. A lei não estabelece o mínimo nem o máximo de horas por disciplina (Quadro 10).

A Reforma Universitária de 1968 (Lei nº 5.540, de 28/11) mantém para os cursos "necessários ao desenvolvimento nacional", entre eles o de Veterinária, a exigência de um currículo mínimo, sendo o de Veterinária determinado através da Resolução nº 10, de 11 de abril de 1984, do CFE. Este currículo (Quadro 10) é organizado através de matérias agrupadas em 3 blocos - Formação Básica, Formação Geral e Formação Profissional -, desenvolvidas num tempo mínimo de 3.600 horas, num período médio de 5 anos, entrando em vigor a partir do segundo semestre de 1984. Para o currículo pleno é mantida a autonomia das Escolas na definição das disciplinas a serem ministradas.

A análise comparativa entre os dois currículos mínimos revela mais que o acréscimo de um ano na duração do curso, uma ampliação dos assuntos relativos à formação profissional, realizada através da criação e/ou do desdobramento de matérias em diversas disciplinas, apontando para uma maior especificidade em determinados temas, entre eles a clínica médica, e da valorização e introdução das disciplinas de formação humanística, com a criação do bloco de disciplinas consideradas de Formação

Geral, inexistente no de 1962, propiciando um esforço crítico e viabilizador do engajamento do veterinário num processo de ação multiprofissional, remodelando sua formação social e política, onde os valores culturais de uma sociedade e de um tempo são reinterpretados, não mais com estranheza e descaso mas como um dado que ao mesmo tempo que forma novos comportamentos, são permanentemente construídos.

Dentre os valores sócio-culturais estão a reconceituação da natureza e a reelaboração da ação do homem sobre ela, atividades nas quais o Veterinário ocupa papel de destaque, quer na legitimação de uma ação predatória sobre o mundo animal, quer na participação de uma nova relação onde os animais mais que serviços prestam/estimulam afetos entre eles e seus criadores/tratadores.

Na análise relacional entre os currículos plenos ministrados pelas Universidades em questão - UFF/UFRRJ - observa-se que algumas disciplinas incluídas no currículo mínimo de 1984 já eram anteriormente oferecidas como as de Inspeção Sanitária, Radiologia (UFF, UFRRJ), Semiologia, Terapêutica, Deontologia (UFRRJ), Administração Rural e Sociologia e Extensão Rural (UFF)¹⁵, o que evidencia a sensibilidade desses cursos para a inserção do profissional no mercado de trabalho, por outro lado revela o quanto a prática destas escolas contribui para as reformas curriculares efetivadas¹⁶.

¹⁵Estes dados foram extraídos dos currículos publicados nos Catálogos Gerais da UFF (1972 - 1995) e de Históricos Escolares consultados no Arquivo Geral da UFRRJ.

¹⁶O Parecer nº 256/62, de 18/10/62, informa que “Da análise dos currículos completos recebidos de 08 Faculdades e Escolas de Veterinários de todo o País, foi elaborado o seguinte currículo mínimo para a formação profissional do veterinário”.

Quadro 10

Comparação entre o Currículo Mínimo de Medicina Veterinária aprovado em 1962 (Parecer nº 256/62) e o aprovado em 1984 (Parecer nº 10/84)

Parecer nº 256/62	Parecer nº 10/84
Duração mínima: 4 anos	Duração mínima: 3.600 horas em 5 anos
Matérias de Formação Básica	
1. Bioquímica	1. Química: Química Orgânica. Bioquímica. Físioquímica e Elementos de Química Analítica
2. Anatomia. Histologia e Embriologia dos Animais Domésticos	Morfologia dos Animais Domésticos: Citologia. Histologia. Embriologia e Anatomia dos Animais Domésticos
3. Fisiologia, Biologia, Farmacologia	3. Fisiologia dos Animais Domésticos: Fisiologia, Farmacologia e Biofísica.
4. Genética Animal	Genética Animal: Genética Mendeliana. Genética Molecular. Citogenética e Evolução. Genética de Microorganismos. Biotecnologia.
5. Microbiologia	5. Microbiologia: Bacteriologia. Virologia. Micologia e Requetisiologia.
6. Imunologia	6. Imunologia: Imunologia Geral. Imunoquímica e Imunopatologia.
7. Parasitologia	7. Parasitologia: Protozoologia. Helmintologia e Entomologia Veterinária.
8. Bioestatística	8. Matemática e Estatística: Elementos de Matemática. Estatística Descritiva. Estatística Experimental. Estatística Inferencial e Bioestatística. Conceitos Básicos de Computação.

Matérias de Formação Geral	
1. Ciências Humanas e Sociais: (não tem)	1. Ciências Humanas e Sociais: Filosofia da Ciência e Elementos de Sociologia. Antropologia. Sociologia Rural. Deontologia
2. Ciências do Ambiente: (não tem)	2. Ciências do Ambiente: Biosfera e seu Equilíbrio. Efeitos da Tecnologia sobre o Equilíbrio Ecológico. Preservação dos Recursos Naturais. Manejo de Fauna Silvestre. Poluição.
Matérias de Formação Profissional	
1. Anatomia Patológica	1. Anatomia Patológica dos Animais Domésticos: Geral e Especial. Técnicas de Necropsia. Medicina Veterinária Legal.
2. Clínica Médica dos Animais Domésticos. Agrostologia e Plantas Tóxicas. Patologia Clínica.	2. Clínica Médica dos Animais Domésticos: Semiologia. Patologia e Clínica Médica. Toxicologia e Plantas Tóxicas. Terapêutica e Radiologia.
3. Clínica Cirúrgica dos Animais Domésticos, incluindo Técnica Cirúrgica e Obstetrícia.	3. Cirurgia Médica dos Animais Domésticos: Patologia e Clínica Cirúrgica. Técnicas Cirúrgicas. Anestesiologia.
4. Fisiopatologia da Reprodução	4. Fisiologia e Fisiopatologia da Reprodução dos Animais Domésticos: Fisiopatologia e Endocrinologia. Ginecologia e Obstetrícia. Andrologia. Inseminação Artificial e Tecnologia de Sêmen
5. Higiene e Saúde Pública. Doenças Infecciosas e Parasitárias.	5. Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Pública: Doenças Infecto-contagiosas e

	Parasitárias. Zoonoses. Ornitopatologia. Epidemiologia e Saneamento. Administração e Educação Sanitárias. Planejamento de Saúde Animal e Saúde Pública.
6. Tecnologia de Produtos Animais	6. Tecnologia de Produtos de Origem Animal: Processamento, Classificação de Produtos de Origem Animal.
7. Inspeção: (não tem)	7. Higiene e Inspeção de Produtos de Origem Animal: Higiene e Inspeção Industrial e Sanitária. Higiene e Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal. Inspeção Industrial. Legislação.
8. Zootecnia. Melhoramento dos Animais. Nutrição Animal.	8. Zootecnia: Criação e Exploração Econômica de Animais. Instalações. Nutrição Animal. Alimentos. Forragicultura. Bromatologia. Exterior e Julgamento dos Animais. Melhoramento Animal. Bioclimatologia.
9. Economia e Administração Rural: (só fala em Economia Rural)	9. Economia e Administração Rural: Teoria Econômica. Micro e Macroeconomia Aplicada. Cooperativismo. Crédito Rural. Comercialização, Administração e Planejamento. Legislação e Política Agrária.
10. Extensão Rural: (não tem)	10. Extensão Rural: Fundamentos da Extensão. Comunicação. Difusão de Inovações. Metodologia de Extensão. Desenvolvimento de Comunidades.

Fonte: CAPDEVILLE, Guy. O Ensino Superior no Brasil, p. 155/6

No período entre as mudanças dos currículos mínimos as duas Universidades efetivaram diversas mudanças no seu currículo pleno, criando disciplinas, alterando nomes de outras e/ou extinguindo algumas. Deste modo, a edição do novo currículo mínimo em 1984 legitima algumas dessas alterações, inovando na obrigatoriedade das disciplinas de Formação Geral e na de Inspeção, além de impor uma unidade de conhecimentos para todos os cursos de Veterinária do país.

Junto a esta reformulação curricular, os cursos também vão sofrendo mudanças em sua organização didático-administrativa. Em 1965 as disciplinas passam a compor Departamentos, pensados como instâncias temáticas, concentrando assuntos e especialistas. Mais tarde, em 1969, são criados os Institutos que agrupariam Departamentos e disciplinas comuns a diversos cursos e seus alunos do ciclo básico, efetivando um corte entre o ensino básico (os 2 primeiros anos), do profissional (3 anos) que passam a ser exercidos em locais distintos.

Os currículos mínimos ganham em cada escola um formato específico com a definição de disciplinas¹⁷ em caráter obrigatório ou optativo, desde que não sejam ultrapassados os limites de horas e tempo determinados pela Lei.

O curso de Veterinária teve desde sua criação em 1910, a instalação de quatro currículos - 1910, 1934, 1962 e 1984 -, demonstrando pouca mobilidade estrutural. A cada reforma os currículos se ampliavam, o que merece crítica de alunos e educadores já que a criação de disciplinas não aumenta o tempo de duração do curso (o que seria questionável) provocando: uma diminuição do tempo de algumas delas; um acúmulo de informações com pouco tempo para serem digeridas, ou ainda, uma sensação de se

¹⁷Cada matéria, definida por lei, pode ser desdobrada em diversas disciplinas, definidas pela administração acadêmica de cada escola, com os mesmos nomes das matérias ou não.

estar estudando pouco ou desnecessariamente algumas delas, possivelmente pelo pouco tempo disponível para sua dedicação.

Desse modo, a discussão curricular, que é impossível ser aprofundada neste trabalho, desagrada a todos que com ela convivem, sem grandes perspectivas de solução, no momento. O CFMV, criou em 1990 uma Comissão Nacional de Ensino de Medicina Veterinária, buscando patrocinar uma discussão ampla sobre o ensino veterinário e suas dificuldades na formação desses profissionais, embora, pareça estar muito mais voltada para a questão do mercado de trabalho, tendo em vista a adequação deste profissional ao mundo do trabalho e à competitividade que este apresenta, além da capacidade dos novos cursos garantirem a qualidade que o profissional necessita em sua formação.

Assim, a mais recente legislação federal sobre currículo de Veterinária é de 1984, quando o CFE regulamenta um novo currículo mínimo para a área, que surge sob um processo político de abertura democrática e de transformações culturais onde novos e velhos temas são rediscutidos, entre eles a valorização do meio ambiente. Coerente com estas reconceituações sócio-culturais e políticas, busca-se dotar o ensino agrário de um conhecimento humanístico, com maior criticidade, efetivando matérias como Sociologia e Filosofia, além daquelas referentes ao estudo do meio ambiente e ao comportamento dos animais, inclusive os silvestres. O elenco de disciplinas existente no currículo anterior é praticamente mantido.

O currículo em vigor na UFF (Anexo VIII), consonante com a Resolução 10/84, do CFE, é fruto da Resolução nº 21/90, do CEP/UFF, e possui, em 1997, uma carga horária de 4.710 horas, distribuídas por 5 anos. Esta carga horária vem crescendo desde 1970 quando era de 3.240 horas, em 1975 passa para 3.615, em 1976 vai para 3.870 e em

1990 é acrescida de mais 900 horas (em 1997 a disciplina de Educação Física perde a obrigatoriedade, diminuindo a carga horária total em 60 horas), levando em conta o tempo utilizado pelo Estágio supervisionado - 150 horas -, realizado no final do curso. Sua integralização é feita pelo sistema de créditos; semestralmente e em dois turnos¹⁸.

O currículo da UFRRJ (Anexo VIII) foi aprovado em 1986 pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, determinando que sua realização se efetivasse com a soma de 284 créditos (49 do Ciclo Básico, 231 do Ciclo Profissional e 4 de disciplinas optativas), distribuídos por 4.260 horas de atividades, num período mínimo de 5 anos e máximo de 8. Esta integralização curricular é feita pelo sistema de créditos, semestralmente e com turno integral¹⁹.

Quadro 11

Distribuição dos números de Disciplinas, Créditos e Cargas Horárias dos ciclos Básico e Profissional dos Cursos de Veterinária da UFF e UFRRJ, em 1996.

Ciclos .	BÁSICO		PROFISSIONAL		TOTAL	
	UFF	UFRRJ	UFF	UFRRJ	UFF	UFRRJ
Unidades / I.E.S.						
Disciplinas	24	27	37	42	64	69
Créditos	97	115	130	167	233	284
C. Horária	1.920	1.725	2.700	2.505	4.710	4.260

Fonte: Coordenações de Graduação das I.E.S.

¹⁸Segundo o Catálogo Geral da UFF - 1995/96, além de dados da Coordenação de Graduação do Curso de Veterinária.

¹⁹Dados fornecidos pela Coordenação do Curso de Graduação em Veterinária, da UFRRJ, em 1996.

A partir do Quadro 11 é possível visualizar o espaço que é dado ao Ciclo Profissionalizante, em comparação com o total exigido para integralização dos Cursos²⁰, observando que ambos dedicam mais de 50 % do total de carga horária para esta fase²¹, com uma participação na UFF de 57.32 % e na UFRRJ de 58.80 %. No total da carga horária utilizada, ambos estão acima do mínimo exigido que é de 3.600 horas. Quanto aos créditos, a UFF emprega 49.35 % contra 58.18 % da UFRRJ, no profissionalizante. Estes dados revelam que existe um certo equilíbrio na distribuição do tempo necessário à formação do profissional, a diferença a maior para o ciclo profissionalizante não é tão discrepante da garantida ao ciclo básico. Aqui pode estar um dos problemas de dedicação e aprendizagem que docentes e discentes constantemente reclamam a respeito de seus tempos de estudo quanto aos aspectos profissionalizantes.

A apresentação destes números auxilia a leitura do Quadro 12 onde buscamos visualizar o espaço que as disciplinas de Clínicas, com suas cargas horárias e créditos, ocupam dentro do Ciclo Profissionalizante.

Na análise descritiva dos currículos ministrados na UFRRJ e na UFF, percebe-se que a UFRRJ oferece um maior número de créditos na área humanística, ministrando disciplinas como Introdução à Filosofia da Ciência, Direito Agrário e Legislação Rural, além de outras que favorecem o conhecimento sobre a relação homem/natureza, como Zoologia, Conservação de Recursos Naturais, Bioclimatologia Animal, Manejo de Fauna, reformulando, ainda, disciplinas do Ciclo Profissional como Produção Animal em lugar de

²⁰A divergência na soma das unidades é devido a exigência de cursar disciplinas optativas e/ou eletivas que independem do ciclo de estudo. Na carga horária da UFF é computado o estágio curricular obrigatório que a UFRRJ não possui.

²¹O CFMV (1996) computando as cargas horárias para os três grupos de matérias, diferente de nosso recorte, encontra uma média regional para o Sudeste de 54.8 % deste total dedicados as disciplinas do grupo profissionalizante. Embora o recorte seja diferente, ele separa as disciplinas de formação

Zootecnia, e Clínica Médica organizada por sistemas fisiológicos, em lugar da especificidade por dimensão corporal dos animais domésticos. Estas alterações sugerem uma organização das disciplinas de modo mais sistemático, além de apresentar uma posição mais atenta com as alterações conceituais da sociedade contemporânea coerentes com um novo comportamento da sociedade sobre estes assuntos.

Observando os currículos que a profissão já possuiu, é possível perceber que a carreira, desde seu surgimento, traz uma tensão interna entre suas orientações de zootecnista, sanitarista, médica e industrial. Os currículos examinados buscaram manter e, igualmente, tratar estas características, ainda que, até os anos 80, o papel da clínica fosse o de evitar a morte de um bem econômico, valorizando a profilaxia dos rebanhos comercialmente importantes. As alterações encontrados foram maiores no sentido do desdobramento das diversas matérias e o alongamento do curso que de 4 passa para 5 anos de duração. No entanto, por estes desdobramentos, é possível acompanhar a valorização de determinadas áreas de conhecimento, como a introdução da temática social e da supremacia em carga horária e número de disciplinas como ocorre atualmente com a clínica médica, principalmente aquela dirigida aos pequenos animais ou animais de estimação.

Buscando compreender a evolução dos assuntos ligados à clínica veterinária no interior dos cursos universitários, estudamos o currículo pleno utilizado pela UFF / UFRRJ em quatro períodos - 1965, 1976, 1984 e 1996, arbitrados em função das alterações curriculares promovidas pelo CFE - 1962 e 1984, tendo em vista que as mudanças foram

geral, o dado encontrado, por nós, não é tão discrepante já que a maioria daquelas disciplinas é lecionada no ciclo básico. De todo modo parece interessante utilizar este dado.

efetivadas mais tardê. Na UFF, por exemplo, a reforma de 1984 só se implantou em 1990.

Quadro 12

Evolução das disciplinas de clínica no conjunto das disciplinas do ciclo profissional.

Ano	1965 ²²		1976		1984		1996	
	UFF	UFRRJ	UFF	UFRRJ	UFF	UFRRJ	UFF	UFRRJ
Curso								
Unidade								
total disc. profissionaliz antes	10	16	31	40	32	28	37	42
disc. clínicas²³	04	05	07	14	07	13	07	14
%	40	31.25	22.58	35	21.87	46.42	18.91	33.33
total cré. profissionaliz antes	-	-	107	112	107	121	124	167
cré. clínicos	-	-	25	41	23	60	32	64
%	-	-	23.26	36.60	21.49	49.58	25.80	38.32

Fonte: Catálogos de Cursos da UFF e Históricos Escolares da UFRRJ.

É interessante notar que se ainda hoje, as disciplinas dirigidas à Clínica Médica ainda ocupam espaço significativo no Ciclo Profissional, em ambos os cursos, elas já ocuparam, na UFF, 40 % em 1965, e na UFRRJ, 46 % em 1984. Quanto aos créditos, a UFF possui hoje seu maior percentual de créditos das disciplinas de Clínica que é de 25.80 % do total de créditos oferecidos no ciclo profissional, e a UFRRJ já tendo oferecido 49.58 % deles, hoje está com 38.32 %, o que ainda revela maior carga tanto dentro do currículo quanto em comparação com o curso da UFF.

²²Em 1965 as disciplinas não tinham sua carga horária computada em créditos. Os dados deste ano foram utilizados por serem de acordo com o currículo de 1962 permitindo identificar no conjunto das disciplinas profissionalizantes a participação numérica das disciplinas de clínica médica.

²³Neste conjunto foram consideradas as matérias de Clínica Médica e Clínica Cirúrgica com as disciplinas de Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Terapêutica, Semiologia, Radiologia e Toxicologia, como computa o currículo de 1984.

Esta carga horária (cada crédito corresponde a 15 horas) de clínicas é significativa diante dos outros temas que a profissão domina. Porém, além da significação que o espaço do saber clínico possui frente aos outros conhecimentos do curso é necessário identificar quanto deste espaço é dirigido ao pequeno animal. Esta não é uma tarefa simples quando a análise é curricular, pois as espécies animais transitam pelo ementário da maior parte das disciplinas. O curso da UFF mantém a denominação tradicional de suas disciplinas de clínica em relação ao físico do animal, possuindo uma disciplina de Clínica Médica para Grandes Animais, com 5 créditos e 75 horas/aulas, e quatro disciplinas de Clínica Médica dirigidas aos pequenos animais com 12 créditos e 180 horas/aulas. No ementário da UFRRJ as disciplinas de Clínica Médica são identificadas por números (Clínica Médica I, C. M. II, ...), oferecendo 24 créditos e 360 horas/aulas, não sendo possível, por ele, identificar o tempo dirigido aos pequenos animais. No caso da UFF fica evidente o espaço que estes animais ocupam no estudo de clínica médica onde num total de 255 horas/aulas, 180 são dirigidas aos pequenos animais.

Quanto ao conjunto das alterações curriculares efetivadas, este revela que o curso de Veterinária sofre mudanças estruturais em seu programa mínimo, comparados os currículos de 1962 e 1984, porém, é com o currículo pleno e com a liberdade de criação de disciplinas que melhor se visualiza o perfil de formação do Veterinário que o curso propicia.

Dentre as alterações efetivadas em 1984, podemos destacar:

- um aumento no tempo e na carga horária totais exigidos para conclusão do curso;

- que a criação do grupo de disciplinas consideradas de Formação Geral, com estudos humanísticos, é a grande inovação e aponta para uma preocupação em dotar o perfil do Veterinário de uma maior e melhor inserção na sociedade;

- na comparação entre os currículos mínimos com os currículos plenos, anteriores, observa-se que algumas disciplinas, agora obrigatórias, já eram oferecidas pelos cursos em questão, evidenciando: - a sensibilidade destes quanto as alterações do mercado e da cultura; - a lentidão que a burocracia emprega para regulamentar as inovações pertinentes ao campo do conhecimento específico;

- o aumento da carga horária total é reforçado, para além da criação de novos temas, com o desdobramento de matérias existentes em diversas disciplinas, principalmente no ciclo de Formação Básica;

- a estrutura curricular mantém o esforço de formar profissionais aptos à atuação na clínica médica, na produção animal e na indústria alimentícia, deixando à formação dos currículos plenos o reordenamento desta tensão, onde, nos cursos analisados, encontramos na análise de carga horária e elenco de disciplinas, uma participação significativa da clínica sobre as outras.

Enfim, entre os dois currículos a grande inovação é a introdução de disciplinas humanistas propiciando uma discussão da participação do profissional como sujeito/objeto das relações sócio-históricas.

O desdobramento sucessivo de disciplinas aumenta a carga horária do curso o que provoca seu alongamento ao longo do período sem, necessariamente, alterar o referencial paradigmático do mesmo, melhor visualizado quando comparados os currículos específicos das escolas.

Analisando os currículos plenos dos dois cursos em questão (Anexo VIII), observamos que com a liberdade de expansão disciplinar, eles constróem um perfil distinto para si e conseqüentemente para seus formandos. Assim, a UFF desde 1971 ministra cursos de Ecologia, Sociologia (extinto em 1975), Extensão Rural e as subdivisões da Matéria de Tecnologia de Produtos de Origem Animal²⁴. Com a reforma de 1984 e a criação das disciplinas de ciências sociais e do meio ambiente o currículo da UFF pouco se modifica, diferente do da UFRRJ que abre um elenco maior de disciplinas destas áreas. Em 1984 a UFF já lecionava Ecologia Animal, Extensão Rural, Administração Rural, a partir de 1990 acrescenta Sociologia, Deontologia e Legislação Veterinária (disciplina que já havia sido ministrada anteriormente). Na UFRRJ, em 1984 nenhuma dessas disciplinas são oferecidas, embora em 1976 se lecionasse Deontologia e Legislação Veterinária. A partir da reforma retorna Deontologia e são criadas Filosofia, Sociologia, Ecologia, Conservação dos Recursos Naturais, Assistência e Assessoria Veterinária, Direito Agrário e Legislação e Extensão Rural, propiciando ao aluno uma maior percepção dos movimentos sociais que organizam, permanentemente, o *ethos* social.

Como se vê a Rural responde mais intensamente a tentativa de possibilitar ao aluno uma visão abrangente da organização e participação social da qual ele participa.

Estas modificações e diferenças possibilitam a interpretação que as reformas promovidas pelo MEC/CFE eram, primeiro o reconhecimento do que a prática já vinha exercendo (vide as disciplinas criadas em 1984 que já eram ministradas nos cursos

²⁴O curso da UFF desde a década de 40 já introduzia a disciplina de Inspeção e Tecnologia de Produtos de Origem Animal em seu currículo, no entanto, esta especificação parece facilitada por ter seu quadro docente atuando simultaneamente na organização e execução da política ministerial para o setor. Com a reforma de 1984 esta divisão se torna obrigatória para todo o país.

avaliados); segundo, que as Universidades possuem um tempo de resposta às inovações e demandas que lhe são externamente produzidas muito lento, permitindo que apesar das modificações que o país passa por estas décadas, o currículo mínimo que uniformiza o profissional para todo o mercado, se congela por 22 anos (1962 - 1984).

Durante este período novos padrões de desenvolvimento e paradigmas de conhecimento foram produzidos, a ponto de em outra parte desta dissertação apontarmos para a expansão do ensino de Veterinária e da demanda de alunos e empregadores, bem como novas expressões culturais redefinindo o perfil profissional. Nas décadas de 60/70²⁵, no bojo do desenvolvimento da indústria química, da revolução verde e do projeto de modernização que a agricultura viveu, integrando-se à lógica capitalista de produção, valorizando a técnica e a tecnologia com a ideologia de que ambas produziram, por si, o desenvolvimento, forjou-se um perfil profissional inteiramente tecnicista, onde o veterinário é pensado como um produtor e difusor da tecnologia buscada pelo sistema. Desse período, com um currículo escasso de disciplinas formadoras de opinião, sobressaem as disciplinas de produção animal, de tecnologia de alimentos e a criação de Extensão Rural, com o papel de “treinar” profissionais dirigidos ao campo como mobilizadores do agricultor para o uso das inovações tecnológicas.

A partir dos anos 80, os perfis dos candidatos e dos profissionais de Veterinária, no Rio de Janeiro, e nos cursos em tela, se apresentam mais urbanos, mais médicos, mais integrados às questões ambientais. No entanto, os cursos estudados ainda não parecem ter incorporado plenamente em seus currículos estes movimentos, quando as questões políticas do meio ambiente e as especializações da clínica médica, como o

²⁵Vale lembrar que até os anos 60 existiam 08 cursos de Veterinária no Brasil. Nas décadas de 60 e 70 são criados 16 novos cursos e nos anos 80 e 90, até 1996 criam-se 16 novos cursos.

paradigma aceito recomenda, são pouco encontradas. O rol de disciplinas optativas (Anexo VIII), é possuidor de maior liberdade de criação, onde as inovações se fazem mais rápidas, porém, o conjunto de alunos não é obrigado a cursá-las.

Este movimento da Universidade na organização curricular dos cursos possibilita compreender que o estímulo e produção de novos conhecimentos é menor do que sua potencialidade. Suas disputas internas de poder e de prestígio parecem influenciar suas transformações, quando a existência de núcleos conservadores dificultam sua resposta a novos paradigmas culturais e mesmo científicos, marcando um compasso diferenciado do processo que a sociedade efetiva.

Durante entrevistas com líderes da categoria, na área de clínica, nos deparamos com informações de especialistas em determinadas áreas e assuntos que viviam fora das Universidades e transmitiam, via congressos e cursos livres, um conhecimento produzido pela prática e busca de especialização, em especialidades clínicas como a dermatologia, a cardiologia, a homeopatia e/ou o uso de aparelhos no cotidiano da clínica. O retardo da Universidade no uso e produção desses saberes não pode ser explicado só pelo aspecto da falta de recursos financeiros ou administrativos, é preciso pensar que as inovações rompem com paradigmas estabelecidos e ferem suscetibilidades no mundo do conhecimento onde disputas de prestígio e poder interferem neste processo.

Desse modo, para além da expressão quantitativa que as disciplinas de clínicas médicas têm na grade curricular é possível apontar para a necessidade de outras análises que permitam o encaminhamento de formandos na área de estágio; o tempo utilizado pelos alunos intra e extra curso com assuntos de clínica; a existência de cursos extracurriculares de informação e especialização no tema; enfim, caminhos que melhor evidenciarão a expansão da clínica na formação acadêmica do veterinário, o que, no

entanto, não é objeto central dessa dissertação, abrindo possibilidade para uma outra pesquisa que melhor revele os meios e os interesses que permeiam a organização curricular da categoria.

Neste sentido a utilização do currículo como mais um elemento a revelar a expansão da atuação clínica do veterinário contemporâneo reforça a questão de que tratamos. Na UFF os créditos oferecidos para o estudo da clínica passam de 25 % do total para 32 % entre 1976 e 1996. Na UFRRJ passam de 41 %, em 1976 para 64 % em 1996.

Por um lado, este fato auxilia a tese que estamos afirmando da alteração no *locus* e no fazer do veterinário dos grandes centros urbanos, alterações estas conectadas à diversas situações que procuramos discutir ao longo desta dissertação; por outro, ao se criar novas disciplinas e manter fixo o tempo de conclusão do curso, além da permanência na tensão de origem em formar veterinários aptos a todas as possibilidades de atuação (clínica, produção animal, indústria e saúde pública) gera em parte dos corpos docente e discente um descontentamento com o pouco tempo disponível para absorção do conhecimento discutido.

Desse modo, uma das possibilidades de se minimizar a diversidade de conhecimento seria a concentração temática por cursos de Veterinária, criando uma especialização profissional ainda na graduação.

A tese da especialização dos cursos de Veterinária ainda na graduação é polêmica e, ainda não foi enfrentada oficialmente, embora, alguns profissionais tenham utilizado a imprensa especializada para dela falarem; porém, é inegável que o aluno

interessado em clínica²⁶ médica, particularmente aquela dedicada aos pequenos animais encontra nos cursos da UFF e da UFRRJ, um excelente campo de estudo²⁶.

Será uma especialização em curso ou é simplesmente uma demonstração de acúmulo de conhecimentos nesta área? Mas se assim for, esta produção não é estimulada por uma nova necessidade profissional diante de novas questões colocadas pela sociedade? Estas questões estão postas. Aqui gostaríamos de evidenciar o quanto a clínica dos animais domésticos, particularmente a dos pequenos, ganha significação e destaque na formação do veterinário contemporâneo.

Enfim, através das grades curriculares é possível acompanharmos tanto a dinâmica da organização do conhecimento profissional, como as interferências, recíprocas entre a academia e a sociedade. É desse modo que podemos perceber o esforço desenvolvido para dotar uma nova profissão de área específica de atuação e necessidade, típica dos primeiros currículos e mais tarde, já nos anos 60 a crença na técnica como viabilizadora de desenvolvimento, chegando aos anos 90 com um novo paradigma científico^{*} e cultural vividos pela sociedade fazendo com que a profissão se reorganize no sentido de manter seu espaço profissional e atender às novas demandas que se formam a partir de um novo conceito de natureza, do animal de estimação e da relação dos homens entre si e com os demais seres vivos.

²⁶Vale comentar que no imaginário da categoria, a UFRRJ, diferente da UFF, sempre foi vista como aquela mais voltada para o mundo rural e a lida com os grandes animais, sendo esta mais identificada com o mundo urbano e seus animais. Sem dúvida conceitos presos à localização física dessas Instituições e/ou em relação a suas origens, particularmente no caso da UFRRJ. De qualquer modo, os dados encontrados desfazem esta concepção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi compreender os processos que provocaram as transformações na ação da Medicina Veterinária, no Brasil, particularmente a partir dos anos 80, dando à clínica médica dos pequenos animais - especialmente o cão e o gato -, uma projeção que a destaca das outras inserções do veterinário no mercado de trabalho.

Com este objetivo a região metropolitana do Rio de Janeiro foi selecionada para nossa pesquisa já que sedia os dois cursos de Veterinária estudados e por ser um espelho dessa dimensão que o fazer clínico alcança neste período.

A partir da constatação que o saber clínico estava valorizado, possibilitada através da expansão dos estabelecimentos médicos; da procura pelos cursos de Veterinária; pela dimensão que as disciplinas de clínicas médicas alcançavam nas Universidades, e pela proliferação de estabelecimentos comerciais voltados para o consumo dos animais de companhia, mister se fez que compreendêssemos o sistema de conexões entre os processos que viabilizam, em diversas frentes - na academia, no imaginário social, no mercado -, a expressão de novos valores que têm no animal de estimação seu agente e objeto.

O campo cultural permite que hábitos e atitudes sejam permanentemente criados e recriados, assim é que as relações entre os homens, destes com a natureza e a própria compreensão de natureza, se alteram e se transformam durante o processo civilizador, e é nele - o campo cultural -, que encontramos base para o entendimento do processo em discussão.

O capítulo 1 evidenciou o modo como o homem conceitua e efetiva sua relação com o mundo natural, processo do qual entendemos emergir, estimulado por movimentos

como a intensa urbanização dos grandes centros; as transformações de valores tradicionais como relações de casamento, família e vizinhança; alterações nas relações afetivas e sociais que o morador das grandes cidades vivencia; a difusão da ideologia do individualismo; o enclausuramento dos homens contemporâneos em suas casas, por motivos como *stress*, medo, cansaço, produzindo nestes um estado de solidão e uma insegurança sobre os compromissos afetivos, levando, parte desta população, mormente idosos e solteiros, a transformarem seus cães de companhia em seus objetos de estimação.

Este processo de transferência afetiva para os animais de estimação também está conectado a movimentos mais antigos e maiores que desencadearam uma revolução nos conceitos e valores existentes. Desses movimentos, o da contracultura vivido nos anos 60 foi, sem dúvida, um divisor de águas no posicionamento a respeito da natureza e da relação do homem com ela, quando os animais tiveram sua individualidade comportamental reconhecida, e interpretada como em muito, semelhantes aos humanos, com capacidade de sentir emoções e possuir inteligência.

Se sempre houve quem assim pensava, a partir desses movimentos o imaginário social sofre um processo de transformação e novas relações se originam difundindo para o coletivo esse novo olhar sobre os animais. A partir dos anos 60, a liberdade das emoções, a emancipação feminina, a liberalidade sexual, a paz como objetivo de harmonia entre o homem e a natureza são sensações e valores que passam a formar gerações e a exigir novas atitudes no comportamento humano.

É impossível não pensar as transformações efetivadas nos anos 80, conectadas aquele processo.

Portanto, se surge um novo animal para complementação e realização dos desejos afetivos e sociais que o viver do ser humano citadino contemporâneo produz, o econômico, apenso a este movimento, se apropria do subjetivo e se articula no estímulo ao consumo e na oferta de produtos que este animal, reconstruído, passa a demandar.

O animal de estimação já não é mais um simples animal, ele, antropomorfizado, é considerado como filho, amigo e companheiro, o que projeta sobre ele os cuidados e necessidades possuídos por seu proprietário.

Pensar os processos de transformação dessas relações envolve a atuação do médico veterinário que, até então, foi articulado socialmente para ser, em primazia, um técnico econômico para a produção de alimentos, e um sanitarista para preservação da saúde dos rebanhos, e a do próprio homem, no combate às zoonoses. A atividade clínica sempre existiu, mas possuindo destaque menor nos afazeres da profissão, até os anos 80.

A partir dos anos 80 esse perfil formador e do exercício da profissão se altera. Ao pesquisarmos este movimento, percebemos a necessidade de se organizar mais que o movimento dos anos 80, o próprio processo de criação do espaço social da Medicina Veterinária no país. Assim é que os capítulos 3 e 4 procuram analisar esta organização do mercado de trabalho em que saberes técnico-científicos são definidos e reproduzidos.

É do modo como o conhecimento veterinário se constrói que a expansão da atividade clínica se realça, pois, até os anos 80, esta era quase que exclusivamente, uma profissão burocrática de Estado, coerente com o papel social que a categoria possuía e com o paradigma técnico-científico e cultural da época.

A Veterinária, a partir de um novo conceito de relação do homem com a natureza, se apresenta como um conhecimento de grande valia para o controle ambiental e os

tratos com os animais, quer sejam domésticos ou silvestres, agora, ambos pensados como necessários ao equilíbrio da vida. O próprio conceito de animal se transforma e de simples mercadoria para as necessidades materiais do ser humano, passa a merecer respeito e possuir direitos. A UNESCO ao promover a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, no final dos anos 70, define, ainda que contraditoriamente em seus artigos, que estes não podem mais ser tratados com desprezo à vida e às suas individualidades.

Com a valorização do saber veterinário e com a construção de novas demandas para seu emprego, conectadas as alterações que os projetos de desenvolvimento implantados pelo Estado delimita, agravado pela retirada que este faz do mercado empregador; aliado, ainda, à valorização do animal de estimação que requer cuidados intensos e sofisticados, o mercado da clínica médica se evidencia como o mais propício e mesmo fundamental para a categoria.

Diante do aumento de demanda por novos saberes na clínica e por novos serviços médicos, a clínica, como todos os outros serviços voltados para este segmento sócio-econômico, se sofisticava e se prolifera, movimento de fácil constatação visual.

No entanto, se a profissão se movimenta em consonância com a emergência de novos padrões sócio-culturais e econômicos da sociedade urbana industrializada, onde o animal de estimação não é só uma expressão de afeto, mas, é, também, um bem de prestígio, que resgata seu proprietário do incômodo anonimato urbano, o crescimento na instalação de clínicas e consultórios não é infinito e em 15 anos da alteração no *locus* privilegiado de ação do veterinário - que se movimenta do rural para o urbano -, já encontramos a presença do subemprego, evidenciando que o caráter de profissional liberal, autônomo que o exercício da clínica médica permite, tem seus limites no universo

que se transforma com estes processos e na capacidade de manutenção das despesas que os proprietários desses animais se dispõem a assumir.

Na competição pelo mercado de trabalho, os profissionais que mais se destacam são os que demonstram possuir grandes conhecimentos clínicos, e/ou aqueles que organizam, de forma sofisticada, o atendimento às necessidades de diagnóstico e tratamentos. Desse modo, os profissionais que sobressaem na concorrência, aglutinam nas clínicas estabilizadas outros profissionais, particularmente os recém formados, podendo conformar uma mão-de-obra em acordo com seus compromissos profissionais e com sua clientela.

Com esta transformação dos valores culturais, da qual a ação do veterinário clínico faz parte, as Universidades, enquanto formadoras desse profissional, também, se transformam e se adequam/provocam mudanças de comportamento a respeito do saber veterinário e de sua utilidade social. Portanto, só é possível compreender a expansão dos cursos de Veterinária, dos estabelecimentos clínicos, da oferta de produtos de beleza, nutrição, moda e lazer, além da valorização dos animais de estimação, de forma combinada, onde processos sociais, culturais, afetivos e econômicos interagem, sem primazia, permitindo uma nova conformação à prática profissional do médico veterinário fixado nos grandes centros urbanos, particularmente a partir dos anos 80.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABEAS. Guia das Instituições de Ensino Superior de Ciências Agrárias: Graduação e Pós-Graduação. Brasília: ABEAS, 1995 6ª ed. 144 p.
- ABREU, Andréa Alves de. Considerações acerca da Interferência da Técnica Moderna na Espontaneidade da Vida. Rio de Janeiro, 1995. 90 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- ANAIS da Escola Fluminense de Medicina Veterinária. Niterói: Ano I, 1958.
 _____ . Niterói: Ano II, 1959.
- ANAIS do 1º Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária. Rio de Janeiro: SBMV, 1922
- ARQUIVOS da Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos - PROAC, da UFF.
- ARQUIVOS do Decanato de Graduação e Geral, da UFRRJ.
- BARCELLOS, João C. A., ASSIS, Ricardo L. História da Medicina Veterinária. Niterói: sd. Pesquisa (UFF - Faculdade de Veterinária) 46 p.
- BERGER, Peter I. e LUCKMANN, Thomas. A Construção Social da Realidade. Petrópolis: Vozes, 1994. 11ª ed. 247 p.
- BÍBLIA SAGRADA. Petrópolis, Vozes: 1990. 10ª edição. 1548 p.
- BRONOWSKI, J; MAZLISCH, Bruce. A Tradição Intelectual do Ocidente. Lisboa: Edições 70, 1988. 542 p.
- CACHORRO Quente no Ar. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1995. Internacional, p. 11.
- CAMOLEZE, Edino. A Evolução da Medicina Veterinária através dos Tempos. Rezende, sd., mimeo. 10 p.

- CAMPBELL, Joseph. O Poder do Mito. São Paulo: Palas Athena, 1990. 242 p.
- CAPDEVILLE, Gui. O Ensino Superior Agrícola no Brasil. Viçosa: Imprensa Universitária - Universidade Federal de Viçosa, 1991. 184 p.
- CAPRA, Fritjof. O ponto de Mutação. a Ciência, a Sociedade e a Cultura. São Paulo: Cultrix, 1982. 447 p.
- CARVALHO, Marcos de. O que é Natureza. São Paulo: Brasiliense, 1991. 85 p.
- CARVALHO, Raul Ribeiro. "A urbanização do médico veterinário: uma análise preliminar" *in* Estudos Sociedade e Agricultura n°3. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1994 p.114/123.
- CASTORIADES, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 2ª ed.
- CFMV. Boletim Informativo. Brasília: Ano III, n° 3, 1977. 303 p.
- _____. O Ensino de Medicina Veterinária no Brasil. Relatório Preliminar. Brasília: CFVM, 1992. 103 p.
- _____. O Ensino de Graduação em Medicina Veterinária no Brasil. Situação Atual e Perspectivas. Brasília: CFMV, 1996. 155 p.
- COSTA, Nilson do Rosário. Lutas Urbanas e Controle Sanitário. Origens das políticas de saúde no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1986. 2ª ed. 128 p.
- CRMV-5. Revista do CRMV-5. Ano III, n° 25, 1988
- CUNHA, Luiz Antônio. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985. 8ª ed. 291 p.
- _____. A Universidade Temporã. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986. 2ª ed. 339 p.

- _____. A Universidade Crítica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. 2ª ed. 267 p.
- _____. Educação, Estado e Democracia no Brasil. São Paulo: Cortez/EDUFF/FLACSO, 1991. 495 p.
- DA MATTA, Roberto. A Casa & A Rua. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. 177 p.
- _____. O que faz o Brasil, Brasil?. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. 126 p.
- DELORT, Robert. Les Animaux ont une Histoire. Paris: Editions du Seuil, 1984. 503 p.
- DIGARD, Jean-Pierre. L'Homme et les animaux domestiques. Anthropologie d'une passion. Librairie Artheme Fayard, 1990. 325 p.
- DOMINGUES, Octávio. Introdução à Zootecnia. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola - Ministério da Agricultura, 1968. 392 p.
- ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. 271 p.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1989. 23ª ed. 248 p.
- GONDREXON, A., BROWNE, Ives. Tudo sobre Cães. São Paulo: Martins Fontes, sd. 256 p.
- HATSCHBACH, Percy Infante. História da Medicina Veterinária, A Hora Veterinária. Porto Alegre. coleção de 1983 a 1995.
- HEILBRONER, Robert. A Natureza e a Lógica do Capitalismo. São Paulo: Ática, 1988. 168p.
- KUHN, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo: Perspectiva, 1995. 3ª ed. 257 p.

LECLAINCHE, E. Histoire de la Médecine Vétérinaire. Toulouse: Office du Livre, 1936
812p.

LENOBLE, Robert. História da Idéia de Natureza. Lisboa: Edições 70, 1990. 367 p.

LIMA, J. Pinto e *al.* Técnicos para o Desenvolvimento da Agricultura. Rio de Janeiro:
ABCAR, 1961 402 p.

MENDONÇA, Sônia Regina. Ruralismo, Agricultura, Poder e Estado na Primeira
República. São Paulo: 1990. Tese (Doutorado em História) Universidade de São
Paulo. 2 vol.

_____ A Balança, a Régua e o Arado: Sistemas de Ensino e "habitus" de
classe na primeira República. Niterói: ICHF/UFF, 1992. "Cadernos do ICHF", n° 48,
novembro 1992. 43 p.

_____. Ensino Agrônômico: saber, classe dominante e Estado na primeira
República. Niterói: ICHF/UFF, 1995. "Cadernos do ICHF", n° 71 - abril de 1995. 51 p.

MOREIRA, Roberto José. "Pensamento Científico, Cultura e Eco-92: alguns significados
da questão ambiental" *in* Reforma Agrária n° 1, vol. 23. Campinas: ABRA, 1993. p. 14
-39.

_____ "Sociedade e Universidade: cinco teses equivocadas" *in* Estudos
Sociedade e Agricultura n° 3. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1994 - p.124/134

_____ Agricultura Familiar e Sustentabilidade: Valorização e Desvalorização
Econômica e Cultural das Técnicas. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1996a (mimeo)

_____ Formação Profissional das Ciências Agrárias: Questões da Atualidade.
Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1996b (mimeo)

MOTTA, Regina Rheingantz. Nosso filho, o cachorro. cuidados e carinhos. São Paulo:
Saraiva, 1996 176 p.

- NEVES, Delma Pessanha. "O Pecuarista-Expositor e a distinção ostentatória" in Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Brasília: SOBER, 1995 p. 1265/1282.
- PARDI, Miguel Cione. Memória da Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal no Brasil: o serviço de inspeção federal - SIF. Brasília: Columbia, 1996 165 p.
- PENNACHI, Marcos. Orelha, Cauda: cortar ou não ? Cães & Cia, São Paulo, v. XVII, nº 194, julho/95, p. 60-62
- PINTO, Sandra Lúcia de Souza. A Destruição da Máquina Animal: o Estudo do Comportamento Animal e a concepção de Animal na Zootecnia. Rio de Janeiro, 1993. 144 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- PUGNETTI, Gino. Todos os Gatos. São Paulo: Melhoramentos, 1991. 136 p.
- _____. Todos os Cães. São Paulo: Melhoramentos, 1994. 160 p.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da Educação Brasileira. A Organização Escolar. Campinas: Editora Autores Associados, 1993. 13ª ed. 207 p.
- SENET, André. Histoire de la Médecine Vétérinaire. Paris: Presses Universitaires de France, 1953. 114 p.
- THOMAS, Keith. O Homem e o Mundo Natural. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 454 p.
- VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987. 2ª ed. 149 p.
- _____. Projeto e Metamorfose. Antropologia das Sociedades Complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994 137 p.
- XAVIER, Mário Fonseca. História da ANCLIVEPA (comentários, descrições e documentos) 1957 a 1961. Niterói: edição do Autor, sd. 120 p.

ANEXO I

CURSOS DE MEDICINA VETERINÁRIA, NO BRASIL, DE 1910 a 1995

Nº	Ano	Instituição	Município/Estado	Vinculação	Vagas/ano
01	1913	UFRRJ	Seropédica - RJ	Federal	150
02	1914	extinto	Recife - PE		
03	1914	extinto	Rio de Janeiro - RJ		
04	1914	extinto	Belo Horizonte - MG		
05	1917	extinto	Pouso Alegre - MG		
06	1920	extinto	São Paulo - SP		
07	1922	extinto	Passa Quatro - MG		
08	1923	UFRGS	Porto Alegre - RS	Federal	120
09	1924	extinto	Juiz de Fora - MG		
10	1925	extinto	Belém - PA		
11	1931	UFPR	Curitiba - PR	Federal	80
12	1932	UFMG	Belo Horizonte - MG	Federal	120
13	1935	USP/FMVZ	São Paulo - SP	Estadual	80
14	1936	UFF	Niterói - RJ	Federal	100
15	1950	UFRPE	Recife - PE	Federal	160
16	1952	UFBA	Salvador - BA	Federal	80
17	1962	UFSM	Santa Maria - RS	Federal	180
18	1963	UECE	Fortaleza - CE	Estadual	80
19	1963	UNESP/FMVZ	Botucatu - SP	Estadual	40
20	1966	UFGO	Goiânia - GO	Federal	75

21	1969	UEMA	São Luiz - MA	Estadual	60
22	1969	UFPEL	Pelotas - RS	Federal	90
23	1969	PUC/RS	Uruguaiana - RS	Particular	66
24	1970	URCAMP	Bagé - RS	Particular	100
25	1971	UFMS	Campo Grande - MS	Federal	32
26	1971	UNESP/FCAV	Jaboticabal - SP	Estadual	45
27	1972	UFU	Uberlândia - MG	Federal	80
28	1973	UEL	Londrina - PR	Estadual	80
29	1973	UDESC	Lages - SC	Estadual	80
30	1973	(absorvido)	Patos - PB		
31	1974	FCAP	Belém - PA	Federal	50
32	1976	UFV	Viçosa - MG	Federal	40
33	1978	UFPI	Teresina - PI	Federal	50
34	1979	UNIFENAS	Alfenas - MG	Particular	120
35	1980	UFPB	Patos - PB	Federal	50
36	1986	FMVOB	São João da Boa Vista - SP	Particular	100
37	1987	FPE	Espírito Santo do Pinhal - SP	Particular	80
38	1988	FEDAAV	Valença - RJ	Particular	*
39	1988	UFLA	Lavras - MG	Federal	40
40	1988	UNIMAR	Marília - SP	Particular	100
41	1988	FNEPL	Niterói - RJ	Particular	80
42	1989	UNESP/FMVZ	Araçatuba - SP	Estadual	30
43	1989	UNIP	São Paulo - SP	Particular	100
44	1989	UNOESTE	Presidente Prudente - SP	Particular	200
45	1989	ULBRA	Canoas - RS	Particular	80

46	1989	FCAR	Rondonópolis - MT	Particular	100
47	1991	UNITINS	Araguaína - TO	Estadual	40
48	1991	UFMT	Cuiabá - MT	Federal	32
49	1994	CESUP	Campo Grande - MS	Particular	80
50	1994	UNIGRANRIO	Duque de Caxias - RJ	Particular	120
51	1995	ESAM	Mossoró - RN	Federal	40
52	1995	UNIC	Cuiabá - MT	Particular	100
53	1995	UNICASTELO	Fernandópolis - SP	Particular	100
54	1995	PUC/PR	São José dos Pinhais - PR	Particular	70
55	*	FESABC	São Bernardo do Campo - SP	Particular	*
56	*	UNIPAR	Umuarama - PR	Particular	*
57	*	FIRP	São José do Rio Preto - SP	Particular	*
58	*	UNISA	São Paulo - SP	Particular	*

* - informação não disponível.

Fonte: 1 - ABEAS. Guia das Instituições de Ensino Superior. Ciências Agrárias. Graduação e Pós-Graduação, 4ª ed. Brasília: ABEAS, 1989.

2 - CFMV. O Ensino de Medicina Veterinária no Brasil. Relatório Preliminar. Brasília: CFMV, 1992.

3 - CFMV. cf. fax ao autor, em 1996.

4 - informações com as Coordenações dos Cursos.

ANEXO II

CONGRESSOS BRASILEIROS DE MEDICINA VETERINÁRIA

Nº de Ordem	Ano	Cidade	Estado
I	1922	Rio de Janeiro	DF
II	1943	Belo Horizonte	MG
III	1945	Porto Alegre	RS
IV	1948	Rio de Janeiro	RJ
V	1950	São Paulo	SP
VI	1953	Curitiba	PR
VII	1957	Recife	PE
VIII	1962	Belo Horizonte	MG
IX	1964	Salvador	BA
X	1966	Goiânia	GO
XI	1968	Niterói	RJ
XII	1970	Porto Alegre	RS
XIII	1972	Brasília	DF
XIV	1974	São Paulo	SP
XV	1976	Rio de Janeiro	RJ
XVI	1978	Salvador	BA
XVII	1980	Fortaleza	CE
XVIII	1982	Camboriú	SC
XIX	1984	Belém	PA
XX	1986	Cuiabá	MT

XXI	1988	Salvador	BA
XXII	1992	Curitiba	PR
XXIII	1994	Olinda	PE
XXIV	1996	Goiânia	GO

ANEXO III

CONGRESSOS MUNDIAIS DE VETERINÁRIA

Nº de Ordem	Cidade	País	Ano
	Hamburgo	Alemanha	1863
II	Viena	Áustria	1865
III	Zurique	Suíça	1867
IV	Bruxelas	Bélgica	1883
V	Paris	França	1889
VI	Berna	Suíça	1895
VII	Baden-Baden	Alemanha	1899
VIII	Budapeste	Hungria	1905
IX	Haia	Holanda	1909
X	Londres	Inglaterra	1914
XI	Londres	Inglaterra	1930
XII	Nova Iorque	EUA	1934
XIII	Zurique	Suíça	1938
XIV	Londres	Inglaterra	1949
XV	Estocolmo	Suécia	1953
XVI	Madri	Espanha	1959
XVII	Hanôver	Alemanha	1963
XVIII	Paris	França	1967
XIX	México	México	1971
XX	Tessalônica	Grécia	1975

XXI	Mořcou	URSS	1979
XXII	Perth	Austrália	1983
XXIII	Montreal	Canadá	1987
XXIV	Rio de Janeiro	Brasil	1991
XXV	Yokohama	Japão	1995
XXVI	Lyon	França	1999

ANEXO IV

CONGRESSOS PAN-AMERICANOS DE VETERINÁRIA - PANVET

Nº de Ordem	Cidade	País	Ano
	Lima	Peru	1951
II	São Paulo	Brasil	1954
III	Kansas City	EUA	1959
IV	México	México	1962
V	Caracas	Venezuela	1966
VI	Santiago	Chile	1970
VII	Bogotá	Colômbia	1973
VIII	São Domingos	República Dominicana	1977
IX	Caracas	Venezuela	1982
X	Buenos Aires	Argentina	1985
XI	Lima	Peru	1988
XII	Havana	Cuba	1990
XIII	Santiago	Chile	1992
XIV	Acapulco	México	1994
XV	Campo Grande	Brasil	1996

Fonte: arquivo pessoal do Veterinário Sérgio Coube Bogado.

ANEXO V

CONGRESSOS BRASILEIROS DA ASSOCIAÇÃO DE CLÍNICOS DE PEQUENOS ANIMAIS - ANCLIVEPA.

Nº de Ordem	Cidade	Estado	Ano
	Rio de Janeiro	RJ	1977
II	São Paulo	SP	1978
III *	*	*	1979
IV	Fortaleza	CE	1980
V	Gramado	RS	1981
VI	São Paulo	SP	1983
VII	Rio de Janeiro	RJ	1984
VIII	Porto Alegre	RS	1985
IX	Foz do Iguaçu	PR	1986
X	Guarujá	SP	1987
XI	Fortaleza	CE	1988
XII	Belo Horizonte	MG	1989

XIII	Gramado	RS	1990
XIV	Salvador	BA	1991
XV	Rio de Janeiro	RJ	1993
XVI	Goiânia	GO	1994
XVII	Vitória	ES	1995
XVIII	Recife	PE	1996
XIX	Curitiba	PR	1997

Fonte: Arquivos pessoais dos clínicos veterinários Aristheu Pessanha, Rubem Bittencourt, Moyses Serpa e Paulo Bruxelas.

Obs.:

* Não foi possível levantar estes dados, embora fossem contatadas as ANCLIVEPAS de MG, RS, RJ e SP, além de diversos veterinários clínicos de pequenos animais.

- Estão agendados congressos até o ano 2000, sendo o de 1998 em Natal - RN, 1999 em São Paulo - SP e o de 2000 em Belo Horizonte - MG.

ANEXO VI

COMPOSIÇÃO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE MEDICINA VETERINÁRIA

	Acadêmicos	Patronos
01	Jadyr Vogel	Américo de Souza Braga
02	Percy Infante Hatscbach	Wanderley Braga
03	Paulo Maria Ponce de Leon da Cunha Lima Filho	Cristóvão Colombo de Souza
04	*	Belisário Alvares Fernandes Távora
05	Sérgio Coube Bogado	Cícero de Moura Neiva
06	Isaac Moussatché	Taylor Ribeiro de Mello
07	Jayme Moreira Lins de Almeida	Durval Bastos Valladares
08	Vicente de Paulo Graça	Octavio Dupont
09	João Barrisson Villares	Guilherme Hedelberto Hermsdorff
10	José Britto Figueiredo	Moacyr Alves de Souza
11	Ivo Torturella	José Januário Carneiro Filho
12	Jorge Pinto Lima	Adolpho Martins Penha
13	Wilma Albuquerque Franco	Mário D'Apíce
14	Mitika Kuribayashi Hagiwara	Virginie Buff D'Apíce
15	Miguel Cione Pardi	Otto Magalhães Pecego
16	Milton Thiago de Mello	Fulvio José Alice
17	Altamir Gonçalves de Azevedo	Marcos Enrietti
18	Mozart Pereira Soares	Desidério Finamor
19	Eliane Miguel Keidmann	Sylvio Torres
20	Jefferson Andrade dos Santos	Paulo Dacorso Filho

21	Salvador Jorge da Cunha Neto	Annibal Molina
22	Eduardo Harry Birgel	Antônio Teixeira Vianna
23	Raymundo Gurgel da Cunha	Argemiro de Oliveira
24	Sebastião José de Oliveira	Hugo de Souza Lopes
25	Osmane Hipólito	Vitor Carneiro
26	Renato Augusto da Silva	Jorge de Sá Earp
27	Leovigildo Pacheco Jordão	Epaminondas Alves de Souza
28	Rui Brandão Caldas	Ascânio de Faria
29	Leônidas Machado Magalhães	Moacyr Gomes de Freitas
30	Hermann Gonçalves Schatzmayr	Manuel Cavalcante Proença
31	José Christovam Santos	Augusto Oliveira Lopes
32	René Dubois	Aluísio Lobato Vale
33	Ronaldo Reis	José Cândido de Melo Carvalho
34	Aramis Augusto Pinto	Luís Raymundo Tavares de Macedo
35	José de Alencar Carneiro Viana	Antônio Vieira Machado
36	Ary Loureiro Accioly	Ernesto Antônio Matera
37	Elói de Souza Garcia	Paulo da Costa Bueno

Fonte: ABMV, 1997

Obs.:

- Esta relação foi fornecida pela ABMV, em janeiro de 1997, quando ainda faltavam indicar 03 patronos e acadêmicos.

* Esta cadeira foi ocupada por José Lobato Boulhosa, que faleceu e a vaga ainda não foi ocupada.

ANEXO VII

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DOS ANIMAIS

Proclamada pela UNESCO em sessão realizada em Bruxelas em 27 de janeiro de 1978

Preâmbulo:

Considerando que cada animal tem direitos; Considerando que o desconhecimento e o desprezo destes direitos levaram e continuam a levar o homem a cometer crimes contra a natureza e contra os animais; Considerando que o reconhecimento por parte da espécie humana do direito a existência das outras espécies animais, constitui o fundamento da coexistência das espécies no mundo; Considerando que genocídios são perpetrados pelo homem e que outros ainda podem ocorrer; Considerando que o respeito pelos animais por parte do homem está ligado ao respeito dos homens entre si; Considerando que a educação deve ensinar à infância a observar, compreender e respeitar os animais.

Proclama-se:

- Art. 1 Todos os animais nascem iguais diante da vida e têm o mesmo direito à existência
- Art. 2 a) Cada animal tem o direito ao respeito.
- b) O homem, enquanto espécie animal não pode atribuir-se o direito de exterminar os outros animais ou explorá-los, violando este direito. Ele tem o dever de colocar a sua consciência a serviço dos outros animais.
- c) Cada animal tem o direito à consideração, à cura e à proteção do homem.
- Art. 3 a) Nenhum animal deverá ser submetido a maltrato e a atos cruéis.
- b) Se a morte de um animal é necessária, deve ser instantânea, sem dor nem angústia.
- Art. 4 a) Cada animal que pertence a uma espécie selvagem, tem o direito de viver livre no seu ambiente natural terrestre, aéreo ou aquático e tem o direito de reproduzir-se.
- b) A privação da liberdade, ainda que para fins educativos, é contrária a este direito.
- Art. 5 a) Cada animal pertencente a uma espécie, que vive habitualmente no ambiente do homem, tem o direito de viver e crescer segundo o ritmo e as condições de

vida e de liberdade, que são próprias da sua espécie.

b) Toda modificação deste ritmo e destas condições impostas pelo homem para fins mercantis é contrária a este direito.

Art. 6 a) Cada animal que o homem escolher para companheiro tem o direito a uma duração de vida, conforme à sua natural longevidade.

b) O abandono de um animal é um ato cruel e degradante.

Art. 7 a) Cada animal que trabalha tem o direito a uma razoável limitação do tempo e intensidade do trabalho, a uma alimentação adequada e ao repouso.

Art. 8 a) A experimentação animal, que implica em um sofrimento físico e psíquico, é incompatível com os direitos do animal, quer seja uma experiência médica, científica, comercial ou qualquer outra.

b) As técnicas substitutivas devem ser utilizadas e desenvolvidas.

Art. 9 a) No caso do animal ser criado para servir de alimentação, deve ser nutrido, alojado, transportado e morto sem que para ele resulte ansiedade ou dor.

Art. 10 a) Nenhum animal devè ser usado para divertimento do homem.

b) A exibição dos animais e os espetáculos, que utilizam animais são incompatíveis com a dignidade do animal.

Art. 11 O ato que leva à morte de um animal sem necessidade, é um biocídio, ou seja, um delito contra a vida.

Art. 12 a) Cada ato que leva à morte de um grande número de animais selvagens, é um genocídio, ou seja, um delito contra a espécie.

b) O aniquilamento e a destruição do ambiente natural levam ao genocídio.

Art. 13 a) O animal morto deve ser tratado com respeito.

b) As cenas de violência de que os animais são vítimas, devem ser proibidas no cinema e na televisão, a menos que tenham como fim mostrar um atentado aos direitos do animal.

Art. 14 a) As associações de proteção e de salvaguarda dos animais devem ser representadas em nível de governo.

b) Os direitos do animal devem ser defendidos por leis, como os direitos do homem

Fonte: SUIPA-RJ

ANEXO VIII

CURRÍCULOS PLENOS DOS CURSOS DE VETERINÁRIA, EM VIGOR, NA UFF E NA UFRRJ - 1996

Disciplinas do Ciclo Básico

UFF	UFRRJ
Elementos de Química Analítica	Fundamentos em Química
Bioquímica	Bioquímica Geral
Anatomia dos Animais Domésticos	Anatomia Animal I e II
Embriologia	Embriologia
Histologia	Histologia Animal I e II
Citologia	Educação Física
Farmacologia	Farmacologia I e II
Fisiologia	Fisiologia I e II
Biofísica	Biofísica
Genética Animal	Genética Básica
Bacteriologia	Bacteriologia Veterinária
Virologia	Virologia Veterinária
Micologia	Ecologia Geral
Imunologia	Imunologia Veterinária
Parasitologia	Introdução Genética e Melhoramento Animal

Bioestatística	Bioestatística
Introdução à Bioestatística	Introdução à Bioestatística
Informática para Ciências da Saúde	Introdução à Computação
Patologia Geral	Microbiologia Geral
	Introdução à Filosofia das Ciências Biológicas
	Deontologia e Legislação Médica Veterinária
	Direito Agrário e Legislação
	Exterior e Raças
	Zoologia Médica e Parasitologia I e II
	Química Fisiológica
	Plantas Forrageiras
	Conservação de Recursos Naturais

Disciplinas do Ciclo Profissional

Anatomia Patológica Veterinária	Anatomia Patológica Geral
Laboratório Clínico Veterinário	Micologia Veterinária
Clinica Médica de Grandes Animais	Patologia Clínica
Clinica Médica de Pequenos Animais	Produção Animal I e II
Semiologia Veterinária	Bioclimatologia Animal
Radiologia Veterinária	Ornitopatologia
Toxicologia Veterinária e Plantas Tóxicas	Anatomia Patológica Especial

Técnica Cirúrgica e Anestesiologia Veterinária	Propedêutica Clínica
Patologia e Clínica Cirúrgica Veterinária	Anestesiologia e Técnica Cirúrgica I e II
Fisiopatologia da Reprodução Doenças	Plantas Tóxicas
Infecciosas dos Animais Domésticos	Tecnologia de Carnes, Óleos e Gorduras
Doenças Parasitárias dos Animais Domésticos	Animais
Ornitopatologia	Doenças Infecciosas
Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Pública	Doenças Parasitárias
Zoonose	Prática Hospitalar
Tecnologia de Carnes e Derivados	Radiodiagnósticos
Tecnologia de Leite e Produtos Lácteos	Clínica Médica I, II, III e IV
Tecnologia de Pescado e Derivados	Economia Agrária
Controle Químico de Produtos de Origem Animal	Tecnologia do Leite e Produtos Derivados Mel e Cera de Abelha
Tecnologia de Aves, Coelhos, Ovos, Mel, Cera de Abelha e Derivados	Tecnologia de Pescado, Ovos e Derivados
Controle Microbiológico de Produtos de Origem Animal	Patologia e Clínica Cirúrgica I e II
Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal	Fisiopatologia da Reprodução I e II
Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal	Inseminação Artificial

Animal	
Genética e Melhoramento Animal	Introdução à Sociologia das Sociedades Agrárias
Nutrição e Alimentação Animal	Inspeção Higiênico, Sanitária e Tecnológica dos Produtos de Origem Animal I e II
Forragicultura	Higiene e Saúde Pública
Ezoognósia	Nutrição Animal
Zootecnia Especial	Extensão Rural
Aquicultura e Pesca	Medicina Veterinária Legal
Economia Rural	Obstetrícia
Administração Rural	
Extensão Rural	
Sociologia das Sociedades Agrárias	
Deontologia e Legislação Médico Veterinária	
Ecologia Animal	
Estágio Supervisionado em Medicina Veterinária	

Disciplinas Optativas

Apicultura e Sericicultura	Biologia Celular
Bubalinocultura	Zoologia de Invertebrados I e II
Cunicultura	Zoologia Geral

Caprinocultura e Ovinocultura	Introdução à Biologia
Ranicultura	Química Básica
Cinofilia	Administração de Empresas Agrícolas
Genética Aplicada à Reprodução Animal	Língua Francesa
Endocrinologia da Reprodução Animal	Língua Inglesa
Classificação e Tipificação de Carnes e Ovos	Língua Portuguesa
Padronização de Produtos Lácteos	Controle Microbiológico de Produtos de Origem Animal
Higiene Industrial Aplicada a Produtos de Origem Animal	Controle Físico-Químico de Produtos de Origem Animal
Higiene e Controle de Qualidade do Pescado	Assistência e Assessoria Veterinária
Doenças Exóticas dos Animais	Histopatologia
Prática Hospitalar Veterinária	Histopatologia Especial
Tópicos em Clínica Médica de Pequenos Animais	Micotoxicologia
Prática de Clínica Médica de Pequenos Animais	Microbiologia Industrial

Imunopatologia Clínica Veterinária	Técnicas Radiográficas
Bioterismo	Podologia
Cirurgia Experimental Veterinária	Toxicologia
Medicina Veterinária em Animais Silvestres	Aquicultura

Fonte: Coordenações dos Cursos de Veterinária da UFF e da UFRRJ.